

Prospecto de Distribuição Pública de Quotas Sênior e Quotas Subordinadas Mezanino da Primeira Emissão do

RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO FINANCEIRO CORPORATIVO I

CNPJ/MF nº 08.432.863/0001-40

Administração - Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, 20030-021, Rio de Janeiro, RJ

Distribuição - Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e

Capitânia Agentes Autônomos de Investimento Ltda.

Gestão - Integral-Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda.

Rating das Quotas Sênior: Standard & Poor's "brAAAF" - Rating das Quotas Subordinadas Mezanino: Standard & Poor's "brAAF"

Rating das Quotas Sênior: Austin Rating AAA - Rating das Quotas Subordinadas Mezanino: Austin Rating AA-

R\$ 240.000.000,00

Distribuição pública de 210.000 (duzentas e dez mil) quotas sênior e 30.000 (trinta mil) quotas subordinadas mezanino da primeira emissão ("**Quotas Sênior**" e "**Quotas Subordinadas Mezanino**", respectivamente) do **RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO FINANCEIRO CORPORATIVO I** ("**Fundo**").

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos seus quotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito originados de operações de natureza financeira (conforme abaixo definido) detidos pelo Banco Rural S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Rio de Janeiro, nº 927, 14º andar, parte, inscrito no CNPJ/MF sob nº 33.124.959/0001-98 ("**Rural**") e/ou pelo Banco Simples S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Montevideo, nº 239, parte, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.995.587/0001-70 ("**Banco Simples**", sendo o Rural e o Banco Simples referidos em conjunto ou individualmente como "**Cedente**"), contra clientes pessoas jurídicas, residentes e domiciliados no Brasil ("**Clientes**"), originados de (i) operações de desconto de títulos de crédito realizadas entre os Clientes e o Cedente; e (ii) operações de mútuo realizadas entre os Clientes e o Cedente ("**Direitos de Crédito**"). Para maiores esclarecimentos e informações sobre a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, vide Seção 5 deste Prospecto.

As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino são objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação, exclusivamente no mercado brasileiro, no mercado de balcão não organizado ("**Oferta**"), que será conduzida pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora do Fundo ("**Administrador**"), sendo que o Administrador contratou a Capitânia Agentes Autônomos de Investimento Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tavares Cabral, nº 102, conjunto 82, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.039.551/0001-45, sociedade devidamente autorizada a exercer a atividade profissional de agente autônomo de investimento pela CVM, para auxiliá-lo na distribuição pública das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino ("**Agente Autônomo**").

A primeira emissão de quotas do Fundo é composta por 210.000 (duzentas e dez mil) Quotas Sênior e 30.000 (trinta mil) Quotas Subordinadas Mezanino, com preço inicial de emissão de R\$1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando um montante de R\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais), e 60.000 (sessenta mil) quotas subordinadas junior ("**Quotas Subordinadas Junior**", sendo as Quotas Subordinadas Junior, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino referidas em conjunto como "**Quotas**"), também com preço inicial de emissão de R\$1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando um montante de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) ("**Primeira Emissão**"), de forma que o patrimônio inicial do Fundo, após a integralização das Quotas da Primeira Emissão, será de até R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Não há valor mínimo de colocação de Quotas no âmbito da Primeira Emissão. As Quotas Subordinadas Junior não serão objeto da Oferta e serão subscritas e integralizadas pelo Rural, nos termos do "Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas Junior e Outras Avenças", celebrado entre o Rural e o Administrador.

O Fundo foi constituído em 17 de janeiro de 2007 e seu regulamento, conforme aditado, foi registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em 14 de maio de 2007, sob o nº 729430 ("**Regulamento**"). A Oferta foi registrada na CVM em 5 de fevereiro de 2007, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução CVM nº 435, de 5 de julho de 2006, e pela Instrução CVM nº 446, de 19 de dezembro de 2006, em vigor na data deste Prospecto ("**Instrução CVM nº 356/01**"), e da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

O Administrador contratou a Integral-Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tavares Cabral, nº 102, conjuntos 61 e 62, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.576.569/0001-86, sociedade devidamente autorizada pela CVM para gerir carteira de títulos e valores mobiliários, para realizar a gestão da carteira de investimentos do Fundo ("**Gestor**" e "**Carteira**", respectivamente).

Ainda que o Administrador e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos da Carteira do Fundo, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representará garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, do Gestor, do custodiante do Fundo ou do Cedente, bem como de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição da Carteira. Para avaliação dos riscos associados ao Fundo e à Oferta, os investidores devem ler a Seção 3 - Fatores de Risco, nas páginas 35 a 41 deste Prospecto.

No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) firmará o respectivo Compromisso de Subscrição de Quotas (conforme definido neste Prospecto), e (iii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à taxa de administração e à taxa de performance devidas ao Administrador e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e na Seção 3 deste Prospecto.

O Fundo busca aplicar seus recursos em ativos financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor das Quotas do Fundo se comparada à oscilação no valor de quota de fundos de investimento similares cuja carteira é representada por ativos financeiros com prazo médio inferior.

O tratamento tributário aplicável aos quotistas do Fundo depende do período de permanência dos respectivos investimentos no Fundo, bem como da manutenção da Carteira representada por ativos financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações nessas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelos quotistas. Para maiores informações sobre a tributação aplicável aos quotistas e ao Fundo, vide Seção 4 deste Prospecto, item "Regras de Tributação do Fundo".



Prospecto de acordo com o Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimentos.

"Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID") para os Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas da CVM. A autorização para funcionamento e/ou distribuição pública das Quotas não implica, por parte da CVM ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo."

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto ao Administrador, ao Agente Autônomo e à CVM. O Cedente não prestará quaisquer informações e/ou esclarecimentos aos investidores sobre o Fundo e/ou a Oferta.

Administrador



Mellon Serviços Financeiros

Gestor



Integral-Capitânia

Custodiante



Agência de Classificação de Risco



Estruturador



Assessoria Jurídica



Auditor Independente



Distribuidor



A data deste Prospecto é 14 de maio de 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA.....	25
2.1. Características da Oferta.....	27
2.2. Negociação das Quotas	31
2.3. Custos da Oferta.....	31
2.4. Outras Informações	32
2.5. Identificação dos demais Prestadores de Serviços ao Fundo	33
2.6. Declaração do Administrador.....	33
3. FATORES DE RISCO	35
3.1. Riscos de Mercado dos Ativos Financeiros	37
3.2. Riscos de Crédito dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros	37
3.3. Risco Relacionado à Origem e Regularidade dos Direitos de Crédito	38
3.4. Riscos de Liquidez.....	39
3.5. Riscos Operacionais envolvendo o Fundo	39
3.6. Riscos de Descontinuidade.....	41
3.7. Outros Riscos	41
4. RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -	
CRÉDITO FINANCEIRO CORPORATIVO I.....	43
4.1. Base Legal.....	45
4.2. Público Alvo.....	45
4.3. Administração.....	45
4.4. Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo	48
4.5. Agência Classificadora de Risco	49
4.6. Auditoria	49
4.7. Objetivo de Investimento.....	49
4.8. Política de Investimento e Composição da Carteira.....	49
4.9. Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Quotas	50
4.10. Amortização e Resgate das Quotas.....	55
4.11. Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Quotas mediante a Entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros.....	57
4.12. Assembléia Geral de Quotistas	58
4.13. Avaliação dos Ativos do Fundo	59
4.14. Eventos de Avaliação e de Liquidação Antecipada do Fundo e Eventos de Suspensão ..	60
4.15. Enquadramento da Razão de Garantia	64

4.16. Amortização Extraordinária para fins de Reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação Mínima em Direitos de Crédito Elegíveis e da Política de Investimento	65
4.17. Reserva de Pagamento e Alocação de Recursos para Pagamento de Despesas do Fundo	65
4.18. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo	66
4.19. Forma de Divulgação de Informações	66
4.20. Atendimento aos Quotistas	67
4.21. Taxa de Administração, Taxa de Performance e demais Encargos do Fundo	67
4.22. Regras de Tributação do Fundo	69
4.23. Faculdade do Rural de Recomprar Direitos de Crédito Inadimplidos	71
5. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	73
5.1. Direitos de Crédito	75
5.2. Política de Cadastro e Concessão de Crédito	75
5.3. Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito	81
5.4. Procedimentos referentes à Formalização da Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo e Outras Regras Gerais Referentes à Liquidação dos Direitos de Crédito Elegíveis	88
6. O CEDENTE	93
6.1. O Rural	95
6.2. O Banco Simples	98
7. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA	99
7.1. Informações sobre as Partes	101
7.2. Relacionamento entre as Partes	102
8. ANEXOS	105
Anexo I - Sumário dos Contratos da Operação	107
Anexo II - Cópia da Deliberação de Alteração do Regulamento e do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto	111
Anexo III - Relatórios de Classificação de Risco das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino	213
Anexo IV - Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos	227
Anexo V - Declaração firmada pelo Diretor Responsável do Administrador, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03	231

1. INTRODUÇÃO

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	Na Primeira Data de Emissão, a Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Agência Classificadora de Risco	Na Primeira Data de Emissão, as agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo para realizar a avaliação de risco das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino era a Standard & Poor's e a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. O Fundo poderá contratar outras agências classificadoras de risco para avaliar o risco das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino.
Agente Autônomo	Na Primeira Data de Emissão, a Capitânia Agentes Autônomos de Investimento Ltda., sociedade regularmente constituída e devidamente autorizada a exercer a atividade profissional de agente autônomo de investimento pela CVM, contratada pelo Administrador para auxiliá-lo na Oferta.
Agente de Cobrança e Recebimento	Na Primeira Data de Emissão, o Custodiante, na qualidade de (i) agente de cobrança das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária (exceto Cheques) e do Lastro das Operações de Desconto (exceto Cheques), de forma que as Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo (exceto Cheques) e o Lastro das Operações de Desconto (exceto Cheques) referentes a Direitos de Crédito Elegíveis sejam registrados no sistema de cobrança do Agente de Cobrança e Recebimento; e (ii) agente de recebimento dos recursos depositados na Conta do Agente de Recebimento, em moeda corrente nacional, provenientes da liquidação das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo (exceto cheques) e do Lastro das Operações de Desconto (exceto Cheques). O Contrato de Cobrança e Conciliação estabelece, dentre outras obrigações, as atribuições e responsabilidades do Agente de Cobrança e Recebimento.
Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos	Na Primeira Data de Emissão, o Rural, na qualidade de agente de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, em observância aos Procedimentos de Cobrança, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cobrança e Conciliação.

Agente de Conciliação e Cobrança	<p>Na Primeira Data de Emissão, o Rural, (i) na qualidade de agente de recebimento e conciliação dos recursos provenientes da liquidação dos Direitos de Crédito Mútuo cedidos ao Fundo, para posterior transferência ao Fundo, (ii) na qualidade de agente de cobrança, de acordo com os termos e condições estabelecidos nos respectivos Documentos Comprobatórios, dos Direitos de Crédito Mútuo e das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo que não sejam representadas por Cessão Fiduciária e (iii) na qualidade de agente de cobrança dos Direitos de Crédito Desconto (e das eventuais Garantias dos Direitos de Crédito Desconto) cuja liquidação do respectivo Lastro das Operações de Desconto, por meio do Agente de Cobrança e Recebimento, não tenha sido realizada na Conta do Agente de Recebimento. Os recursos provenientes da cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis, pelo Agente de Conciliação e Cobrança, são transferidos para a Conta Autorizada do Fundo. O Contrato de Cobrança e Conciliação estabelece, dentre outras obrigações, as atribuições e responsabilidades do Agente de Conciliação e Cobrança.</p>
Agente de Custódia e Compensação de Cheques	<p>A empresa especializada a ser contratada pelo Fundo e pelo Rural para atuar como (i) agente de custódia e guarda dos Cheques, até a sua compensação ou devolução ao Cedente, conforme o caso, e como (ii) agente de compensação dos Cheques vinculados a Direitos de Crédito Elegíveis, nos termos do Regulamento e do Contrato de Custódia e Compensação de Cheques.</p>
Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios	<p>Na Primeira Data de Emissão, o Rural, na qualidade de agente de guarda física e conservação dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito Elegíveis, exceto dos Cheques, cuja guarda e conservação são de responsabilidade do Agente de Custódia e Compensação de Cheques. O Contrato de Depósito estabelece as atribuições e responsabilidades do Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios.</p>
Agente de Supervisão de Garantias	<p>Na Primeira Data de Emissão, o Custodiante, na qualidade de agente de supervisão e monitoramento das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo cedidos ao Fundo representadas por Cessão Fiduciária. O Contrato de Cobrança e Conciliação estabelece, dentre outras obrigações, as atribuições e responsabilidades do Agente de Supervisão de Garantias.</p>
Alocação Mínima de Investimento	<p>O percentual de alocação de, no mínimo, 50% do patrimônio líquido do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis, conforme estabelecido no Regulamento.</p>

Amortização Extraordinária	A amortização extraordinária das Quotas Sênior em circulação exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão de Garantia e/ou à Alocação Mínima de Investimento e/ou à observância da política de investimento do Fundo, conforme descrita no item 4.16. deste Prospecto.
Anúncio de Início	O anúncio de início da distribuição pública das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino da Primeira Emissão do Fundo.
Arquivo de Registro de Cheques	O arquivo eletrônico ou físico elaborado em formato a ser acordado entre o Agente de Custódia e Compensação de Cheques, o Cedente e o Custodiante, o qual relacionará as Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cheques e o Lastro das Operações de Desconto representado por Cheques relativos a Direitos de Crédito que o Cedente esteja disposto a ceder ao Fundo em uma determinada Data de Oferta.
Arquivo de Registro em Cobrança	O arquivo eletrônico elaborado em formato a ser acordado entre o Cedente, o Gestor e o Custodiante, o qual relacionará as Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo e o Lastro das Operações de Desconto relativos aos Direitos de Crédito que o Cedente esteja disposto a ceder ao Fundo em uma determinada Data de Oferta.
Assembleia Geral	A Assembleia Geral de Quotistas do Fundo.
Ativos Financeiros	Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central, os quais poderão compor o patrimônio líquido do Fundo que não seja alocado em Direitos de Crédito Elegíveis.
Auditores Independentes	A empresa de auditoria independente contratada pelo Fundo para realizar a auditoria de suas demonstrações financeiras era a KPMG Auditores Independentes.
Auditores Independentes de Conformidade	A KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria contratada para monitorar/supervisionar determinadas obrigações do Rural no âmbito das Funções Operacionais do Rural, conforme descritas no Regulamento e no Contrato de Auditoria de Conformidade.
Banco Central	O Banco Central do Brasil
Banco Simples	O Banco Simples S.A.

Benchmark	O parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Quotas Sênior, correspondente a 110% da Taxa DI.
BM&F	A Bolsa de Mercadorias & Futuros.
BOVESPA	A Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.
Carteira	A carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros.
CCF	O CCF – Cadastro dos Emitentes de Cheques sem Fundo do Banco Central.
Cedente	O Banco Rural S.A. e/ou o Banco Simples S.A., como originadores e cedentes de Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo, individualmente ou em conjunto.
Central de Risco de Crédito BACEN	A Central de Risco de Crédito do Banco Central.
Certificação	Consiste no procedimento de avaliação e confirmação eletrônica, pela Certificadora, ao Gestor e/ou a terceiro por ele contratado, de que Direitos de Crédito que o Cedente pretende ofertar ao Fundo atendem às Condições de Diversificação, nos termos do Regulamento e do Contrato de Verificação.
Certificadora	Na Primeira Data de Emissão, a Serasa S.A.
Cessão Fiduciária	A cessão fiduciária de títulos de crédito (duplicatas, cheques, notas promissórias e/ou notas promissórias rurais) outorgada em garantia ao Cedente, no âmbito das Operações de Mútuo.
CETIP	A CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação.
Cheques	Os cheques entregues pelos Clientes, ao Cedente, no âmbito das Operações de Desconto e das Operações de Mútuo. A titularidade dos Cheques entregues no âmbito das Operações de Desconto é transferida ao Cedente e os recursos provenientes de sua compensação são utilizados para liquidar parte ou a totalidade das Operações de Desconto, conforme o caso. Os Cheques entregues no âmbito das Operações de Mútuo são objeto de Cessão Fiduciária em favor do Cedente para assegurar parte ou a totalidade da liquidação das Operações de Mútuo.
Clientes	Os clientes pessoas jurídicas do Cedente, residentes e domiciliados no Brasil, que celebram Operações de Desconto e/ou Operações de Mútuo com o Cedente (as quais dão origem aos Direitos de Crédito), e que tenham sido objeto da Política de Cadastro e Concessão de Crédito.

Clientes Adimplentes	Os Clientes devedores de Direitos de Crédito Elegíveis e que estejam em total cumprimento com as suas obrigações, para com o Fundo, referentes ao pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis.
Clientes Especiais	Os Clientes indicados na lista que será incorporada ao Contrato de Cessão como Anexo II por meio da celebração de instrumento particular de aditamento entre o Fundo e o Cedente, com a interveniência do Custodiante e do Gestor. A lista de Clientes Especiais somente será incorporada ao Contrato de Cessão e/ou alterada mediante consulta prévia à Standard & Poor's e à Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., Agências Classificadoras de Risco responsáveis pela avaliação de risco das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino, uma vez que qualquer alteração à lista de Clientes Especiais não deverá implicar o rebaixamento da classificação de risco (<i>rating</i>) atribuída às Quotas Sênior.
Clientes Novos	Os Clientes cujo histórico de Operações de Mútuo e/ou Operações de Desconto realizadas com o Cedente tenha prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias, considerando-se a data do primeiro desembolso de recursos pelo Cedente em favor do Cliente como a data inicial do histórico.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
C.N.P.J./M.F.	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.
Compromisso de Subscrição de Quotas Sênior	O "Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Sênior e Outras Avenças", a ser celebrado entre o Fundo e os subscritores das Quotas Sênior quando da subscrição de Quotas Sênior do Fundo.
Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior	O "Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas Junior e Outras Avenças", a ser celebrado entre o Fundo e o Rural quando da subscrição de Quotas Subordinadas Junior.
Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino	O "Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas Mezanino e Outras Avenças", a ser celebrado entre o Fundo e os subscritores das Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo quando da subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino.
Compromisso(s) de Subscrição de Quotas	O Compromisso de Subscrição de Quotas Sênior, o Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino e/ou o Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, quando referidos em conjunto ou individualmente.

Condições de Cessão	As condições mínimas de cessão dos Direitos de Crédito, as quais deverão ser verificadas e atendidas pelo Cedente antes de cada cessão ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e conforme indicadas no item 5.3.1. deste Prospecto. O Cedente será o único responsável pela verificação e atendimento das Condições de Cessão.
Condições de Diversificação	As Condições de Cessão referidas nas alíneas "a" e "b" do item 5.3.1. deste Prospecto, a serem objeto de Verificação e Certificação pela Certificadora antes de cada cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Verificação.
Conta Autorizada do Fundo	A conta corrente mantida pelo Fundo no Custodiante, na qual serão depositados os recursos provenientes da liquidação dos Direitos de Crédito Elegíveis. A operacionalização da Conta Autorizada do Fundo é realizada pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Cobrança e Conciliação.
Contrato de Auditoria de Conformidade	O "Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria de Conformidade e Outras Avenças" a ser celebrado com os Auditores Independentes de Conformidade até a Primeira Data de Emissão. O Contrato de Auditoria de Conformidade estabelece as obrigações dos Auditores Independentes de Conformidade para com o Fundo.
Conta do Agente de Recebimento	A conta de recebimento de titularidade do Agente de Cobrança e Recebimento, mantida no Custodiante, sob o controle do Agente de Cobrança e Recebimento, na qual serão depositados os recursos provenientes da liquidação das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo (exceto da compensação de Cheques) e do Lastro das Operações de Desconto (exceto da compensação de Cheques). Os recursos provenientes da liquidação das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo depositados na Conta do Agente de Recebimento serão transferidos para o Agente de Conciliação e Cobrança (desde que um Evento de Suspensão não esteja em andamento) e os recursos provenientes da liquidação do Lastro das Operações de Desconto depositados na Conta do Agente de Recebimento serão transferidos para a Conta Autorizada do Fundo. A operacionalização da Conta do Agente de Recebimento é realizada pelo Agente de Cobrança e Recebimento, conforme disposto no Contrato de Cobrança e Conciliação.

Contrato de Cessão	O "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças" a ser celebrado entre o Fundo e o Cedente até a Primeira Data de Emissão. O Contrato de Cessão estabelece os termos e condições que serão observados para a realização das operações de cessão de Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo.
Contrato de Cobrança e Conciliação	O "Contrato de Agente de Cobrança, Recebimento e Conciliação de Direitos de Crédito e Outras Avenças" a ser celebrado entre o Rural, o Custodiante e o Fundo, com a interveniência do Gestor, até a Primeira Data de Emissão. O Contrato de Cobrança e Conciliação disciplinará a prestação dos serviços do Custodiante como Agente de Cobrança e Recebimento e Agente de Supervisão de Garantias, bem como a prestação de serviços do Rural no exercício das Funções Operacionais do Rural.
Contrato de Custódia	O "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria do Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Financeiro Corporativo I", celebrado com o Custodiante. O Contrato de Custódia estabelece as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01.
Contrato de Custódia e Compensação de Cheques	O "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Compensação de Cheques e Outras Avenças" a ser celebrado entre o Fundo, o Rural e o Agente de Custódia e Compensação de Cheques até a Primeira Data de Emissão, por meio do qual o Agente de Custódia e Compensação de Cheques será contratado pelo Fundo e pelo Rural para prestação de serviços de custódia física e compensação dos Cheques vinculados a Direitos de Crédito Elegíveis por meio de Garantias de Direitos de Crédito Mútuo ou Operações de Desconto.
Contrato de Depósito	O "Contrato de Prestação de Serviços de Depósito de Documentos Comprobatórios e Outras Avenças" a ser celebrado com o Rural até a Primeira Data de Emissão. O Contrato de Depósito regulará as obrigações do Rural relacionadas à prestação dos serviços de custódia física das vias originais dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis (exceto dos Cheques, que serão custodiados pelo Agente de Custódia e Compensação de Cheques, nos termos do Contrato de Custódia e Compensação de Cheques).

Contrato de Gestão	O "Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Carteira do Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Financeiro Corporativo I e Outras Avenças", a ser celebrado entre o Administrador e o Gestor até a Primeira Data de Emissão. O Contrato de Gestão regulará, dentre outras, as obrigações do Gestor relacionadas à prestação dos serviços de gestão da Carteira.
Contrato de Verificação	O "Contrato de Verificação e Certificação de Direitos de Crédito e Outras Avenças" a ser celebrado com a Certificadora até a Primeira Data de Emissão. O Contrato de Verificação estabelece as obrigações e atribuições da Certificadora para com o Gestor.
Contratos da Operação	O Contrato de Cessão, em conjunto com o Contrato de Cobrança e Conciliação, Contrato de Custódia, Contrato de Custódia e Compensação de Cheques, Contrato de Depósito, o Contrato de Gestão e o Contrato de Verificação, referentes ao funcionamento do Fundo e/ou às operações de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.
CPMF	Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.
Critérios de Elegibilidade	Os critérios de elegibilidade previstos no Regulamento, Contrato de Cessão e no item 5.3.2. deste Prospecto, a serem observados pelo Custodiante previamente a cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.
Custodiante	Na Primeira Data de Emissão, o Banco Bradesco S.A.
CVM	A Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Oferta	Qualquer Dia Útil após a celebração do Contrato de Cessão, em que o Cedente disponibilizar ao Custodiante, ao Administrador e ao Gestor, por meio eletrônico e/ou físico, Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis, indicando relação dos Direitos de Crédito que esteja disposto a ceder ao Fundo no Dia Útil específico.
Data de Aquisição e Pagamento	Cada data em que for verificada a ocorrência cumulativa dos eventos referidos nas alíneas (i) a (x) do item 5.4.1. deste Prospecto, quando as operações de cessão de Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, serão consideradas formalizadas e concluídas.

Data de Resgate	A data em que houver o último pagamento de amortização das Quotas Sênior, conforme cronograma de amortização previsto no Anexo V do Regulamento e no item 4.10.1. deste Prospecto.
Data de Verificação	Cada data em que seja apurada a Razão de Garantia pelo Custodiante, nos termos do Regulamento.
Data(s) de Amortização	Cada data em que houver pagamento de amortização das Quotas, conforme cronograma de amortização previsto no Anexo V do Regulamento e no item 4.10.1. deste Prospecto.
Dia Útil	Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriado nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Prospecto e do Regulamento não sejam Dia Útil, conforme definido nesta seção, considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte.
Direito de Dissidência	O direito de resgate antecipado conferido aos Quotistas titulares de Quotas Sênior na hipótese de deliberação, pela Assembléia Geral, pela não liquidação antecipada do Fundo, quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada.
Direitos de Crédito	Os Direitos de Crédito Mútuo e os Direitos de Crédito Desconto, quando referidos em conjunto.
Direitos de Crédito Desconto	Os direitos de crédito vinculados ao Lastro das Operações de Desconto, em conjunto com os direitos de crédito detidos pelo Cedente contra seus Clientes no âmbito das respectivas Operações de Desconto.
Direitos de Crédito Elegíveis	Os Direitos de Crédito Mútuo e os Direitos de Crédito Desconto que sejam objeto de Verificação e Certificação, que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão.
Direitos de Crédito Inadimplidos	Os Direitos de Crédito Elegíveis vencidos e não pagos pelos respectivos Clientes após 21 dias contados das respectivas datas de vencimento.
Direitos de Crédito Mútuo	Os direitos de crédito detidos pelo Cedente contra seus Clientes e que sejam originados no âmbito de Operações de Mútuo.

Documentos Comprobatórios	Os documentos que evidenciam e comprovam a existência, validade e exeqüibilidade dos Direitos de Crédito e respectivas Garantias, quais sejam: (i) cédulas de crédito bancário representativas de Operação de Mútuo (para os Direitos de Crédito Mútuo), (ii) cédulas de crédito bancário representativas de Operação de Desconto e documentos que evidenciam e comprovam a existência, validade e exeqüibilidade do Lastro das Operações de Desconto (para os Direitos de Crédito Desconto) e (iii) instrumentos de constituição das Garantias.
Eventos de Avaliação	Quaisquer dos eventos indicados no item 4.14.1. deste Prospecto.
Eventos de Liquidação Antecipada	Quaisquer dos eventos indicados no item 4.14.2. deste Prospecto.
Eventos de Revisão	Os eventos que ensejam a revisão do Contrato de Cessão, conforme definidos no Contrato de Cessão.
Eventos de Suspensão	Quaisquer dos Eventos de Avaliação referidos nos incisos (x) a (xiv) do item 4.14.1. deste Prospecto, que podem resultar ou não, conforme decisão da Assembléia Geral, na destituição do Rural no exercício das Funções Operacionais do Rural, nos termos do Contrato de Cobrança e Conciliação.
Funções Operacionais do Rural	Na Primeira Data de Emissão, as atividades exercidas pelo Rural com relação ao Fundo na qualidade de Agente de Conciliação e Cobrança e Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos.
Fundo	O Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Financeiro Corporativo I.
Garantias	As Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo e as Garantias dos Direitos de Crédito Desconto, quando referidas em conjunto.
Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo	As garantias outorgadas pelos Clientes em favor do Cedente para assegurar a liquidação das Operações de Mútuo, constituídas, necessariamente, pela Cessão Fiduciária de títulos de crédito de titularidade dos Clientes (tais como duplicatas, cheques, notas promissórias e/ou notas promissórias rurais), bem como, facultativamente, por outras garantias dos Clientes e/ou garantias de terceiros. Ainda, o Saldo de Conta Vinculada será designado como parte integrante das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo.

Garantias dos Direitos de Crédito Desconto	Sem prejuízo do Lastro das Operações de Desconto, garantias eventualmente outorgadas pelos Clientes em favor do Cedente para assegurar a liquidação das Operações de Desconto, bem como garantias de terceiros.
Gestor	Na Primeira Data de Emissão, a Integral-Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda., contratada pelo Administrador para realizar a gestão da Carteira do Fundo.
Horário Limite para Cessão	O horário limite para disponibilização, pelo Cedente, em uma determinada Data de Oferta, do Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis ao Custodiante, ao Administrador e ao Gestor, conforme estabelecido no Contrato de Cessão.
Horário Limite para Certificação	O horário limite para a disponibilização ao Gestor, em uma determinada Data de Oferta, (i) pelo Custodiante, de informações atualizadas sobre a composição da Carteira naquela Data de Oferta, e (ii) pelo Cedente, da lista preliminar dos Direitos de Crédito que o Cedente esteja disposto a ceder ao Fundo na referida Data de Oferta, a qual deverá contemplar o valor individualizado de cada Direito de Crédito e o valor do respectivo Lastro das Operações de Desconto e/ou das respectivas Garantias. As informações ora referidas serão encaminhadas pelo Gestor à Certificadora, para fins de Verificação e Certificação.
Instrução CVM n.º 356/01	Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução CVM n.º 435, de 5 de julho de 2006 e pela Instrução CVM n.º 446, de 19 de dezembro de 2006, em vigor na data deste Prospecto.
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução CVM n.º 400, de 29 dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Investidores Qualificados	Os investidores assim definidos de acordo com a Instrução CVM n.º 409/04.
IOF/Câmbio	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro e relativas a Operações de Câmbio.
IOF/Títulos	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro e relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.

Lastro das Operações de Desconto	Os títulos de crédito cedidos pelos Clientes ao Cedente no âmbito das Operações de Desconto, cujos pagamentos, que coincidem com o vencimento das Operações de Desconto, são utilizados para liquidar os Direitos de Crédito Desconto.
Oferta	A distribuição pública da Primeira Emissão de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo.
Operações de Desconto	São operações de desconto de títulos de crédito de titularidade dos Clientes. As Operações de Desconto são celebradas entre os Clientes e o Cedente, formalizadas por meio da assinatura de cédulas de crédito bancário. No âmbito das Operações de Desconto, o Cedente concede financiamentos aos Clientes por meio da aquisição, pelo Cedente, de títulos de crédito de titularidade dos Clientes, cujos valores coincidem com os valores dos financiamentos concedidos aos Clientes e cujos vencimentos coincidem com as datas de vencimento das Operações de Desconto. Os títulos de crédito objeto das Operações de Desconto, portanto, são cedidos de forma onerosa ao Cedente (por meio da concessão do financiamento aos Clientes) e os recursos em moeda corrente nacional decorrentes do pagamento dos referidos títulos de crédito (o Lastro das Operações de Desconto), cujos vencimentos coincidem com o vencimento das Operações de Desconto, são utilizados para liquidar as Operações de Desconto. Os Clientes são responsáveis pela existência, validade e liquidação do Lastro das Operações de Desconto. Além do Lastro das Operações de Desconto, as Operações de Desconto podem ser celebradas com a constituição de Garantias dos Direitos de Crédito Desconto.
Operações de Mútuo	São operações de mútuo celebradas entre os Clientes e o Cedente, formalizadas por meio da assinatura de cédulas de crédito bancário. No âmbito das Operações de Mútuo, o Cedente concede financiamentos aos Clientes. As Operações de Mútuo sempre são celebradas com a constituição de Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária e podem contar com outras Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo.
Percentuais de Concentração e Diversificação dos Direitos de Crédito	Os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão previstos, respectivamente, nas alíneas "a" a "c" do item 5.3.2. e nas alíneas "a" a "g" do item 5.3.1. deste Prospecto, os quais correspondem a percentuais de concentração e diversificação relativos aos Direitos de Crédito e às Garantias que devem ser observados a qualquer momento, durante todo o prazo de duração do Fundo.

Percentual Mínimo de Garantia dos Direitos de Crédito	Um percentual mínimo do valor de face dos Direitos de Crédito Elegíveis, o qual representará, a qualquer momento após a cessão dos Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo e até a sua liquidação, o valor mínimo, conforme o caso, (i) das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo referentes a Direitos de Crédito Mútuo cedidos ao Fundo representadas por Cessão Fiduciária ou (ii) do Lastro das Operações de Desconto referentes a Direitos de Crédito Desconto cedidos ao Fundo. Na Primeira Data de Emissão, o Percentual Mínimo de Garantia dos Direitos de Crédito corresponde a 90%.
Período Inicial	O período que se inicia na Primeira Data de Emissão e encerra-se após (i) o 180º (centésimo octogésimo) dia contado da referida data ou (ii) a data em que a Carteira do Fundo seja composta por Direitos de Crédito Elegíveis com valor equivalente a R\$ 50.000.000,00, o que ocorrer primeiro.
Período Final	O período que se inicia no 180º dia anterior à Data de Resgate.
Pessoas Autorizadas	As Pessoas Autorizadas do Cedente e as Pessoas Autorizadas do Fundo, quando referidas em conjunto.
Pessoas Autorizadas do Cedente	As pessoas autorizadas a representar o Cedente em operações de cessão de Direitos de Crédito do Cedente ao Fundo, bem como para assinar os respectivos Termos de Cessão em nome do Cedente, conforme indicadas no Contrato de Cessão.
Pessoas Autorizadas do Fundo	As pessoas autorizadas a representar o Fundo em operações de cessão de Direitos de Crédito do Cedente ao Fundo, bem como para assinar os respectivos Termos de Cessão em nome do Fundo, conforme indicadas no Contrato de Cessão.
Política de Cadastro e Concessão de Crédito	A política de cadastro e concessão de crédito observada pelo Cedente na origem e formalização dos Direitos de Crédito, conforme descrita no Regulamento e no item 5.2. deste Prospecto.
Prazo de Colocação	O prazo máximo de 180 dias corridos contados da data do registro da Oferta na CVM, durante o qual poderão ser subscritas Quotas Sênior e/ou Quotas Subordinadas Mezanino objeto da Oferta. O Administrador poderá solicitar à CVM a prorrogação do Prazo de Colocação, nos termos da regulamentação aplicável, sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral.

Prazo para Reenquadramento da Carteira	O período de 8 (oito) Dias Úteis durante o qual a Carteira do Fundo poderá permanecer desenquadrada em relação a qualquer dos Percentuais de Concentração e Diversificação dos Direitos de Crédito e/ou ao Percentual Mínimo de Garantia dos Direitos de Crédito, sem que referido desenquadramento represente a ocorrência de um Evento de Avaliação (salvo na hipótese prevista na alínea (xxi) do item 4.14.1. deste Prospecto, que estará sujeita ao prazo específico ali indicado). Durante o Prazo para Reenquadramento da Carteira, o Fundo poderá realizar aquisições de Direitos de Crédito de acordo com o disposto no item 6.3. do Regulamento.
Prazo para Resgate Antecipado	O prazo de 45 dias corridos contados da data da Assembléia Geral que deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, para que ocorra o resgate integral das Quotas do Fundo.
Preço de Aquisição	O preço de aquisição dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, calculado de acordo com os critérios descritos no Contrato de Cessão.
Preço de Emissão	O preço de emissão inicial e unitário das Quotas do Fundo no âmbito da Primeira Emissão.
Primeira Data de Emissão	A data em que ocorrer a primeira integralização de Quotas representativas da Primeira Emissão do Fundo.
Primeira Emissão	A primeira emissão de Quotas do Fundo, composta por 210.000 Quotas Sênior no valor de R\$ 210.000.000,00, 30.000 Quotas Subordinadas Mezanino no valor de R\$ 30.000.000,00 e 60.000 Quotas Subordinadas Junior no valor de R\$ 60.000.000,00, em montante total de R\$ 300.000.000,00.
Procedimentos de Cobrança	Os procedimentos a serem adotados pelo Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos para cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, conforme descritos no Regulamento e no Anexo IV deste Prospecto.
Prospecto	Este Prospecto de distribuição pública de Quotas Sênior e Quotas Subordinadas Mezanino da Primeira Emissão do Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Financeiro Corporativo I, elaborado nos termos da regulamentação aplicável.
Quotas	As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas, quando referidas em conjunto.
Quotas Sênior	As quotas sênior da Primeira Emissão do Fundo.

Quotas Subordinadas	As Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior da Primeira Emissão do Fundo, quando referidas em conjunto.
Quotas Subordinadas Junior	As quotas subordinadas junior da Primeira Emissão do Fundo, que se subordinam às Quotas Sênior e às Quotas Subordinadas Mezanino para fins de pagamento de amortização e resgate, conforme descrito no Regulamento.
Quotas Subordinadas Mezanino	As quotas subordinadas mezanino da Primeira Emissão do Fundo, que se subordinam às Quotas Sênior para fins de pagamento de amortização e resgate, mas que têm preferência sobre os pagamentos de amortização e resgate das Quotas Subordinadas Junior.
Quotista	O titular de Quotas Sênior ou de Quotas Subordinadas.
Quotistas Dissidentes	Os titulares de Quotas Sênior que discordarem da decisão da Assembléia Geral que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada.
Razão de Garantia	O resultado, na forma percentual, da divisão do valor das Quotas Subordinadas Junior pelo valor total do patrimônio líquido, conforme disposto no Regulamento, bem como o resultado, na forma percentual, da divisão do valor das Quotas Sênior pelo valor total do patrimônio líquido, conforme disposto no item 4.9.4. deste Prospecto. Até o resgate integral das Quotas Sênior, o valor das Quotas Subordinadas Junior deverá corresponder a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior deverá corresponder a, no máximo, 70% (setenta por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo.
Regulamento	O Regulamento do Fundo e seus anexos.
Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis	A relação dos Direitos de Crédito que o Cedente esteja disposto a ceder ao Fundo em um determinado Dia Útil após a celebração do Contrato de Cessão, a qual deverá ser disponibilizada pelo Cedente ao Custodiante, ao Administrador e ao Gestor, por meio eletrônico e/ou físico na forma acordada entre o Cedente e o Custodiante. O Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis identificará que os Direitos de Crédito nele indicados atendem às Condições de Diversificação.

Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis	A relação dos Direitos de Crédito Elegíveis que o Fundo esteja disposto a adquirir em um determinado Dia Útil após a celebração do Contrato de Cessão, a qual deverá ser disponibilizada pelo Custodiante ao Cedente, Administrador e ao Gestor, por meio eletrônico e/ou físico, de acordo com modelo disponibilizado no Contrato de Cessão. O Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis identificará os Direitos de Crédito Elegíveis objeto de aquisição pelo Fundo e o respectivo Preço de Aquisição.
Reserva de Pagamento	A reserva constituída pelo Custodiante, instruído pelo Administrador, segundo orientação do Gestor, para fazer frente ao pagamento das amortizações e do resgate das Quotas do Fundo, por meio da aplicação dos recursos recebidos das liquidações dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros, segundo os critérios estabelecidos no Capítulo Vinte do Regulamento e no item 4.17. deste Prospecto.
Rural	O Banco Rural S.A.
Sacados	Os devedores das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária e/ou do Lastro das Operações de Desconto.
Sacados Especiais	Os Sacados indicados na lista constante do Anexo I do Contrato de Cessão. Conforme previsto no Contrato de Cessão, a lista de Sacados Especiais somente poderá ser alterada mediante aprovação da Agência Classificadora de Risco, uma vez que qualquer alteração à lista de Sacados Especiais não poderá implicar o rebaixamento da classificação de risco (<i>rating</i>) atribuída às Quotas Sênior.
Sacados Inadimplentes	Os Sacados devedores de Lastro das Operações de Desconto referente a Direitos de Crédito Inadimplidos.
Saldo da Conta Vinculada	O saldo de recursos em moeda corrente nacional mantidos em conta corrente vinculada de cada Cliente no Cedente, que poderá ser utilizado para liquidar os Direitos de Crédito Mútuo, conforme autorização dos Clientes ao Cedente, nos termos das Operações de Mútuo, e que, em conjunto com a Cessão Fiduciária, compõe as Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo.
Taxa de Administração	A remuneração mensal devida ao Administrador, conforme prevista no Anexo VII do Regulamento e no item 4.21. deste Prospecto.
Taxa de Performance	A taxa de desempenho a ser paga ao Administrador, calculada nos termos do Anexo VII do Regulamento e no item 4.21. deste Prospecto.

Taxa DI	A taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI, de 1 (um) dia, <i>Extra Grupo</i> , calculada e divulgada pela CETIP, e capitalizada em base anual (considerando-se, para tanto, um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis).
Termo de Adesão	O “Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento do Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Financeiro Corporativo I”, elaborado na forma do Anexo III do Regulamento, a ser assinado por cada Quotista no ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo.
Termo de Cessão	O documento elaborado de acordo com o modelo constante do Contrato de Cessão, que regulará a cessão de Direitos de Crédito selecionados para aquisição pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão, bem como identificará tais Direitos de Crédito e o seu respectivo Preço de Aquisição. O Termo de Cessão será assinado pelas Pessoas Autorizadas.
Valor Futuro Estimado	O valor estimado pelo Administrador, conforme orientação do Gestor, para realizar o pagamento da próxima parcela de amortização ou do resgate devido às Quotas Sênior e às Quotas Subordinadas Mezanino, o qual deverá ser alocado em Ativos Financeiros, em observância aos percentuais indicados no Regulamento.
Verificação	O procedimento de análise das Condições de Diversificação pela Certificadora, nos termos do Contrato de Verificação.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta Seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto ou nos Contratos da Operação.

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Número da Emissão	Primeira
Montante Total da Oferta	R\$ 240.000.000,00
Quantidade de Classes	Três, sendo uma única classe de Quotas Sênior e duas classes de Quotas Subordinadas, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior.
Quantidade de Quotas Sênior	210.000
Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino	30.000
Forma de Integralização das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino	As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino serão subscritas nos termos dos respectivos Compromissos de Subscrição de Quotas e integralizadas mediante chamadas parciais de capital, conforme descrito nos respectivos Compromissos de Subscrição de Quotas. A integralização será efetuada (i) por meio do Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP ou (ii) por meio de qualquer transferência de recursos permitida na regulamentação aplicável, em moeda corrente nacional.
Preço de Integralização das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino	A integralização das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino será feita pelo valor da Quota no dia da integralização, correspondente ao Preço de Emissão atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data da respectiva integralização, calculado de acordo com o disposto no Regulamento e nos itens 4.9.8. e 4.9.9. abaixo.
Amortização das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino	O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas de acordo com o cronograma previsto no Regulamento e no item 4.10.1. deste Prospecto, sendo que as Quotas Sênior terão preferência sobre as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Mezanino terão preferência sobre as Quotas Subordinadas Junior para fins de pagamento de amortização e resgate.
Administrador/Distribuidor	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., que contratou a Capitânia Agentes Autônomos de Investimento Ltda. para auxiliá-la na colocação das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino.

Preço de Emissão	O Preço de Emissão das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino da Primeira Emissão foi fixado em R\$ 1.000,00 por Quota Sênior e por Quota Subordinadas Mezanino, na Primeira Data de Emissão, totalizando a Oferta o valor de R\$ 240.000.000,00.
Negociação	Na Primeira Data de Emissão, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino são admitidas à negociação (i) no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP, e (ii) nos sistemas de negociação BOVESPA FIX e SOMA FIX, administrados e operacionalizados pela BOVESPA.
Público Alvo	O Fundo é destinado a Investidores Qualificados e a fundos de investimento regulados pela Instrução CVM n.º 409/04 que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.
Inadequação do Investimento	A Oferta não é destinada a investidores que necessitam de ampla liquidez em seus títulos.
Informações Adicionais	Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e/ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto ao Administrador, ao Agente Autônomo e/ou à CVM.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

2.1. Características da Oferta

2.1.1. A Oferta

As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino são objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação, exclusivamente no mercado brasileiro, no mercado de balcão não organizado. A Oferta será conduzida pelo Administrador, que contratou o Agente Autônomo para auxiliá-lo colocação das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino.

2.1.2. Público Alvo

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados e a fundos de investimento regulados pela Instrução CVM n.º 409/04 que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

2.1.3. Registro da Oferta das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino

A Oferta foi registrada na CVM, em 5 de fevereiro de 2007, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01 e da Instrução CVM n.º 400/03.

2.1.4. Quantidade de Quotas da Primeira Emissão e Quantidade de Quotas Sênior e Quotas Subordinadas Mezanino Objeto da Oferta

A Primeira Emissão é composta por 210.000 Quotas Sênior, 30.000 Quotas Subordinadas Mezanino e 60.000 Quotas Subordinadas Junior, todas correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo. As Quotas Subordinadas Junior não são objeto da Oferta e serão subscritas e integralizadas pelo Rural, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior.

2.1.5. Preço de Emissão e Preço de Integralização das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino no âmbito da Oferta

O Preço de Emissão das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino foi fixado em R\$ 1.000,00 por Quota Sênior e por Quota Subordinadas Mezanino, na Primeira Data de Emissão, totalizando a Oferta o valor de R\$ 240.000.000,00.

A integralização das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino será realizada pelo valor da Quota no dia da integralização, correspondente ao Preço de Emissão atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data da respectiva integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens 4.9.8. e 4.9.9. deste Prospecto.

2.1.6. Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino durante o Prazo de Colocação

As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino serão subscritas e integralizadas nos termos dos respectivos Compromissos de Subscrição de Quotas.

No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) firmará o respectivo Compromisso de Subscrição de Quotas, e (iii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à Taxa de Administração e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e na Seção 3 deste Prospecto.

As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino deverão ser subscritas durante o Prazo de Colocação, ou seja, em até 180 dias contados da data do registro da Oferta perante a CVM. O Administrador poderá solicitar à CVM a prorrogação do Prazo de Colocação, nos termos da regulamentação aplicável, sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral.

Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino que não sejam subscritas dentro do Prazo de Colocação serão canceladas pelo Administrador, sem necessidade de aprovação de tal cancelamento em Assembléia Geral.

A integralização das Quotas do Fundo será efetuada (i) por meio do Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP ou (ii) por meio de qualquer transferência de recursos permitida na regulamentação aplicável, em moeda corrente nacional. A integralização de Quotas Sênior ou Subordinadas será feita pelo valor da Quota no dia da integralização, correspondente ao Preço de Emissão atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data da respectiva integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens 4.9.8. e 4.9.9. deste Prospecto.

Eventual modificação ou revogação da Oferta será imediatamente divulgada pelo Administrador aos investidores pelos mesmos meios utilizados para divulgação do Anúncio de Início.

Na hipótese de modificação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta terão que confirmar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação do Administrador referida acima, seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta, sendo presumida a manutenção da aceitação em caso de silêncio.

Na hipótese de (i) modificação da Oferta e o investidor não aceitar essa modificação ou (ii) revogação da Oferta, os montantes eventualmente entregues pelos investidores na subscrição e integralização de Quotas Sênior e/ou Quotas Subordinadas Mezanino serão integralmente restituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da manifestação do investidor nesse sentido, deduzidos dos encargos e tributos devidos. Neste caso, os investidores deverão fornecer um recibo de quitação ao Administrador referente aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição referentes às Quotas Sênior e/ou Quotas Subordinadas Mezanino já integralizadas.

2.1.7. Cronograma de Etapas da Oferta

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, teve início em 27 de fevereiro de 2007, data de publicação do Anúncio de Início.
Prazo de Colocação	As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo devem ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 dias contados da data do registro da Oferta junto à CVM, qual seja, 5 de fevereiro de 2007.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Com o início da Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas Sênior e/ou Quotas Subordinadas Mezanino no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção de adquirir Quotas Sênior e/ou Quotas Subordinadas Mezanino no âmbito da Oferta junto ao Administrador e/ou ao Agente Autônomo, a qualquer momento a partir do primeiro dia útil do Prazo de Colocação e até 2 dias úteis anteriores à data de publicação do anúncio de encerramento da Oferta, por meio da assinatura dos boletins de subscrição das Quotas Sênior e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino.
Distribuição junto ao público	As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino serão colocadas junto a Investidores Qualificados e a fundos de investimento regulados pela Instrução CVM n.º 409/04 que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.
Subscrição e Integralização das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino	<p>As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino serão subscritas e integralizadas nos termos dos respectivos Compromissos de Subscrição de Quotas. No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) firmará o respectivo Compromisso de Subscrição de Quotas, e (iii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à Taxa de Administração e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e na Seção 3 deste Prospecto.</p> <p>A integralização das Quotas do Fundo será efetuada (i) por meio do Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP ou (ii) por meio de qualquer transferência de recursos permitida na regulamentação aplicável, em moeda corrente nacional. A integralização de Quotas Sênior ou Subordinadas será feita pelo valor da Quota no dia da integralização, correspondente ao Preço de Emissão atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data da respectiva integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens 4.9.8. e 4.9.9. deste Prospecto.</p>

Modificação ou Revogação da Oferta	O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, notícia sobre eventual modificação ou revogação da Oferta, pelos mesmos meios utilizados para divulgação do Anúncio de Início.
Prazo para manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores, na hipótese de modificação das condições da Oferta	Na hipótese de modificação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação do Administrador referida acima, sendo presumida a manutenção da aceitação em caso de silêncio.
Prazo para restituição de valores aos investidores na hipótese de modificação ou revogação da Oferta	Em caso de (i) modificação da Oferta e o investidor não aceitar essa modificação ou (ii) revogação da Oferta, os montantes eventualmente entregues pelos investidores na subscrição e integralização de Quotas Sênior e/ou Quotas Subordinadas Mezanino serão integralmente restituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da manifestação do investidor nesse sentido, deduzidos dos encargos e tributos devidos.
Divulgação do Resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da publicação de anúncio de encerramento no periódico utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo, qual seja, o jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro.

Na data deste Prospecto, estava em curso o Prazo de Colocação das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino objeto da Oferta.

2.1.8. Valor Mínimo de Investimento

A aplicação inicial de cada investidor interessado em adquirir Quotas Sênior e/ou Quotas Subordinadas Mezanino no âmbito da Oferta deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 25.000,00. Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

2.1.9. Parâmetro de Rentabilidade das Quotas Sênior Objeto da Oferta

O Fundo buscará atingir, para as Quotas Sênior, *Benchmark* correspondente a 110% da Taxa DI. O *Benchmark* das Quotas Sênior não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Quotistas por parte do Fundo, do Administrador, do Custodiante, do Gestor e/ou do Cedente.

Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Quotistas titulares das Quotas Sênior não farão jus a uma rentabilidade superior ao *Benchmark*, o qual representará o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Sênior.

As Quotas Subordinadas não terão parâmetro de remuneração definido.

2.2. Negociação das Quotas

Na Primeira Data de Emissão, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino são admitidas à negociação (i) no Sistema de Fundo Fechado - SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP, e (ii) nos sistemas de negociação BOVESPA FIX e SOMA FIX, administrados e operacionalizados pela BOVESPA.

Na hipótese de negociação das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino em operações conduzidas no mercado secundário por meio do Sistema de Fundo Fechado – SFF (“SFF”), mantido e operacionalizado pela CETIP, ou dos sistemas de negociação BOVESPA FIX e SOMA FIX, administrados e operacionalizados pela BOVESPA, o agente intermediário da respectiva negociação será integralmente responsável por comprovar a classificação do novo Quotista como Investidor Qualificado.

As Quotas Subordinadas Junior, que serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Rural, não serão objeto de negociação, transferência ou qualquer forma de oneração, sendo proibida a sua transferência para ou a sua oneração em benefício de terceiros, exceto mediante autorização expressa do Gestor e do Administrador. A negociação ou transferência das Quotas Subordinadas Junior dependerá do seu prévio registro na CVM, nos termos da regulamentação em vigor, bem como no SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP e/ou no SOMAFIX e BOVESPA FIX, administrados e operacionalizados pela BOVESPA.

As despesas relacionadas ao eventual registro das Quotas Subordinadas Junior na CVM, nos termos da regulamentação em vigor, bem como ao registro das Quotas Sênior, das Quotas Subordinadas Mezanino e, eventualmente, das Quotas Subordinadas Junior, no SFF serão consideradas encargos do Fundo, nos termos do item 4.21. deste Prospecto.

2.3. Custos da Oferta

A tabela abaixo indica os custos relacionados à estruturação do Fundo e ao registro da Oferta:

Custo da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao Preço por Quota
Comissão de Coordenação	-	-
Comissão de Colocação	-	-
Despesas de Registro	165.740,00	0,069%
Publicações	35.000,00	0,015%
Agências Classificadoras de Risco	103.250,00	0,043%
Consultores Legais	100.000,00	0,042%
Audidores Independentes	-	-
Total	403.990,00	0,168%
Custo Unitário de Distribuição		
Preço por Quota (R\$)*	Custo por Quota (R\$)	
1.000,00	1,683	
<i>* com base no Preço de Emissão na Primeira Data de Emissão</i>		
Montante Total da Oferta (R\$)	Custo Máximo da Distribuição (R\$)	
240.000.000,00	403.990,00	

Os custos relativos à contratação dos Auditores Independentes somente serão incorridos pelo Fundo a partir do início das atividades do Fundo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a Oferta.

Tendo em vista que o Administrador e o Agente Autônomo, na qualidade de sociedades integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, serão os únicos responsáveis pela distribuição pública das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino da Primeira Emissão junto ao público investidor, não serão devidas pelo Fundo quaisquer comissões referentes à colocação pública das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino da Primeira Emissão.

As despesas relacionadas ao registro da Oferta das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino serão consideradas como encargos do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e o disposto no item 4.21. deste Prospecto.

2.4. Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP, à BOVESPA, à sede do Administrador e/ou do Agente Autônomo, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicadas abaixo, sendo que o Regulamento, o Prospecto e os demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo encontram-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução apenas.

O Administrador designou a Sra. Simone Rosa como responsável por esclarecer quaisquer dúvidas e/ou prestar informações adicionais sobre a Oferta.

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar
Rio de Janeiro – RJ
At.: Sra. Simone Rosa
Tel.: (21) 3974-4535
Fax.: (21) 3974-4501
Correio Eletrônico: fidc@mellonbrasil.com.br
Website: www.mellonbrasil.com.br

Capitânia Agentes Autônomos de Investimento Ltda.

Rua Tavares Cabral, n.º 102, conjunto 82, 8º andar
São Paulo – SP
Tel.: (11) 6853-8800
Fax: (11) 3811-9921
Correio Eletrônico: advisory@capitania.net
Website: www.capitania.net

Comissão de Valores Mobiliários

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar
Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3233-8686
Fax: (21) 3233-8356

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andar
São Paulo – SP
Tel.: (11) 2146-2000
Fax: (11) 2146-2097
Website: www.cvm.gov.br

Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2276-7474 / 2223-6464
Fax: (21) 2276-7435 / 2223-6435

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar
São Paulo - SP
Tel.: (55 11) 3111-1400 / 3365-4925
Fax: (55 11) 3111-1563
Website: www.cetip.com.br

Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA

Rua XV de Novembro, n.º 275
São Paulo - SP
Website: www.bovespa.com.br

2.5. Identificação dos demais Prestadores de Serviços ao Fundo

Gestor

Integral-Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda.
Rua Tavares Cabral, n.º 102, conjuntos 61 e 62
São Paulo - SP
Tel.: (11) 6853 8800
Fax.: (11) 3811 9921

Custodiante

Banco Bradesco S.A.
Prédio Novo, 4º andar, Vila Yara
Cidade de Deus - Osasco – SP
Tel.: (11) 3684 4522
Fax.: (11) 3684 5645

Assessoria Jurídica

Mattos Filho, Veiga, Filho, Marrey Jr. e Quiroga
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447
São Paulo – SP
Tel.: (11) 3147.7600
Fax.: (11) 3147.7770

Auditores Independentes

KPMG Auditores Independentes
Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33
São Paulo – SP
Tel.: (11) 2183.3000
Fax.: (11) 2183.3001

Agência Classificadora de Risco

Standard & Poor's
Avenida Faria Lima, n.º 201, 18º andar
São Paulo – SP
Tel.: (11) 3039-9700
Fax.: (11) 3039-9771

Austin Rating
Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, n.º 110, 7º andar, conjunto 73
São Paulo – SP
Tel.: (11) 3377.0707
Fax.: (11) 3377.0739

2.6. Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, na qualidade de instituição responsável pela distribuição das Quotas da Primeira Emissão, declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. Ademais, as informações eventuais ou periódicas e que venham a integrar este Prospecto, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

3. FATORES DE RISCO

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas à política de investimento do Fundo e à composição da Carteira, bem como os fatores de risco descritos a seguir.

3.1. Riscos de Mercado dos Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Além disso, o Fundo não realiza quaisquer operações em mercados de derivativos para fins de proteção das posições detidas na Carteira. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos de Crédito Elegíveis e nos Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Quotas Sênior será atualizado na forma estabelecida no item 4.9.8. deste Prospecto e o valor das Quotas Subordinadas Mezanino será atualizado na forma estabelecida no item 4.9.9. deste Prospecto, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino. O Fundo poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo o Administrador, o Gestor e o Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Quotistas, em razão dos descasamentos de que trata este subitem.

A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários conforme estabelecido na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo. As variações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

3.2. Riscos de Crédito dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros

O Cedente somente tem responsabilidade pela devida origem e formalização, nos termos da Política de Cadastro e Concessão de Crédito, dos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pela solvência dos Clientes. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito Elegíveis sejam pagos pelos Clientes e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Regulamento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor e pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.

O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos emissores dos Ativos Financeiros e quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Nos termos do Contrato de Cessão, considerar-se-á resolvida a cessão: (i) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo que venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular de ônus, gravame ou encargo constituído sobre tal Direito de Crédito, previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo, (ii) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo sem origem legal ou indevidamente amparado por Documentos Comprobatórios, (iii) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo sem atendimento das Condições de Cessão e (iv) de todo e qualquer Direito de Crédito Elegível que não seja pago integralmente pelo respectivo Cliente em decorrência de descumprimento pelo Cedente de suas obrigações, por comprovada culpa, dolo, omissão ou má-fé do Cedente. Em ocorrendo um dos eventos de resolução de cessão, conforme indicado no Contrato de Cessão, o Cedente será obrigado a (i) notificar imediatamente o Administrador e o Custodiante sobre tal fato e (ii) dentro de até 48h (quarenta e oito horas) contadas da data de envio da notificação referida acima, restituir imediatamente ao Fundo o montante, em moeda corrente nacional, correspondente ao Preço de Aquisição atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição de tal Direito de Crédito objeto de resolução de cessão. Não há garantias de que o Cedente cumprirá com as suas obrigações referidas acima e, caso não as cumpra, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Os Clientes devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis não serão notificados sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito Elegíveis de que sejam devedores, de modo que, caso o Fundo realize esforços de cobrança, judicial e/ou extrajudicial, de Direitos de Crédito Inadimplidos, não há garantia de que estes Clientes devedores efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis diretamente ao Fundo. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em benefício do Cedente, esse será obrigado a restituir ao Fundo os valores referentes a tais pagamentos. Não há garantia de que o Cedente cumprirá com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

3.3 Risco Relacionado à Origem e Regularidade dos Direitos de Crédito

O Custodiante realizará auditoria periódica por amostragem nos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito Elegíveis para verificar a origem legal dos Direitos de Crédito Elegíveis e regularidade dos respectivos Documentos Comprobatórios, observado os critérios e procedimentos descritos no item 4.4 deste Prospecto. Tendo em vista que a auditoria periódica por amostragem acima referida será realizada após a cessão dos Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo, trimestralmente, a Carteira poderá conter Direitos de Crédito Elegíveis cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Elegíveis. Esse fato poderá trazer perdas ao Fundo e aos Quotistas.

3.4 Riscos de Liquidez

Os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) deliberação de liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito Elegíveis. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito Elegíveis, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito Elegíveis poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.

3.5. Riscos Operacionais envolvendo o Fundo

O Rural será responsável pelas Funções Operacionais do Rural. O descumprimento, pelo Rural, de determinadas Funções Operacionais do Rural, podem dificultar ou impossibilitar o recebimento, pelo Fundo, dos pagamentos referentes a Direitos de Crédito Elegíveis, caso em que o Fundo e os Quotistas poderão sofrer perdas significativas. Dentre tais riscos operacionais destacam-se os seguintes:

Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios: Nos termos do Contrato de Depósito, o Rural será responsável pela guarda das vias originais dos Documentos Comprobatórios (exceto dos Cheques, que serão custodiados pelo Agente de Custódia e Compensação de Cheques, nos termos do Contrato de Custódia e Compensação de Cheques), na qualidade de fiel depositário. A guarda dos Documentos Comprobatórios pelo Rural pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida formalização dos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito Elegíveis, para verificar a origem legal dos Direitos de Crédito Elegíveis e a regularidade dos respectivos Documentos Comprobatórios, observados os critérios e procedimentos previstos no item 4.4 deste Prospecto. Tendo em vista que a auditoria periódica por amostragem acima referida será realizada após a cessão dos Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo, a Carteira poderá conter Direitos de Crédito Elegíveis cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Elegíveis. Esse fato poderá trazer perdas ao Fundo e aos Quotistas.

Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos: Nos termos do Contrato de Cobrança e Conciliação, o Rural será responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos em benefício do Fundo, de acordo com os Procedimentos de Cobrança. Não há como assegurar que o Rural atuará de acordo com o disposto no Contrato de Cobrança e Conciliação no âmbito da cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Quotistas.

Agente de Conciliação e Cobrança: Nos termos do Contrato de Cobrança e Conciliação, o Rural atuará como Agente de Conciliação e Cobrança. Não há como assegurar que o Rural atuará de acordo com o disposto no Contrato de Cobrança e Conciliação no exercício de suas atividades na qualidade de Agente de Conciliação e Cobrança, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Quotistas.

Nos termos do Contrato de Custódia e Compensação de Cheques, o Agente de Custódia e Compensação de Cheques será responsável pela guarda das vias originais dos Cheques vinculados a Direitos de Crédito Elegíveis. A guarda dos Cheques pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida formalização de Garantias de Direitos de Crédito Mútuo e/ou do Lastro das Operações de Desconto. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios, para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Tendo em vista que a auditoria acima referida será realizada após a cessão dos Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo, a Carteira poderá conter Direitos de Crédito Elegíveis cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Elegíveis. Esse fato poderá trazer perdas ao Fundo e aos Quotistas.

Ainda nos termos do Contrato de Custódia e Compensação de Cheques, o Agente de Custódia e Compensação de Cheques será responsável pela compensação dos Cheques vinculados a Direitos de Crédito Elegíveis. Caso o Agente de Custódia e Compensação de Cheques não exerça suas funções conforme descrito no Contrato de Custódia e Compensação de Cheques, o Fundo poderá ter dificuldade para receber pagamentos de Cheques vinculados a Direitos de Crédito Elegíveis, o que poderá ocasionar em atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas ou até mesmo em perdas aos Quotistas e ao Fundo.

Nos termos do Contrato de Cobrança e Conciliação, o Custodiante será responsável por prestar serviços de Agente de Cobrança e Recebimento e Agente de Supervisão de Garantias. Caso o Custodiante não exerça suas funções como Agente de Cobrança e Recebimento e Agente de Supervisão de Garantias de acordo com os termos e condições do Contrato de Cobrança e Conciliação, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar em atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas ou até mesmo em perdas aos Quotistas e ao Fundo.

Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01. Caso o Custodiante não exerça suas funções de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar em atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas ou até mesmo em perdas aos Quotistas e ao Fundo;

Nos termos do Contrato de Verificação, a Verificação e a Certificação serão realizadas pela Certificadora, com base em informações sobre a Carteira disponibilizadas pelo Custodiante. Não há como assegurar que não ocorrerão falhas e/ou imprecisões nos processos de Verificação e Certificação, sendo que, nesses casos, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito que não atendam às Condições de Diversificação, o que poderá resultar em perdas ao Fundo e/ou aos Quotistas.

O Cedente, o Fundo, o Administrador, o Gestor e o Custodiante não serão responsáveis pelo pagamento dos Direitos de Crédito Inadimplidos. O Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos será responsável por cobrar os Direitos de Crédito Inadimplidos, em observância aos Procedimentos de Cobrança, os quais não assegurarão que os valores devidos ao Fundo relativos a tais Direitos de Crédito Inadimplidos serão recuperados.

3.6. Riscos de Descontinuidade

Conforme previsto no Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em datas anteriores às Datas de Amortização e/ou à Data de Resgate, na ocorrência de Eventos de Avaliação, Eventos de Liquidação Antecipada ou Eventos de Suspensão, ou em caso de determinação da Assembléia Geral. Deste modo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembléia Geral poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo e outras hipóteses em que o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros. Nessas situações, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros recebidos quando do vencimento antecipado do Fundo ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Clientes devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis.

O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito originados pelo Cedente, o qual não será obrigado a originar e/ou ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. Além disso, o Cedente celebrou contratos de cessão de direitos de crédito com outros fundos de investimento em direitos creditórios na qualidade de cedente de direitos de crédito de natureza similar ou distinta dos Direitos de Crédito. Caso o Cedente (i) direcione seus melhores esforços para a originação de outros direitos de crédito que serão objeto de cessão a outros fundos de investimento em direitos creditórios que não o Fundo, ou (ii) deixe de originar Direitos de Crédito e/ou de cedê-los ao Fundo, ou (iii) decida terminar o Contrato de Cessão e a Assembléia Geral não resolva continuar as atividades do Fundo, mediante alteração do Regulamento, de forma que o objetivo do Fundo seja adquirir outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito, o Fundo poderá ter que ser liquidado antecipadamente, sendo que, neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo com a mesma remuneração buscada pelo Fundo.

3.7. Outros Riscos

A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito Elegíveis. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, do Administrador, do Gestor, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

4. RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO FINANCEIRO CORPORATIVO I

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO FINANCEIRO CORPORATIVO I

Os termos utilizados nesta seção do Prospecto terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no Regulamento e na seção "Definições" deste Prospecto. Esta seção traz um breve resumo das disposições previstas no Regulamento, mas a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

4.1. Base Legal

O Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Financeiro Corporativo I, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 48 meses contados da Primeira Data de Emissão, tem como base legal a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907/01 e a Instrução CVM n.º 356/01. O Fundo é regulado pelo Conselho Monetário Nacional e pela CVM, estando sujeito, ainda, aos termos e condições de seu Regulamento. O Fundo é classificado na ANBID como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

4.2. Público Alvo

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, conforme definidos na Instrução CVM n.º 409/04, e a fundos de investimento regulados pela Instrução CVM n.º 409/04 que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

4.3. Administração

O Fundo é administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários.

O Administrador contratou a Integral-Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tavares Cabral, n.º 102, conjunto 61/62, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 06.576.569/0001.86, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, para ser responsável pela gestão da Carteira do Fundo.

O Gestor poderá ser destituído de suas funções, a qualquer momento e independentemente de qualquer notificação prévia, na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade única e exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Doze do Regulamento, e desde que configurada justa causa nos termos do parágrafo abaixo.

Para os fins de que trata o parágrafo acima, será considerada justa causa a comprovação de que o Gestor (i) atuou com culpa, negligência, imprudência, imperícia, fraude ou violação, no desempenho de suas funções e responsabilidades como Gestor ou em qualquer outra forma de relacionamento com o Fundo; (ii) descumpriu obrigações legais ou contratuais que deveria observar como Gestor do Fundo; (iii) cometeu crime de fraude ou crime contra o sistema financeiro; (iv) foi impedido de exercer, temporária ou permanentemente, atividades no mercado de valores mobiliários em qualquer mercado do mundo e (v) esteja envolvido em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou processo de intervenção ou liquidação extrajudicial pelo Banco Central. Na hipótese de destituição do Gestor por justa causa, este permanecerá no exercício de suas funções até ser substituído, devendo receber, para tanto, a taxa de gestão acordada com o Administrador enquanto permanecer no exercício de suas funções.

Observadas a regulamentação em vigor e as limitações estabelecidas no Regulamento, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e o Gestor tem poderes para praticar todos e quaisquer atos de gestão da Carteira, exercendo inclusive os direitos inerentes aos Direitos de Crédito Elegíveis e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo.

Incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- (i) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) o registro dos Quotistas;
 - (c) o livro de atas das Assembléias Gerais;
 - (d) o livro de presença de Quotistas;
 - (e) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 4º, da Instrução CVM n.º 356/01;
 - (f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - (g) os relatórios dos Auditores Independentes;
- (ii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada, nos termos do artigo 39, inciso III, da Instrução CVM n.º 356/01;
- (iii) entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar do Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações relativas ao Fundo, à Taxa de Administração e à Taxa de Performance;
- (iv) divulgar, anualmente, no periódico referido no item (iii) acima, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Quotas, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Quotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
- (v) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (vi) fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (vii) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, conforme previstas na Instrução CVM n.º 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo, caso tais negociações venham a ser autorizadas pelo Regulamento; e
- (viii) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco (*rating*) atribuída às Quotas Sênior e às Quotas Subordinadas Mezanino.

A divulgação das informações previstas no item (iv) do parágrafo acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do Administrador pela regularidade na prestação dessas informações.

É vedado ao Administrador:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;
- (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas, nos termos da regulamentação aplicável.

As vedações de que tratam as alíneas (i) a (iii) do parágrafo acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras do Administrador, das sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de sua emissão ou coobrigação.

Excetuam-se do disposto no parágrafo acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, eventualmente integrantes da Carteira do Fundo.

É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento e/ou na regulamentação em vigor;
- (iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (iv) adquirir Quotas do Fundo;
- (v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento e na regulamentação em vigor;
- (vi) vender Quotas a prestação;
- (vii) vender Quotas a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos de Crédito ao Fundo, exceto quando se tratar de Quotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate, ou seja, Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior;
- (viii) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (x) delegar poderes de gestão da Carteira, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução CVM n.º 356/01;
- (xi) obter ou conceder empréstimos; e
- (xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira.

4.4. Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo

Para a prestação dos serviços (i) de escrituração das Quotas do Fundo e (ii) de custódia qualificada e controle dos Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01, o Fundo contratou o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/ n.º, Vila Yara, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o n.º 60.746.948/0001-12.

A custódia dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira serão de responsabilidade do Custodiante, bem como serão registrados e/ou mantidos, conforme o caso, (i) em conta de depósito aberta diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central, ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central e/ou pela CVM.

Sem prejuízo do disposto no Contrato de Custódia, e tendo em vista a quantidade e natureza dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, bem como a estratégia de investimento do Fundo, o Custodiante realizará a verificação do lastro dos Direitos de Crédito (ou seja, dos Documentos Comprobatórios) trimestralmente, por amostragem, sem prejuízo de sua faculdade de realizar auditorias no Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios caso entenda necessário, para o melhor interesse dos Quotistas.

O Custodiante deverá, diretamente ou por meio de terceiros contratados sob sua responsabilidade, verificar os documentos que evidenciem o lastro dos Direitos de Crédito Elegíveis, ou seja, os Documentos Comprobatórios. As verificações serão realizadas ao final de cada trimestre do ano civil, sendo que para a primeira verificação a ser realizada, o Custodiante deverá considerar a totalidade dos Direitos de Crédito Elegíveis de titularidade do Fundo, enquanto para as demais verificações serão considerados apenas os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada.

A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos de Crédito Elegíveis para verificação nos termos dos itens acima será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

$$n_0 = \frac{1}{E_o^2} \qquad n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Onde:

E_o = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos de Crédito Elegíveis; qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos de Crédito Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados);

N = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos de Crédito Elegíveis).

A seleção da amostra de Direitos de Crédito Elegíveis para verificação será obtida: (i) dividindo-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n_0), obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada k elementos, será retirado um para a amostra.

Em decorrência do disposto nos itens acima, o Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade ou não completude dos Documentos Comprobatórios.

4.5. Agência Classificadora de Risco

As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco, sendo que, na data deste Prospecto, a Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo era a Standard & Poor's e a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. A Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação das Quotas Subordinadas Junior.

Na data deste Prospecto, (i) a classificação de risco atribuída pela Standard & Poor's às Quotas Sênior era "brAAAF" e para as Quotas Subordinadas Mezanino era "brAAF", e (ii) a classificação de risco atribuída pela Austin Rating às Quotas Sênior era AAA e para as Quotas Subordinadas Mezanino era AA-.

A ocorrência de qualquer rebaixamento da classificação de risco (*rating*) atribuída às Quotas Sênior e/ou às Quotas Subordinadas Mezanino que não seja considerado um Evento de Avaliação nos termos do Regulamento não implicará na adoção de quaisquer medidas pelo Administrador, pelo Gestor e/ou pelo Custodiante, exceto pela comunicação aos Quotistas.

4.6. Auditoria

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, assim como pela análise da situação do Fundo e da atuação do Administrador.

4.7. Objetivo de Investimento

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Quotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito originados de operações de natureza financeira.

4.8. Política de Investimento e Composição da Carteira

Após o prazo de 90 dias contados da Primeira Data de Emissão, o Fundo deverá alocar os seus recursos na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis em montante que corresponda a, no mínimo, 50% do patrimônio líquido do Fundo. Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos de Crédito suficientes para atingir a Alocação Mínima de Investimento em Direitos de Crédito Elegíveis, o Administrador do Fundo poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento da Carteira à Alocação Mínima de Investimento por novo período de 90 dias, mas sem necessidade de autorização da Assembléia Geral. Se e quando tal autorização for obtida pelo Administrador, os Quotistas serão notificados do fato.

A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não seja alocada em Direitos de Crédito Elegíveis será necessariamente mantida em moeda corrente nacional e/ou alocada pelo Gestor nos Ativos Financeiros a seguir descritos:

- (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) títulos de emissão do Banco Central; e/ou
- (iii) operações compromissadas lastreadas em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central;

O Gestor envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação dos Quotistas.

O Gestor não utilizará instrumentos derivativos e não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

O Fundo não poderá contratar operações com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador e/ou do Gestor ou ainda com carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas.

Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira referidos neste item serão cumpridos diariamente pelo Gestor, com base no patrimônio líquido do Fundo apurado no Dia Útil imediatamente anterior a cada data de cálculo dos referidos percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira.

Os Direitos de Crédito Elegíveis e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira serão mantidos em custódia pelo Custodiante, bem como, quando for o caso, registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central e/ou pela CVM.

O Fundo não contará com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, do Cedente, bem como de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

4.9. Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Quotas

4.9.1. Patrimônio Inicial

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em três classes, sendo uma classe de Quotas Sênior e duas classes de Quotas Subordinadas, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior.

Todas as Quotas do Fundo serão escriturais e serão mantidas em conta de depósito em nome dos Quotistas pelo Custodiante, na qualidade de agente escriturador das Quotas do Fundo.

O patrimônio do Fundo, após a Primeira Emissão, será formado por, no máximo, 300.000 (trezentas mil) Quotas, sendo 210.000 (duzentas e dez mil) Quotas Sênior, 30.000 (trinta mil) Quotas Subordinadas Mezanino e 60.000 (sessenta mil) Quotas Subordinadas Junior, com o Preço de Emissão, na Primeira Data de Emissão, de R\$ 1.000,00 cada uma, totalizando um patrimônio de até R\$ 300.000.000,00, sendo que não haverá quantidade mínima de Quotas a ser colocada no âmbito da Primeira Emissão.

As Quotas do Fundo serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto no Regulamento.

4.9.2. Direitos Patrimoniais

As Quotas Sênior terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Sênior. As Quotas Subordinadas Mezanino, por sua vez, terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas Junior, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas Mezanino. Sem prejuízo do disposto no item 4.10.2. abaixo, como regra geral, as Quotas Subordinadas Junior somente serão amortizadas e/ou resgatadas após o último pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, as quais somente serão amortizadas e/ou resgatadas após o último pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Sênior em circulação.

4.9.3. Direitos de Voto das Quotas

As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino terão direito de voto, correspondendo cada Quota Sênior e cada Quota Subordinada Mezanino a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

Enquanto houver Quotas Sênior e/ou Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, as Quotas Subordinadas Junior somente terão direito a voto de acordo com o disposto no item 4.12. abaixo. Após o resgate integral de todas as Quotas Sênior do Fundo e das Quotas Subordinadas Mezanino, as Quotas Subordinadas Junior ainda em circulação terão direito de voto em todas as deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, observado que, quando e se os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas Junior tiverem direito a voto nos termos deste item, cada Quota Subordinada Junior corresponderá a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

Os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo encontram-se descritos no item 4.12. abaixo.

4.9.4. Razão de Garantia das Quotas Subordinadas

Até o resgate integral das Quotas Sênior, o valor das Quotas Subordinadas Junior deverá corresponder a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior deverá corresponder a, no máximo, 70% (setenta por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo.

A Razão de Garantia será apurada diariamente pelo Custodiante.

4.9.5. Oferta Pública de Quotas Sênior e Quotas Subordinadas Mezanino

As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino serão objeto de Oferta registrada na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, as quais deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data do registro da Oferta Pública.

O Administrador poderá solicitar à CVM a prorrogação do prazo referido no parágrafo acima, nos termos da regulamentação aplicável, sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral.

Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino que não sejam subscritas dentro do prazo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias corridos acima referido serão canceladas pelo Administrador, sem necessidade de aprovação de tal cancelamento em Assembléia Geral.

O Anúncio de Início apresentará os termos e condições da Oferta Pública, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino, observado o disposto no Regulamento.

4.9.6. Subscrição das Quotas Subordinadas do Fundo e Compromisso de Subscrição pelo Cedente

As Quotas Subordinadas Junior não serão objeto da Oferta Pública e serão subscritas pelo Rural, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior.

O Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior tem por objetivo estabelecer os termos e condições em que o Rural se compromete a subscrever e a integralizar as Quotas Subordinadas Junior representativas do patrimônio do Fundo, até o encerramento da Oferta Pública, de forma a garantir o atendimento da Razão de Garantia após a Primeira Emissão, bem como a subscrição e integralização de Quotas Subordinadas Junior de que trata o item 4.15. abaixo.

4.9.7. Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo

No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) firmará o respectivo Compromisso de Subscrição de Quotas, e (iii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à Taxa de Administração e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Prospecto e no Regulamento.

As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino serão subscritas nos termos dos respectivos Compromissos de Subscrição de Quotas e integralizadas mediante chamadas parciais de capital, nos termos dos respectivos Compromissos de Subscrição de Quotas. As Quotas Subordinadas Junior do Fundo serão subscritas e integralizadas à vista, pelo Rural (nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, a ser firmado pelo Rural).

A integralização de Quotas Sênior ou Subordinadas será feita pelo valor da Quota no dia da integralização, correspondente ao Preço de Emissão atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data da respectiva integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens 4.9.8., 4.9.9. e 4.9.10. abaixo.

A integralização das Quotas do Fundo será efetuada (i) por meio do Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP ou (ii) por meio de qualquer transferência de recursos permitida na regulamentação aplicável, em moeda corrente nacional.

4.9.8. Critérios para Apuração do Valor das Quotas Sênior

A partir do primeiro Dia Útil seguinte à Primeira Data de Emissão, o valor de cada Quota Sênior para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate (nas hipóteses definidas no Regulamento) será calculado diariamente pelo Administrador e deverá ser correspondente ao menor entre os seguintes valores:

- (i) valor obtido mediante a divisão do patrimônio líquido do Fundo representado por Quotas Sênior pelo número de Quotas Sênior em circulação na data de cálculo; ou
- (ii) valor apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VQS_K = VQS_{(K-1)} \times FatorCAP - ACOMP_{(K-1)} - AMORT_{(K-1)},$$

onde:

VQS_K	valor unitário de cada Quota Sênior na data de cálculo “K”, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.
$VQS_{(K-1)}$	valor unitário de cada Quota Sênior no Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo do VQS_K , calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento.
$ACOMP_{(K-1)}$	valor da Amortização Extraordinária, no Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo do VQS_K , referente a cada Quota Sênior, se aplicável.
$AMORT_{(K-1)}$	valor da amortização da Quota Sênior devida em uma Data de Amortização no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo do VQS_K , referente a cada Quota Sênior, se aplicável.
$FatorCAP_K$	fator correspondente à Taxa DI no dia de ordem “K”, calculado com 8 casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$FatorCAP_K = 1 + \left\{ \left[\left(1 + \frac{DI_K}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \frac{S}{100} \right\}, \text{ onde:}$$

DI_K = Taxa DI, do Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo “K”; e

S = sobretaxa, sendo igual a 110, na Primeira Data de Emissão.

Observado o período de carência entre a Primeira Data de Emissão e a data em que ocorrer a primeira amortização das Quotas Sênior, conforme o cronograma de amortizações previsto no item 4.10.1. abaixo, o valor da amortização mensal das Quotas Sênior será apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$AMORT_K = \left(\frac{1}{48 - (M - 1)} \right) \times VQS_{(K-1)} \times FatorCAP_K$$

sendo que:

$AMORT_K$	valor da amortização mensal das Quotas Sênior a ser realizada no mês de ordem M , conforme cronograma definido no item 4.10.1. abaixo.
M	número do mês contado a partir da Primeira Data de Emissão, sendo que M variará entre 25 e 48.
$VQS_{(K-1)}$	valor unitário da Quota Sênior no Dia Útil imediatamente anterior, calculado na forma desse item 4.9.8.

4.9.9. Critérios para Apuração do Valor das Quotas Subordinadas Mezanino

A partir do primeiro Dia Útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Subordinada Mezanino terá seu valor unitário calculado diariamente pelo Administrador, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate (nas hipóteses definidas no Regulamento), mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VQM_K = \frac{\left[(VQM_{(K-1)} \times QTM) + (VQS_{(K-1)} \times QTS) \right] \times \left[\left(1 + \frac{DI_K}{100} \right) \times \left(1 + \frac{4,625}{100} \right) \right]^{\frac{1}{252}}}{QTM}$$

onde:

$$- \left\{ \frac{(VQS_{(K-1)} \times QTS \times FatorCAP_K) + (AMORTM_{(K-1)} \times QTM) + DM_K + TP_K}{QTM} \right\}$$

VQM_K	valor unitário de cada Quota Subordinada Mezanino na data de cálculo "K", calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento.
QTM	número de Quotas Subordinadas Mezanino na Primeira Data de Emissão.
QTS	número de Quotas Sênior na Primeira Data de Emissão.
$AMORTM_{(K-1)}$	valor de amortização compulsória das Quotas Subordinadas Mezanino no Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo, conforme definido abaixo.
$VQM_{(K-1)}$	valor unitário de cada Quota Subordinada Mezanino no Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo do VQM_K , calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento.
DM_K	As seguintes despesas e encargos do Fundo no dia de ordem "K": <ul style="list-style-type: none"> • Taxa de Administração; • Remuneração devida ao Custodiante, conforme definida no Contrato de Custódia; • Despesas operacionais do Fundo, conforme referidas no Capítulo Dezoito do Regulamento.
TP_K	A Taxa de Performance devida no dia de cálculo de ordem "K".

Observado o período de carência entre a Primeira Data de Emissão e a data em que ocorrer a primeira amortização compulsória das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme disposto no item 4.10.2. abaixo, o valor da amortização das Quotas Subordinadas Mezanino será apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$AMORTM_K = \left(\frac{1}{48 - (M - 1)} \right) \times VQM_K$$

sendo que:

$AMORTM_K$	valor da amortização das Quotas Subordinadas Mezanino a ser realizada no mês de ordem M , conforme permitido no item 4.10.2. abaixo.
M	número do mês contado a partir da Primeira Data de Emissão, sendo que M variará entre 25 (primeira amortização) e 48 (última amortização).
VQM_K	valor unitário de cada Quota Subordinada Mezanino no dia, calculado na forma desse item 4.9.9.

4.9.10. Critérios para Apuração do Valor das Quotas Subordinadas Junior

A partir do primeiro Dia Útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Subordinada Junior terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, observado que tal valor será equivalente ao resultado da divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado para o respectivo dia, deduzido o valor atualizado de todas as Quotas Sênior e Quotas Subordinadas Mezanino em circulação na ocasião, apurado conforme o disposto nos itens 4.9.8. e 4.9.9. acima, pelo número total de Quotas Subordinadas Junior do Fundo em circulação na respectiva data de apuração do seu valor.

4.9.11. Negociação das Quotas do Fundo

As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino são admitidas à negociação (i) no Sistema de Fundo Fechado - SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP, e (ii) nos sistemas de negociação BOVESPA FIX e SOMA FIX, administrados e operacionalizados pela BOVESPA.

Na hipótese de negociação das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino em operações conduzidas no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será integralmente responsável por comprovar a classificação do novo Quotista como Investidor Qualificado.

As Quotas Subordinadas Junior, que serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Rural, não serão objeto de negociação, transferência ou qualquer forma de oneração, sendo proibida a sua transferência para ou a sua oneração em benefício de terceiros, exceto mediante autorização expressa do Gestor e do Administrador.

4.9.12. Classificação de Risco das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino

As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino serão trimestralmente avaliadas por Agência Classificadora de Risco especializada contratada pelo Fundo, sendo que, na data deste Prospecto, a Agência Classificadora de Risco do Fundo era a Standard & Poor's e a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

Tendo em vista o disposto no item 4.4. deste Prospecto, o relatório da Agência Classificadora de Risco analisará, inclusive, a adequação dos critérios e procedimentos relacionados à verificação, pelo Custodiante, do lastro dos Direitos de Crédito Elegíveis (ou seja, dos Documentos Comprobatórios) por amostragem, bem como o impacto desses critérios e procedimentos na classificação de risco (*rating*) atribuída às Quotas Sênior e às Quotas Subordinadas Mezanino.

A Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação das Quotas Subordinadas Junior.

A ocorrência de qualquer rebaixamento da classificação de risco (*rating*) atribuída às Quotas Sênior e/ou às Quotas Subordinadas Mezanino que não seja considerado um Evento de Avaliação, conforme previsto no item (xix) do item 4.14.1. deste Prospecto, não implicará na adoção de quaisquer medidas pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante e/ou pelos Quotistas, exceto pela comunicação aos Quotistas na forma dos itens 4.18. e 4.19. deste Prospecto.

4.10. Amortização e Resgate das Quotas

4.10.1. Condições Gerais e Forma de Pagamento das Amortizações e Resgates

O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, sendo que as Quotas Sênior terão preferência sobre as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Mezanino terão preferência sobre as Quotas Subordinadas Junior para fins de pagamento de amortização e resgate.

As Quotas Sênior serão amortizadas em 24 parcelas, mensalmente, a partir do 25º mês contado a partir da Primeira Data de Emissão. As Quotas Sênior serão amortizadas sempre no último Dia Útil de cada mês, de acordo com a fórmula abaixo:

$$AMORT_k = \left(\frac{1}{48 - (M - 1)} \right) \times (VQS_T)$$

Sendo que:

$AMORT_k$	valor da amortização mensal periódica a ser efetuada no mês de ordem M que ocorrerá a partir do 25º (vigésimo quinto) mês da Primeira Data de Emissão
M	número do mês contado a partir da data de referência para início dos pagamentos das parcelas de amortização, sendo que M variará entre 25 (primeira amortização) e 48 (última amortização)
$VQST$	valor unitário da Quota Sênior no dia da amortização

A distribuição de quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização e/ou o resgate de Quotas.

As Quotas Sênior somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização das Quotas Sênior emitidas e em circulação ou (ii) na Data de Resgate ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. As Quotas Subordinadas Mezanino somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização e resgate das Quotas Sênior e amortização das Quotas Subordinadas Mezanino emitidas e em circulação ou (ii) na Data de Resgate ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Sem prejuízo do disposto no item 10.2. abaixo, as Quotas Subordinadas Junior somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização e resgate das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino e amortização das Quotas Subordinadas Junior emitidas e em circulação ou (ii) na Data de Resgate ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro.

Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas Sênior deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas Sênior, em benefício de todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior objeto de amortização. Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas Subordinadas Mezanino deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas Subordinadas Mezanino, em benefício de todos os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas Mezanino objeto de amortização. Quando do pagamento de resgate de Quotas, as Quotas objeto de resgate serão canceladas.

Os pagamentos das parcelas de amortização e/ou de resgate das Quotas serão efetuados, como regra geral, em moeda corrente nacional, pelo valor da Quota no dia do pagamento, calculado nos termos dos itens 4.9.8., 4.9.9., 4.9.10. acima, por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central.

Os pagamentos das parcelas de amortização e/ou de resgate das Quotas Subordinadas Junior poderão ser efetuados mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis, mediante solicitação do Rural ao Administrador.

No âmbito de processo de liquidação antecipada do Fundo, os titulares de qualquer classe de Quotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros no resgate de suas Quotas.

Quando a data estipulada para pagamento de amortização ou resgate de Quotas cair em dia que seja feriado de âmbito nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil seguinte, pelo valor da Quota no dia do pagamento.

4.10.2. Condições Especiais Aplicáveis às Amortizações das Quotas

Em cada Data de Amortização, de acordo com o cronograma previsto no item 4.10.1. acima (exceto no caso do item (i) abaixo, que poderá ocorrer a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, desde que não haja um Evento de Avaliação, Evento de Liquidação Antecipada ou Evento de Suspensão em andamento), deverão ser observadas as seguintes disposições:

- (i) o Rural poderá ter a amortização extraordinária de suas Quotas Subordinadas Junior, em moeda corrente nacional e/ou mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis, inclusive Direitos de Crédito Inadimplidos, mediante solicitação por escrito ao Gestor e ao Administrador, com antecedência de 2 (dois) Dias Úteis, desde que, após o pagamento extraordinário de amortização das Quotas Subordinadas Junior acima referido a Razão de Garantia seja mantida. Competirá ao Gestor aceitar ou não a entrega de Direitos de Crédito ao Rural como moeda de pagamento da amortização extraordinária referida acima;
- (ii) as Quotas Subordinadas Mezanino serão compulsoriamente amortizadas pelo Administrador desde que, após o pagamento compulsório de amortização das Quotas Subordinadas Mezanino, as Quotas Subordinadas Mezanino em circulação não representem menos do que 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- (iii) na hipótese do patrimônio líquido do Fundo sofrer perdas em decorrência do não pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis e/ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, tais perdas serão arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas Junior até o limite do valor correspondente aos Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros não pagos, tal como se as Quotas Subordinadas Junior tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais perdas, até o

montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas Junior. Uma vez excedido o valor total das Quotas Subordinadas Junior, os valores remanescentes correspondentes a eventuais perdas decorrentes do não pagamento de Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão absorvidos pelo valor total das Quotas Subordinadas Mezanino. Somente no caso do valor total das Quotas Subordinadas não ser suficiente para arcar com eventuais perdas decorrentes de não pagamento de Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, o valor das Quotas Sênior será afetado negativamente, nos valores de tais perdas não absorvidas pelo valor total das Quotas Subordinadas em circulação à época; e

- (iv) quaisquer custos imputados ao Fundo que sejam decorrentes dos procedimentos referentes a um Evento de Suspensão, conforme descrito no Capítulo Dezessete do Regulamento e no Contrato de Cobrança e Conciliação, inclusive mas não se limitando ao pagamento de remuneração aos novos prestadores de serviços do Fundo que venham a substituir o Rural, serão arcados, prioritariamente, pelas Quotas Subordinadas Junior, tal como se as Quotas Subordinadas Junior tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais custos, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas Junior. Caso o valor das Quotas Subordinadas Junior não seja suficiente para arcar com os custos ora referidos, tais custos serão absorvidos pelo valor total das Quotas Subordinadas Mezanino. Uma vez excedido o valor total das Quotas Subordinadas e caso o Rural não cumpra a sua obrigação de arcar com tais custos, o efeito de tais custos repercutirá nas Quotas Sênior, nos valores de tais custos não absorvidos pelo valor total das Quotas Subordinadas em circulação à época.

4.11. Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Quotas mediante a Entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros

Caso o Fundo não detenha, na data de liquidação antecipada do Fundo, recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate devido às Quotas em circulação, as Quotas em circulação poderão ser resgatadas mediante a entrega da totalidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo em pagamento aos Quotistas.

Qualquer entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros, para fins de pagamento de resgate aos Quotistas, deverá ser realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando a proporção do número de Quotas detido por cada um dos Quotistas no momento do rateio, em relação ao patrimônio líquido do Fundo, observados os exatos termos dos procedimentos estabelecidos no Capítulo Quatorze do Regulamento.

A Assembléia Geral deverá deliberar sobre os procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros em pagamento aos Quotistas, para fins de pagamento de resgate das Quotas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Doze acima e o disposto na regulamentação aplicável.

Na hipótese da Assembléia Geral referida no parágrafo acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros em pagamento aos Quotistas, para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito Elegíveis e os Ativos Financeiros serão entregues em pagamento aos Quotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

4.12. Assembléia Geral de Quotistas

É da competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) alterar o Regulamento, além das hipóteses específicas de alteração do Regulamento mencionadas nos subitens abaixo, as quais se submetem a quoruns de deliberação específicos;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (iv) deliberar sobre a substituição do Gestor;
- (v) eleger e destituir eventual(is) representante(s) dos Quotistas;
- (vi) deliberar sobre a redução ou elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de alteração prévia;
- (vii) deliberar sobre a fusão, incorporação e cisão do Fundo;
- (viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, em outras circunstâncias que não aquelas descritas nos incisos (ix) e (x) e (xi) abaixo;
- (ix) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada;
- (x) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Suspensão, o Rural deve ser destituído das Funções Operacionais do Rural, ou se tais Eventos de Suspensão devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada;
- (xi) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, tais Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar na liquidação antecipada do Fundo;
- (xii) alterar os Anexos IV e V do Regulamento;
- (xiii) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção de Procedimentos de Cobrança;
- (xiv) sem prejuízo do disposto no Regulamento, aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Quotas do Fundo mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros em pagamento;
- (xv) alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo;
- (xvi) alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Cessão;
- (xvii) aprovar a emissão de novas Quotas do Fundo, após a Primeira Emissão; e
- (xviii) aprovar a amortização antecipada das Quotas.

Os Quotistas titulares de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas Mezanino terão direito a voto em todas as matérias indicadas acima, e, enquanto existirem Quotas Sênior e/ou Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas Junior somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos itens (i), (ii), (iii), (iv), (vi), (vii), (viii), (xii) e (xv) acima. Quando não mais existirem Quotas Sênior e/ou Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas Junior terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas acima. Todas as deliberações acima referidas serão tomadas em Assembléia Geral.

As deliberações sobre as matérias indicadas nos itens (i), (v), (viii), (ix), (x), (xi), (xiii), (xvi) e (xvii) acima e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembléia Geral, que não expressamente indicadas acima, dependerão de aprovação de Quotistas que representem a maioria das Quotas Sênior em circulação e com direito a voto, a maioria das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação e com direito a voto e, se for o caso, a maioria das Quotas Subordinadas Junior em circulação e com direito a voto.

As deliberações sobre as matérias indicadas nos itens (iii), (vi) e (vii) acima dependerão de aprovação de Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação e com direito a voto.

Para os fins deste Prospecto, entende-se por (i) "Quotas Sênior em circulação e com direito a voto" quaisquer Quotas Sênior em circulação que não tenham seu direito de voto restrito em razão de eventual descumprimento, total ou parcial, pelos respectivos Quotistas, de sua obrigação de integralizar as Quotas Sênior por eles subscritas nos termos e condições previstos nos respectivos Compromissos de Subscrição, conforme disposto no item 4.9.7. acima; (ii) "Quotas Subordinadas Mezanino em circulação e com direito a voto" quaisquer Quotas Subordinadas Mezanino em circulação que não tenham seu direito de voto restrito em razão de eventual descumprimento, total ou parcial, pelos respectivos Quotistas, de sua obrigação de integralizar as Quotas Subordinadas Mezanino por eles subscritas nos termos e condições previstos nos respectivos Compromissos de Subscrição, conforme disposto no item 4.9.7. acima; e (iii) "Quotas Subordinadas Júnior em circulação e com direito a voto" quaisquer Quotas Subordinadas Júnior em circulação que tenham seu direito de voto assegurado nos termos dos parágrafos acima, e que não tenham seu direito de voto restrito em razão de eventual descumprimento, total ou parcial, pelo respectivo Quotista, de sua obrigação de subscrever e/ou integralizar novas Quotas Subordinadas Junior que venham a ser emitidas pelo Fundo.

As "Quotas Sênior em circulação e com direito a voto", as "Quotas Subordinadas Mezanino em circulação e com direito a voto" e as "Quotas Subordinadas Junior em circulação e com direito a voto" serão, para os fins deste Prospecto, em conjunto denominadas "Quotas em circulação e com direito a voto".

Observado o disposto nos parágrafos acima, as deliberações sobre as matérias indicadas nos itens (ii), (iv), (xii), (xiv), (xv) e (xviii) acima dependerão de aprovação de Quotistas que representem 100% (cem por cento) das Quotas de cada classe em circulação e com direito a voto, conforme o caso.

Não terão direito a voto na Assembléia Geral de Quotistas o Administrador e seus empregados.

4.13. Avaliação dos Ativos do Fundo

Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito Elegíveis e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

No cálculo do valor da Carteira serão observados os seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado) e de acordo com o Contrato de Custódia; e (ii) os Direitos de Crédito Elegíveis integrantes da Carteira serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito Elegíveis, inclusive ganhos com o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.

O Custodiante constituirá, para Direitos de Crédito Inadimplidos, provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o disposto na Resolução CMN n.º 2.682/99.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abrangem, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo e os valores de cada Direito de Crédito Elegível e Ativo Financeiro, calculados de acordo com os parâmetros estabelecidos neste item 4.13. e no Contrato de Custódia.

4.14. Eventos de Avaliação e de Liquidação Antecipada do Fundo e Eventos de Suspensão

4.14.1. Eventos de Avaliação

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) não observância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia e/ou no Contrato de Cobrança e Conciliação, conforme o caso, desde que, notificado(s) para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (ii) não observância, pelo Administrador ou pelo Gestor, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, conforme o caso, desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça(m) no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (iii) não observância pelo Agente de Custódia e Compensação de Cheques dos deveres e das obrigações previstos no Contrato de Custódia e Compensação de Cheques, desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (iv) resilição do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior;
- (v) ocorrência de um Evento de Revisão;
- (vi) resilição do Contrato de Custódia;
- (vii) resilição do Contrato de Depósito;
- (viii) resilição do Contrato de Custódia e Compensação de Cheques;
- (ix) resilição do Contrato de Cobrança e Conciliação;
- (x) não observância, pelo Rural, de qualquer das Funções Operacionais do Rural e/ou de suas obrigações no âmbito do Contrato de Auditoria de Conformidade e/ou do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, conforme o caso, desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (xi) caso o Administrador tenha conhecimento sobre o inadimplemento, por parte do Cedente, de obrigações representativas de dívida perante quaisquer terceiros, consubstanciadas por meio de contrato empréstimo ou financiamento, contrato de garantia, nota promissória, aval, ou qualquer outra forma de obrigação financeira e que, a exclusivo critério do Fundo, possa afetar a situação financeira e/ou operacional do Cedente, ressalvadas as hipóteses de discussões judiciais relativas à validade das referidas obrigações mantidas em estrita boa-fé pelo Cedente;
- (xii) caso o Cedente passe a estar sujeito a Regime de Administração Especial Temporária – “RAET”, nos termos do Decreto Lei n.º 2.321/87;
- (xiii) caso o Cedente seja objeto de intervenção ou liquidação extrajudicial de acordo com o disposto na Lei n.º 6.024/74;
- (xiv) na hipótese de os Auditores Independentes de Conformidade informarem ao Gestor e/ou ao Administrador que o Rural não está cumprindo com as suas obrigações nos termos do Contrato de Auditoria de Conformidade;
- (xv) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia por um período igual ou superior a 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos;

- (xvi) caso o Fundo deixe de estar enquadrado na Alocação Mínima de Investimento, por período superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos;
- (xvii) caso o Fundo deixe de estar enquadrado a qualquer dos Percentuais de Concentração e Diversificação dos Direitos de Crédito por período superior a 8 (oito) Dias Úteis consecutivos;
- (xviii) na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização ou resgate de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- (xix) na ocorrência de rebaixamento da classificação de risco (*rating*) atribuído às Quotas Sênior para classificação inferior a AA- e das Quotas Subordinadas Mezanino para classificação inferior a A-, de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência Classificadora de Risco;
- (xx) no caso de o somatório do (i) valor total das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo cedidos ao Fundo representadas por Cessão Fiduciária com (ii) o valor total do Lastro das Operações de Desconto referentes a Direitos de Crédito Elegíveis corresponder a percentual inferior a 90% (noventa por cento) e igual ou superior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor total dos Direitos de Crédito Elegíveis por período superior a 8 (oito) Dias Úteis consecutivos, conforme verificação e controle a serem realizados pelo Agente de Supervisão de Garantias;
- (xxi) no caso de o somatório do (i) valor total das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo cedidos ao Fundo representadas por Cessão Fiduciária com (ii) o valor total do Lastro das Operações de Desconto referentes a Direitos de Crédito Elegíveis corresponder a percentual inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor total dos Direitos de Crédito Elegíveis por período superior a 3 (três) Dias Úteis consecutivos, conforme verificação e controle a serem realizados pelo Agente de Supervisão de Garantias. Na hipótese referida nesse item (xxi), o somatório do (i) valor total das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo cedidos ao Fundo representadas por Cessão Fiduciária com (ii) o valor total do Lastro das Operações de Desconto referentes a Direitos de Crédito Elegíveis deverá, no prazo de 3 (três) Dias Úteis acima referido, ser restabelecido para valor que corresponda, no mínimo, ao Percentual Mínimo de Garantia dos Direitos de Crédito, sob pena de caracterização de Evento de Avaliação;
- (xxii) elevação da inadimplência da Carteira para índice superior a 20% (vinte por cento), calculado diariamente pelo Custodiante com base no total de Direitos de Crédito Elegíveis vencidos e em atraso entre 6 (seis) e 30 (trinta) dias após as respectivas datas de vencimento em relação a todos os Direitos de Crédito que tenham vencido no período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior, considerada, ainda, a média móvel de 30 (trinta) dias consecutivos;
- (xxiii) elevação da inadimplência da Carteira para índice superior a 10% (dez por cento), calculado diariamente pelo Custodiante com base no total de Direitos de Crédito Inadimplidos em atraso entre 31 (trinta e um) e 60 (sessenta) dias após as respectivas datas de vencimento em relação a todos os Direitos de Crédito que tenham vencido nesse mesmo período, considerada, ainda, a média móvel de 30 (trinta) dias consecutivos;
- (xxiv) elevação da inadimplência da Carteira para índice superior a 8% (oito por cento), calculado diariamente pelo Custodiante com base no total de Direitos de Crédito Inadimplidos em atraso entre 61 (sessenta e um) e 90 (noventa) dias após as respectivas datas de vencimento em relação a todos os Direitos de Crédito que tenham vencido nesse mesmo período, considerada, ainda, a média móvel de 30 (trinta) dias consecutivos;
- (xxv) elevação da inadimplência da Carteira para índice superior a 6% (seis por cento), calculado diariamente pelo Custodiante com base no total de Direitos de Crédito Inadimplidos em atraso acima de 91 (noventa e um) dias após as respectivas datas de vencimento em relação a todos os Direitos de Crédito que tenham vencido no período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior, considerada, ainda, a média móvel de 30 (trinta) dias consecutivos; e
- (xxvi) caso ocorra uma variação da Taxa DI em percentual igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) em um único dia.

Sem prejuízo do disposto no item 4.14.3. abaixo, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito e o Administrador convocará, imediatamente, uma Assembléia Geral, a qual decidirá, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Doze acima, (i) se o referido Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, assim como se haverá liquidação do Fundo e quais os procedimentos a serem adotados; ou (ii) se devem ser tomadas medidas adicionais e quais medidas adicionais devem ser tomadas pelo Fundo com relação a procedimentos, controles e prestadores de serviços do Fundo, de forma a minimizar potenciais riscos para o Fundo em virtude da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação, ou, quando e se for o caso, (iii) se um Evento de Suspensão também ocorreu, nesta última hipótese quando será observado o disposto no item 4.14.3. abaixo.

No caso de a Assembléia Geral deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo ou um Evento de Suspensão, o Administrador observará os procedimentos de que tratam os itens 4.14.2. ou 4.14.3. abaixo, conforme o caso, sem que, para tanto, seja necessária a convocação de uma nova Assembléia Geral, podendo a Assembléia Geral que considerar um Evento de Avaliação como um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo ou um Evento de Suspensão deliberar sobre os procedimentos relacionados à liquidação do Fundo ou à destituição do Rural no exercício das Funções Operacionais do Rural, conforme o caso, independentemente de qualquer notificação aos Quotistas ausentes à referida Assembléia Geral.

4.14.2. Eventos de Liquidação Antecipada

Além das hipóteses previstas na regulamentação, são considerados Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada;
- (ii) na hipótese de rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a conseqüente não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- (iii) na hipótese de rescisão dos contratos que regulam as Funções Operacionais do Rural ou renúncia do Rural com a conseqüente não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- (iv) na hipótese de rescisão do Contrato de Custódia e Compensação de Cheques ou renúncia do Agente de Custódia e Compensação de Cheques com a conseqüente não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- (v) na hipótese de rescisão do Contrato de Cessão;
- (vi) não pagamento, em qualquer Data de Amortização e/ou Data de Resgate, do valor da amortização e/ou do valor do resgate das Quotas Sênior;
- (vii) verificação, pelo Administrador e/ou pelo Custodiante, de aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade e/ou com as Condições de Cessão; e
- (viii) na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembléia Geral não nomear instituição habilitada para substituí-lo, nos termos estabelecidos no Regulamento.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, o Fundo imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito e o Administrador convocará Assembléia Geral para deliberar sobre a eventual liquidação antecipada do Fundo.

Na Assembléia Geral mencionada no parágrafo acima, os titulares de Quotas com direito a voto poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação estabelecido no Capítulo Doze do Regulamento, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Quotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá dar início imediato aos procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

Na hipótese da Assembleia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, quando da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, será concedido aos Quotistas Dissidentes, o Direito de Dissidência, que consiste no direito de resgate antecipado de suas Quotas Sênior, a ser pago em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de realização da referida Assembleia Geral, pelo valor da Quota Sênior do dia do pagamento, calculado na forma do item 4.9.8. acima. Os Quotistas Dissidentes deverão informar ao Administrador sobre a sua intenção de exercer o Direito de Dissidência na Assembleia Geral que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, sob pena de não mais poderem exercer o seu Direito de Dissidência em momento posterior. Os pagamentos do resgate antecipado das Quotas Sênior de titularidade dos Quotistas Dissidentes serão realizados pelo Administrador no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias acima referido, na medida em que o Fundo tenha recursos para efetuar os pagamentos de resgate devidos. Se ao final do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias acima referido os Quotistas Dissidentes não tiverem recebido o pagamento integral do resgate de suas Quotas Sênior em moeda corrente nacional, os Quotistas Dissidentes receberão Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros como pagamento de seu Direito de Dissidência.

Na hipótese da Assembleia Geral deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, quando da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, todas as Quotas serão resgatadas no Prazo para Resgate Antecipado, pelo valor da Quota do dia do pagamento, observado o seguinte procedimento:

- (i) as Quotas Sênior terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Mezanino terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Quotas Subordinadas Junior;
- (ii) as Quotas Subordinadas Junior somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Mezanino somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Sênior;
- (iii) durante o Prazo para Resgate Antecipado, as Quotas serão resgatadas em moeda corrente nacional, na medida em que o Fundo tenha recursos em moeda corrente nacional em valor de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) disponíveis;
- (iv) os pagamentos de amortização e resgate referidos acima serão realizados de acordo com o disposto no item 20.2. do Regulamento e no item 4.17. abaixo; e
- (v) sem prejuízo do disposto no Regulamento, se no último Dia Útil do Prazo para Resgate Antecipado a totalidade das Quotas não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas receberão Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros em pagamento pelo resgate de suas Quotas, entrega essa que será realizada de acordo com o disposto no Capítulo Quatorze do Regulamento e no item 4.11. acima.

O direito do Rural ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas Junior e/ou qualquer direito de voto ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação Antecipada, até a data da deliberação, pela Assembleia Geral, de que (i) o referido Evento de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, sem prejuízo da prioridade dos titulares de Quotas Sênior e Quotas Subordinadas Mezanino no recebimento de pagamento de resgate de suas Quotas, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo; ou (ii) o referido Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Quotistas na Assembleia Geral.

O direito do Rural ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas Junior e/ou qualquer direito de voto ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Suspensão e a data da deliberação, pela

Assembleia Geral, de que o referido Evento de Suspensão não dá causa à destituição do Rural das Funções Operacionais do Rural. Caso a Assembleia Geral decida que um Evento de Suspensão dá causa à destituição do Rural, o direito do Rural ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas Junior ficará suspenso até a data de liquidação do Fundo. Quaisquer custos decorrentes dos procedimentos referentes à destituição do Rural nos termos referidos acima, inclusive, mas não se limitando, o pagamento da remuneração dos novos prestadores de serviços do Fundo que venham a substituir o Rural, serão arcados, prioritariamente, pelas Quotas Subordinadas Junior, tal como se as Quotas Subordinadas Junior tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais custos, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas Junior.

4.14.3. Eventos de Suspensão do Rural exercício das Funções Operacionais do Rural

Os Eventos de Avaliação referidos nos incisos (x) a (xiv) do item 4.14.1. acima (i) poderão resultar ou não na liquidação antecipada do Fundo, conforme decisão da Assembleia Geral e/ou (ii) poderão resultar ou não, conforme decisão da Assembleia Geral, na destituição do Rural como prestador dos serviços que contemplam as Funções Operacionais do Rural.

Se a Assembleia Geral decidir que um determinado Evento de Avaliação constitui um Evento de Suspensão, o Administrador deverá iniciar os procedimentos para a destituição do Rural no exercício das Funções Operacionais do Rural, nos termos do Contrato de Cobrança e Conciliação, no Dia Útil imediatamente seguinte à realização da Assembleia Geral.

Caso o Rural seja destituído das Funções Operacionais do Rural, o Custodiante, ou terceiro contratado pelo Custodiante e/ou pelo Fundo, passará a exercer as Funções Operacionais do Rural, conforme o caso.

4.15. Enquadramento da Razão de Garantia

O Custodiante confirmará, nas Datas de Verificação, se a Razão de Garantia está sendo mantida, sendo que, caso o Custodiante constatare qualquer desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer Data de Verificação, o Custodiante comunicará imediatamente a ocorrência de tal fato ao Rural, com cópia para o Administrador e para o Gestor, por meio de carta com aviso de recebimento, solicitando ao Rural a realização de aporte adicional de recursos mediante a subscrição de tantas novas Quotas Subordinadas Junior quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia, nos termos e condições do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior. A integralização das novas Quotas Subordinadas Junior pelo Rural nos termos deste item deverá ser realizada no prazo máximo de 5 Dias Úteis contados da data de recebimento da carta com aviso de recebimento mencionado neste item.

Para fins de cumprimento do disposto acima, o Administrador, mediante o recebimento da notificação do Custodiante, e segundo orientação do Gestor, poderá deliberar pela emissão de novas Quotas Subordinadas Junior, sem necessidade de autorização prévia da Assembleia Geral. Nessa hipótese, o Regulamento deverá ser complementado com as informações das novas emissões de Quotas Subordinadas Junior.

4.16. Amortização Extraordinária para fins de Reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação Mínima em Direitos de Crédito Elegíveis e da Política de Investimento

O Administrador poderá realizar, mediante solicitação do Gestor, a qualquer tempo, a Amortização Extraordinária das Quotas Sênior em circulação, pelo valor atualizado das Quotas Sênior em circulação na data da Amortização Extraordinária, calculado de acordo com o disposto no item 4.9.8. acima, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão de Garantia e/ou à Alocação Mínima de Investimento em Direitos de Crédito Elegíveis e/ou à observância da política de investimento descrita no Regulamento.

Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária das Quotas Sênior, todos os Quotistas serão previamente notificados, por escrito, com no mínimo 1 dia de antecedência, inclusive sobre o valor total esperado envolvendo cada Amortização Extraordinária.

Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior, de forma proporcional e em igualdade de condições.

4.17. Reserva de Pagamento e Alocação de Recursos para Pagamento de Despesas do Fundo

O Administrador, segundo orientação do Gestor, deverá instruir o Custodiante a constituir Reserva de Pagamento referente às amortizações e ao resgate das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino, de acordo com o disposto abaixo, por meio da aplicação dos recursos recebidos das liquidações dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros:

- (i) até o 45º (quadragésimo quinto) dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, 50% (cinquenta por cento) do Valor Futuro Estimado deverá estar alocado em Ativos Financeiros; e
- (ii) até o 30º (trigésimo) dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, 100% (cem por cento) do Valor Futuro Estimado deverá estar alocado em Ativos Financeiros.

Durante o período para constituição de Reserva de Pagamento, o Custodiante deverá segregar e manter destacadas na contabilidade do Fundo as disponibilidades diárias referentes ao pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros, as quais serão destinadas ao pagamento das parcelas de amortização ou do resgate das Quotas Sênior e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Diariamente, a partir da Primeira Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, o Administrador e o Gestor obrigam-se a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos encargos do Fundo, conforme descritos no Capítulo Dezoito do Regulamento;
- (ii) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (iii) constituição da Reserva de Pagamento;
- (iv) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Sênior;
- (v) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Mezanino;
- (vi) pagamento pela aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis;
- (vii) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (viii) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Junior.

4.18. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo

O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do Fundo.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Quotas Sênior e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo.

O Administrador colocará à disposição dos Quotistas, em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras do fundo serão colocadas à disposição na sede do Administrador ou na CVM, nos endereços indicados abaixo:

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (11) 3974-4535
Fax.: (11) 3974-4501
Correio Eletrônico: fidc@mellonbrasil.com.br
Website: www.mellonbrasil.com.br

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar
Rio de Janeiro – RJ
Website: www.cvm.gov.br

4.19. Forma de Divulgação de Informações

A divulgação de informações ora referida será feita no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas do Fundo.

4.20. Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, bem como para fazer reclamações e/ou sugestões, os Quotistas do Fundo poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (11) 3974-4535

Fax.: (11) 3974-4501

Correio Eletrônico: fidc@mellonbrasil.com.br

4.21. Taxa de Administração, Taxa de Performance e demais Encargos do Fundo

Pela administração do Fundo, o Administrador receberá Taxa de Administração mensal e, conforme o caso, Taxa de Performance, a serem pagas até o 5º dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

Os valores a serem pagos a título de Taxa de Administração e de Taxa de Performance serão calculados sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo do dia anterior à realização do referido cálculo, à taxa de "1/252". A Taxa de Administração e a Taxa de Performance serão provisionadas diariamente.

A Taxa de Administração e a Taxa de Performance serão calculadas diariamente, de acordo com as seguintes fórmulas:

i) Taxa de Administração

$$TaxaADM_K = PLF_{(K-1)} \times \left[\left(\frac{0,60}{100} \right) \times \left(\frac{1}{252} \right) \right] + \frac{15.000}{du.mês}$$

onde:

$TaxaADM_K$ valor da Taxa de Administração referente ao dia de ordem "K" a ser provisionada.

$PLF_{(K-1)}$ valor do patrimônio líquido do Fundo no último Dia Útil anterior à data de cálculo de ordem "K".

$du.mês$ dias úteis do mês de cálculo da Taxa de Administração.

e

ii) Taxa de Performance

$$TP_K = 33/100 * Rend_Liq_Mezz$$

Desde que $TP_K > 0$

onde:

TP_K valor da Taxa de Performance devida na data de cálculo de ordem "K".

$$Rend_Liq_Mezz = Rend_Portfolio - Custo_Juros_Senior - DM_K$$

onde:

$$\text{Rend_Portfolio} = [VQM_{(k-1)} \times QTM + VQS_{(k-1)} \times QTS] \times \{[(1 + DI_k / 100)^{(1/252)} * (1 + 4,6250/100)^{(1/252)}] - 1\}$$

$$\text{Custo_Juros_Senior} = [VQS_{(k-1)} \times QTS] \times \{[(1 + DI_k / 100)^{(1/252)} - 1] * (110/100)\}$$

onde:

VQM_K valor unitário das Quotas Subordinadas Mezanino na data de cálculo "K", calculado na forma do item 4.9.9. acima.

QTM número de Quotas Subordinadas Mezanino na Primeira Data de Emissão.

VQS_K valor unitário das Quotas Sênior na data de cálculo "K", calculado na forma do item 4.9.8. acima.

QTS número de Quotas Sênior na Primeira Data de Emissão.

DI_K Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo "K".

DM_K As seguintes despesas e encargos do Fundo no dia de ordem "K":

- Taxa de Administração;
- Remuneração do Custodiante, conforme definida no Contrato de Custódia;
- Despesas operacionais do Fundo, conforme descritas abaixo e no Capítulo Dezoito do Regulamento.

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da Taxa de Performance, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas com Auditores Independentes encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- (viii) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco; e
- (xi) despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas.

As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira do Fundo, bem como quaisquer outras não previstas acima e no Regulamento, não serão consideradas como encargos do Fundo, correndo por conta do Administrador. O pagamento dessas despesas poderá ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da Taxa de Administração cobrada do Fundo pelo Administrador.

O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Quotistas.

4.22. Regras de Tributação do Fundo

O disposto a seguir foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.22.1. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

CPMF

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0%.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

4.22.2. Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate ou das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0%. De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25%, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do Fundo efetuadas com recursos detidos pelos (i) Quotistas residentes no Brasil (a) nas contas correntes de depósito a vista, à alíquota de 0,38%; e/ou (b) nas contas investimento, à alíquota de 0%; e pelos (ii) Quotistas residentes no exterior, em contas de sua titularidade, até o limite dos valores ingressados, registrados no Banco Central.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (a) a residência dos Quotistas: (i) no Brasil; e (ii) no exterior; e (b) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (i) a cessão ou alienação de Quotas; (ii) o resgate de Quotas do Fundo; e (iii) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas Residentes no Brasil:

1. Cessão ou Alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15%. Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

2. Resgate das Quotas: Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado na fonte conforme a seguir descrito.

A Carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

Caso a Carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados de acordo com as seguintes alíquotas: (i) 22,5% para prazo de aplicação de até 180 dias; (ii) 20% para prazo de aplicação de 181 dias até 360 dias; (iii) 17,5% para prazo de aplicação de 361 dias até 720 dias e (iv) 15% para prazo de aplicação superior a 720 dias.

Caso a Carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados à alíquota de 20%, ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 dias, à alíquota de 22,5%.

3. Amortização de Quotas: No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do Fundo, às alíquotas regressivas descritas relativamente à hipótese de resgate das Quotas, definidas em função do prazo do investimento do Quotista respectivo.

II. Quotistas Residentes no Exterior

Aos Quotistas residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio do mecanismos previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689/00 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de (i) residirem em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade ("Paraíso Fiscal"); ou (ii) não residirem em país ou jurisdição não considerados Paraíso Fiscal.

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

1. Cessão ou Alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) estão isentos em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%, em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado.

2. Resgate das Quotas: Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado à alíquota de 15%.

3. Amortização de Quotas: No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota de 15% na modalidade fonte.

II.b. Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento privilegiado descrito no item II.a., sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25%, em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

4.23. Faculdade do Rural de Recomprar Direitos de Crédito Inadimplidos

Nos termos do Contrato de Cobrança e Conciliação, o Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos é responsável por cobrar, judicial e/ou extrajudicialmente, os Direitos de Crédito Inadimplidos, utilizando-se dos Procedimentos de Cobrança.

Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente terá a faculdade, enquanto o Fundo estiver em funcionamento, mediante notificação ao Administrador e ao Custodiante, por escrito e com antecedência de, no mínimo, 2 Dias Úteis, de adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito de Crédito Inadimplido pelo respectivo Preço de Aquisição atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição de tal Direito de Crédito Inadimplido pelo Fundo, nos termos do Contrato de Cessão. Caso a recompra de que trata este item seja realizada após o prazo de 180 dias contados da data de vencimento do Direito de Crédito Inadimplido, o Rural poderá adquirir o Direito de Crédito Inadimplido por R\$ 1,00.

Todos os custos e despesas que venham a ser incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial e/ou extrajudicial de Direitos de Crédito Inadimplidos, além daqueles previstos no Contrato de Cobrança e Conciliação, serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas titulares de Quotas Sênior e Quotas Subordinadas Mezanino, não estando o Administrador ou o Gestor ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de tais Direitos de Crédito Inadimplidos. O Administrador ou o Gestor ou o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados aos Procedimentos de Cobrança.

Fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento dos valores a que se refere o item anterior; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador, o Gestor e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive no caso de os Quotistas não aportarem os recursos suficientes para tanto.

Todos os valores aportados pelos Quotistas no Fundo nos termos acima deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e da forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação, bem como decorrentes da não recuperação dos créditos referidos, dentro ou não do prazo de duração do Fundo.

5. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

5.1. Direitos de Crédito

Nos termos do Contrato de Cessão, o Fundo buscará adquirir Direitos de Crédito que atendam às Condições de Cessão, às Condições de Diversificação e aos Critérios de Elegibilidade, de titularidade do Cedente e originários de Operações de Mútuo e/ou Operações de Cessão.

5.2. Política de Cadastro e Concessão de Crédito

As Operações de Desconto e as Operações de Mútuo são realizadas em observância a uma série de requisitos e procedimentos de cadastro e risco de crédito. Tais requisitos estão relacionados (i) às características dos Clientes, (ii) ao volume e condições das operações a serem realizadas, e (iii) do impacto de referidas operações na carteira de crédito do Cedente.

5.2.1. Características dos Clientes

Em função do setor de atuação do Cliente ou de possíveis riscos relacionados à imagem do Cedente, não são realizadas Operações de Crédito:

- com Clientes com menos de 3 anos de atividade, salvo aqueles que integrem grupo econômico tradicional;
- com associações sindicais ou religiosas;
- com empresas do setor de comunicação (jornais, rádios, emissoras de televisão, revistas, agências de publicidade) e empresas que pertençam a grupo econômico que tenha a comunicação como principal fonte de receitas;
- com o Governo Federal ou governos estaduais e municipais;
- com quaisquer órgãos governamentais;
- com partidos políticos;
- com políticos e/ou pessoas físicas filiadas a partidos políticos;
- com clubes de futebol ou clubes recreativos em geral; e
- com pessoas físicas que exerçam função ligada a clubes de futebol.

5.2.2. Diversificação do Risco

Com o objetivo de reduzir a exposição da carteira de crédito do Cedente a um único tipo de risco, as Operações de Crédito a Clientes devem observar os seguintes critérios:

- a exposição de risco por Cliente não deve ser superior a 3% do patrimônio líquido do "Conglomerado Financeiro Rural"; e
- não deve haver concentração excessiva em (i) um determinado negócio ou segmento econômico; (ii) uma região geográfica específica; ou (iii) setores vulneráveis a fatores macroeconômicos, tais como taxa de juros, câmbio, políticas governamentais, dentre outros.

Entende-se como "Conglomerado Financeiro Rural" o conjunto das seguintes instituições financeiras: Banco Rural S.A., Banco Simples S.A., Banco Rural de Investimentos S.A., IFE - Banco Rural Uruguay S.A., Rural International Bank Limited (Bahamas), Banco Rural Europa S.A., Serra Dourada Serviços, Comércio e Empreendimentos Ltda., Rural Securites International Inc., Rural Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, Rural Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Rural Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Banco Mais S.A.

5.2.3. Avaliação do Risco de Crédito do Cliente

Além dos requisitos descritos acima, a realização das Operações de Crédito está sujeita à análise do risco de crédito dos respectivos Clientes. Tal análise, realizada pela área de crédito do Cedente, leva em consideração dados econômico-financeiros, situação cadastral e setor de atuação do Cliente, bem como o perfil da Operação de Crédito a ser realizada (modalidade, prazo, Garantias e natureza do Lastro das Operações de Desconto). A partir da análise dessas informações, a área de crédito do Cedente elabora um trabalho técnico conclusivo, que servirá de base para a decisão do Comitê de Crédito com relação à realização ou não da Operação de Crédito.

As propostas relativas às Operações de Crédito são enviadas ao Comitê de Crédito devidamente amparadas por informações que possibilitam uma análise adequada do risco de crédito do Cliente, tais como, cadastro atualizado do Cliente, balanços referentes aos 3 (três) últimos exercícios sociais, balancetes recentes, descrição do faturamento mês a mês, descrição do endividamento bancário e parecer gerencial.

As análises de risco de crédito de cada Cliente são realizadas por métodos distintos, considerando-se o porte do Cliente e o perfil da Operação de Crédito pretendida.

Para Clientes com faturamento anual de até R\$ 12.000.000,00 e limite de crédito de até R\$ 300.000,00 (com Garantias), a análise econômico financeira será realizada pelo Cedente mediante aplicação do método de avaliação denominado "Small Business". Nesses casos, os fatores considerados para a avaliação do risco de crédito do Cliente são os seguintes:

- tempo de atividade superior a 3 anos;
- dívida bancária vencida ou baixada inferior a 10% do total da dívida bancária apurada junto à Central de Risco de Crédito BACEN;
- dívida bancária a vencer com prazo de até 180 dias igual ou inferior a 150% do faturamento médio mensal, de acordo com informações obtidas junto à Central de Risco de Crédito BACEN;
- ausência de restrições relevantes à realização da Operação de Crédito, com base nos seguintes parâmetros:
 - para pessoas jurídicas, inexistência de:
 - protestos com as seguintes características: (i) quantidade superior a 30 protestos nos últimos 30 dias; (ii) soma dos valores em montante superior a 3% do faturamento médio mensal do Cliente; (iii) protesto em valor individual superior a 1% do faturamento médio mensal do Cliente;
 - ações executivas;
 - ações de busca e apreensão;
 - REFIN em qualquer valor;
 - requerimento ou declaração de falência ou pedido de autofalência;
 - requerimento de concordata ou concordata já deferida, ainda que de forma suspensiva;
 - requerimento para procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, bem como pedido de homologação de recuperação extrajudicial;
 - procedimentos de recuperação judicial ou extrajudicial em curso;
 - inscrição no CCF; e
 - decisão judicial em pedido de tutela antecipada impedindo a divulgação de quaisquer das restrições indicadas acima.

- para pessoas físicas, inexistência de:
 - protestos com as seguintes características: (i) quantidade superior a 30 protestos nos últimos 30 dias; (ii) soma dos valores em montante superior a 3% da respectiva renda média mensal; (iii) protesto em valor individual superior a 1% da respectiva renda média mensal;
 - participações em insucessos empresariais;
 - inscrição no CCF;
 - decisão judicial em pedido de tutela antecipada impedindo a divulgação de quaisquer das restrições indicadas acima;
- inexistência de quaisquer deficiências nas Garantias e/ou Lastro das Operações de Desconto prestadas pelo Cliente; e
- índice de liquidez dos títulos de crédito objeto das Garantias e/ou do Lastro das Operações de Desconto superior a 80% (oitenta por cento).

No caso de Clientes com faturamento anual superior a R\$ 12.000.000,00 e limite de crédito superior a R\$ 300.000,00 (com Garantias), a avaliação do risco de crédito será fundamentada em análises quantitativas de informações econômico-financeiras obtidas nos relatórios contábeis do Cliente, e análises qualitativas baseadas em visitas aos Clientes, avaliação do grupo econômico, situação cadastral e condições setoriais e macroeconômicas. Os processos de avaliação, os quais seguem descritos abaixo, são divididos em (i) análise econômico financeira; (ii) análise da posição do Cliente na Central de Risco de Crédito BACEN; (iii) análise cadastral; (iv) análise do mercado de atuação; e (v) análise do histórico do relacionamento entre o Cedente e o Cliente.

Análise Econômico-Financeira

A análise econômico-financeira do Cliente compreende a avaliação dos seguintes aspectos: (i) capacidade de geração de recursos, (ii) necessidade de capital de giro, (iii) capacidade de cobertura dos encargos financeiros, (iv) estrutura de capitais, e (iii) rentabilidade. Para realização dessa análise são consideradas as demonstrações contábeis do Cliente relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais.

Análise da posição do Cliente na Central de Risco de Crédito BACEN

Mediante autorização prévia do Cliente, o Cedente realiza consulta na Central de Risco de Crédito BACEN com o objetivo de identificar e avaliar o risco de crédito do Cliente no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, além de avaliar seu comportamento na tomada de recursos, a quantidade de instituições financeiras com que o Cliente opera e se há presença de dívidas vencidas e/ou baixadas como prejuízo pelos credores do Cliente. Também será avaliado o perfil de risco por modalidade de crédito tomado pelo Cliente e o fluxo de vencimento desses créditos.

Análise Cadastral

A análise cadastral tem como objetivo verificar a existência de informações que possam impactar negativamente a avaliação do risco de crédito do Cliente, além de servir de base para confirmação de parâmetros necessários à análise econômico-financeira. Nessa análise são consideradas as seguintes características do Cliente: (i) data de constituição; (ii) eventual vinculação a um grupo econômico; (iii) setor de atuação; (iv) composição do controle acionário; (v) modelo de gestão e qualificação dos administradores; e (vi) existência de restrições cadastrais por meio de consulta ao Serasa e outras fontes bancárias e comerciais.

Análise do Mercado de Atuação

A análise compreende o cenário atual e as perspectivas do mercado de atuação do Cliente, bem como sua participação nesse mercado.

Análise do Histórico do Cliente

Nessa análise são considerados aspectos relacionados ao comportamento histórico do Cliente em seu relacionamento com o Cedente, tais como:

- recebíveis nos quais o Cliente figura como sacado e sua performance de liquidação;
- o histórico do índice de liquidez dos títulos de crédito objeto de Garantias ou de Lastro das Operações de Desconto – com a identificação dos sacados e respectivos índices de liquidez individual com relação ao Cliente e ao Cedente;
- a abertura dos sacados vinculados a cada Operação de Desconto e/ou Operação de Mútuo por data de vencimento;
- o grau de concentração dos sacados;
- a liquidez dos títulos de crédito objeto de Garantias ou de Lastro das Operações de Desconto; e
- histórico de pontualidade.

5.2.4. Rating Interno

O processo de avaliação do risco de crédito do Cliente, conforme descrito acima, implica a atribuição de uma classificação de risco (*rating*) específica para o Cliente ("*Rating* do Cliente") e, adicionalmente, a uma classificação de risco (*rating*) específica para a Operação de Crédito pretendida pelo Cliente ("*Rating* da Operação de Crédito").

O *Rating* do Cliente é determinado segundo métodos distintos de avaliação, considerando-se o porte do Cliente e o perfil da Operação de Crédito pretendida.

No caso dos Clientes com faturamento anual de até R\$ 12.000.000,00 e limite de crédito de até R\$ 300.000,00 (com Garantias), a metodologia utilizada para definição do *Rating* do Cliente fundamenta-se na análise dos seguintes critérios: (i) situação econômico-financeira, (ii) histórico do relacionamento do Cliente com o Cedente, (iii) métodos de administração adotados, (iv) composição acionária e (v) eventuais restrições à realização da Operação de Crédito, conforme descritas no item "Avaliação do Risco de Crédito do Cliente" acima.

Para Clientes com faturamento anual superior a R\$ 12.000.000,00 e limite de crédito superior a R\$ 300.000,00 (com Garantias), a metodologia utilizada para definição do *Rating* do Cliente fundamenta-se na análise dos seguintes critérios:

- situação econômico-financeira, considerando-se os índices de rentabilidade, liquidez, geração de caixa, de endividamento e eventual informalidade das atividades do Cliente;
- histórico de relacionamento do Cliente com o Cedente, considerando-se o volume de movimentações bancárias internas, pontualidade e eventual composição de dívidas;
- mercado de atuação, tendo como principais fatores as perspectivas do setor de atuação do Cliente, a concorrência e o posicionamento estratégico do Cliente;
- composição acionária e métodos de administração, avaliando-se a qualidade da administração do Cliente e a base patrimonial de seus sócios;
- perfil da dívida total do Cliente, bem como eventual acesso do Cliente a mecanismos de empréstimo e/ou financiamento junto a outros bancos que não o Cedente; e
- existência de restrições relevantes à realização da Operação de Crédito, analisada a partir de dados do Cliente e de seus controladores obtidos junto aos serviços de proteção ao crédito e cadastro de inadimplentes, tais como o Serasa, a Central de Risco de Crédito BACEN, o Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, dentre outros.

Após a análise dos aspectos listados acima, o *Rating* do Cliente é atribuído com base em uma escala decrescente de risco que varia de 1 a 5, sendo o *rating* "5" atribuído ao Cliente cujo risco é adequado para a realização da Operação de Crédito e o *rating* "1" atribuído ao Cliente que inspira cuidados para a realização de qualquer modalidade de Operação de Crédito.

Outro fator determinante para a atribuição do *Rating* do Cliente são as Garantias e o Lastro das Operações de Desconto oferecidos pelos Clientes no âmbito das Operações de Crédito. Nesse sentido, para elevação ou rebaixamento do *Rating* do Cliente, são avaliados (i) a modalidade da(s) Garantia(s) e/ou do Lastro das Operações de Desconto oferecido(s), classificado em função de exequibilidade, volatilidade e liquidez, (ii) a qualidade das Garantias e do Lastro das Operações de Desconto, e (iii) o grau de cobertura oferecido frente à Operação de Crédito pretendida.

As Garantias e/ou o Lastro de Operações de Desconto podem ser classificadas pelo Cedente em seis grupos, conforme descritos a seguir:

Garantias Especiais

- aplicações financeiras (títulos de renda fixa) de recursos próprios, mantidas em conta vinculada; e
- aplicações financeiras em geral, mantidas em conta vinculada.

Garantias Fortes

- ações de sociedades de grande porte regularmente negociadas na BOVESPA;
- duplicatas relativas a negociações comerciais comprovadamente performadas;
- Cheques relativos a negociações comerciais comprovadamente performadas;
- recebíveis de cartões de crédito relativos a negociações comerciais comprovadamente performadas;
- *warrant* emitido por armazém geral de terceiros, legalmente constituído a favor do Cedente;
- cédulas de produto rural financeiras custodiadas pelo Cedente, que tenham sido analisadas positivamente pela Diretoria de Agronegócios do Cedente;
- fianças prestadas por bancos de reconhecida reputação, desde que com limite definido pelo Comitê de Captação e Gestão de Riscos e analisadas positivamente pela Diretoria de Câmbio e Operações de Comércio Exterior e Especiais, ambos órgãos internos do Cedente; e
- exportações amparadas em carta de crédito sem discrepância.

Garantias Reais

- Cessão Fiduciária de títulos de crédito devidamente amparados por documentação comprobatória dos direitos de crédito;
- alienação fiduciária de produtos, tendo armazém geral legalmente constituído como fiel depositário;
- seguro de crédito e de performance;
- documentos originais relativos a cambiais de exportação;
- cédulas de produto rural para entrega física, endossadas em favor do Cedente e com endosso registrado em cartório de registro de imóveis do domicílio do emitente, sendo que nesse caso as cédulas deverão ser previamente analisadas pela Diretoria de Agronegócios do Cedente;
- notas promissórias rurais dadas em garantia (com direito de regresso); e
- *warrant* emitido em favor do Cliente por armazém próprio ou por empresas ligadas, legalmente constituídas.

Garantias Boas

- alienação fiduciária de direitos sobre produtos monitorados por armazéns gerais legalmente constituídos;
- alienação fiduciária ou arrendamento mercantil de veículos com até 2 anos de uso;
- cópia de documento (com registro de exportação) para operações de adiantamento sobre cambiais entregues, com saque devidamente aceito; e
- notas promissórias emitidas por terceiros.

Garantias Médias

- alienação fiduciária de direitos sobre produtos não depositados em armazéns gerais legalmente constituídos;
- alienação fiduciária ou arrendamento mercantil de máquinas e equipamentos;
- alienação fiduciária ou arrendamento mercantil de veículos entre 2 e 5 anos de uso;
- hipoteca ou arrendamento mercantil de imóveis, aeronaves ou embarcações;
- cópia de documento com registro de exportação;
- cópia de documentos com saque original relativo à cambial de exportação sem aceite;
- Cessão Fiduciária de títulos de crédito futuros, devidamente amparados por documentação comprobatória dos direitos de crédito;
- boletos de mensalidades escolares, planos de saúde e assemelhados;
- vale refeição ou vale alimentação; e
- vale transporte.

Garantias Frágeis

- aval;
- desconto de notas promissórias sem direito de regresso;
- alienação fiduciária ou arrendamento mercantil de veículos com mais de 5 anos de uso;
- alienação de bens móveis (equipamentos de informática, *software*, móveis e utensílios);
- recebíveis de cartões de crédito relativos a negociações comerciais futuras;
- cobrança simples mediante o envio de "carta SEJUR"; e
- Cessão Fiduciária de títulos de crédito não amparados por documentação comprobatória dos direitos de crédito.

Após atribuição do *Rating* do Cliente, a cada Operação de Crédito pretendida pelo Cliente será atribuída uma classificação de risco específica denominada *Rating* da Operação de Crédito. O *Rating* da Operação de Crédito será atribuído após uma análise combinada do *Rating* do Cliente e das Garantias e/ou Lastro das Operações de Desconto oferecidos, considerando-se também a estrutura da Operação de Crédito pretendida (avaliando-se prazos para pagamento e formas de amortização).

O processo é finalizado com a emissão de um parecer conclusivo, sugerindo o valor limite para a Operação de Crédito, Garantias, Lastro das Operações de Desconto e o prazo para liquidação da Operação de Crédito pelo Cliente, o qual será encaminhado ao Comitê de Crédito competente para decisão final quanto à realização da Operação de Crédito com o Cliente.

5.2.5. Processo de Avaliação do Risco de Operações Garantidas por Notas Promissórias Rurais e/ou de Lastro de Operações de Desconto representado por Notas Promissórias Rurais

Com relação às Operações de Crédito vinculadas (Garantidas ou Lastro das Operações de Desconto) à emissão de notas promissórias rurais ("NPRs"), o Cedente realiza uma avaliação diferenciada do risco de crédito da Operação de Crédito pretendida.

As Operações de Desconto de NPRs junto ao Cedente são classificadas a partir de uma análise do risco de crédito do emitente da NPR, uma vez que o Cedente não dispõe de direito de regresso em face do Cliente que realizará o desconto. O emitente da NPR deverá ter reconhecida capacidade financeira, o que será avaliado com base nos mesmos critérios utilizados para atribuição do *Rating* do Cliente, conforme descrito acima.

Ainda, o risco do Cliente é avaliado segundo os critérios indicados abaixo:

- tamanho do rebanho do Cliente, bem como sua capacidade de geração de receitas;
- tamanho das propriedades exploradas e o valor dos bens utilizados, o que será comprovado através da declaração de imposto de renda;
- volume de dívidas bancárias do Cliente comparadas com o valor do rebanho; e
- existência de restritivos relevantes à realização da Operação de Crédito, conforme descritos no item "Avaliação do Risco de Crédito do Cliente" acima.

5.2.6. Operações de Desconto

Sem prejuízo do disposto acima, especificamente com relação às Operações de Desconto, devem ser observados os seguintes critérios:

- as duplicatas que venham a compor o Lastro das Operações de Desconto devem ser originadas de venda mercantil ou prestação de serviços performados;
- não são aceitas duplicatas que venham a compor o Lastro das Operações de Desconto de franqueados ou emitidas por empresas do mesmo grupo econômico do Cliente; e
- a concentração por sacado (devedor do Lastro das Operações de Desconto) deve observar o percentual máximo de 10% sobre o valor total da Operação de Desconto, limitada a R\$ 100.000,00, admitindo-se percentual de concentração superior apenas nas hipóteses de sacados com reconhecida capacidade financeira, conforme avaliação a ser realizada pela área de crédito do Cedente.

Adicionalmente aos critérios descritos acima, as Operações de Desconto devem ser (i) classificadas como operações de curto prazo, (ii) classificadas com *rating* interno entre AA e C, e (iii) ser previamente aprovadas pelo comitê de crédito do Cedente.

5.3. Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito

5.3.1. Condições de Cessão dos Direitos de Crédito

Nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão, o Cedente será responsável por somente ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que atendam às seguintes Condições de Cessão:

- (a) Em cada Data de Aquisição e Pagamento, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos de Crédito Elegíveis, considerado o valor exigível do Direito de Crédito Elegível depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, deverá observar limites mínimos e máximos de concentração com relação à Carteira e ao patrimônio líquido do Fundo, sendo certo que:

(i) a tabela abaixo apresenta os limites mínimos e máximos iniciais de concentração aplicáveis na Data de Aquisição e Pagamento referente à primeira aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo; e (ii) qualquer redução do percentual de concentração de Clientes classificados com *Rating* I (AA) deverá resultar em alteração no sentido oposto no limite percentual de concentração de Clientes classificados com *Rating* II (A e B) e em alteração no mesmo sentido e em triplo no limite percentual de concentração de Clientes classificados com *Rating* III (C). Nesse sentido, caso ocorra uma redução do percentual de concentração dos Direitos de Crédito Elegíveis devidos por Clientes classificados com *Rating* I (AA) de 5% (cinco por cento) para 0% (zero por cento) da Carteira, o somatório do valor total dos Direitos de Crédito Elegíveis devidos por Clientes classificados com *Rating* II (A e B) poderá representar até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do Fundo e, o somatório do valor total dos Direitos de Crédito Elegíveis devidos por Clientes classificados com *Rating* III (C) poderá representar até 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo.

Concentração por Rating dos Clientes				
Rating	% Mínimo (S/Cart)	% Mínimo Período		% Máximo (S/PL)
		Inicial/Período	Final	
I (AA)	5%		0%	100%
II (A e B)	0%		0%	95%
III (C)	0%		0%	30%

Sendo que:

- (i) Rating: corresponde à classificação de risco (rating) atribuída pelo Cedente para cada Direito de Crédito, conforme critérios descritos na Política de Cadastro e Concessão de Crédito;
 - (ii) % Mínimo (S/Cart): percentual mínimo de Direitos de Crédito sobre o valor da Carteira;
 - (iii) % Máximo (S/PL): percentual máximo de Direitos de Crédito sobre o valor do patrimônio líquido; e
 - (iv) Os níveis de Rating I, II e III são resultado dos trabalhos de modelagem de risco desenvolvidos pela Agência Classificadora de Risco. Tais critérios de mapeamento e suas concentrações serão alvo de revisão periódica pela Agência Classificadora de Risco, com o objetivo de calibrar os índices utilizados no processo de Verificação e Certificação a ser realizado pela Certificadora.
- (b) em cada Data de Aquisição e Pagamento, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos de Crédito Elegíveis, considerado o valor exigível do Direito de Crédito Elegível depois de computada, pro forma, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, deverá observar os limites máximos de concentração por setor de atividade da economia de atuação dos respectivos Clientes em relação ao valor do patrimônio líquido do Fundo, conforme indicados na tabela abaixo. Adicionalmente, durante o Período Inicial e o Período Final, a Carteira do Fundo deverá ser composta por Direitos de Crédito Elegíveis vinculados a pelo menos 7 (sete) dos setores de atuação dos Clientes indicados na tabela abaixo e, após o Período Inicial e antes do Período Final, a Carteira do Fundo deverá ser composta por Direitos de Crédito Elegíveis vinculados a pelo menos 10 (dez) dos referidos setores;

Setor de Atuação do Cliente	Percentual Máximo de Concentração sobre o Patrimônio Líquido do Fundo	Percentual Máximo de Concentração nos Períodos Inicial e Final
Aeroespacial e Defesa	15%	20%
Transporte Aéreo	15%	20%
Automotivo	15%	20%
Bebidas e Tabaco	15%	20%
Radio e Televisão	15%	20%
Corretoras	15%	20%
Imobiliário	15%	20%
Equipamentos e Serviços	15%	20%
Televisão a Cabo e por Satélite	15%	20%
Plásticos e Química	15%	20%
Têxtil	15%	20%
Conglomerados	15%	20%
Containeres e Produtos Plásticos	15%	20%
Cosméticos e Material de Higiene Pessoal	15%	20%
Medicamentos	15%	20%
Serviços e Equipamentos Ambientais	15%	20%
Eletroeletrônicos	15%	20%
Arrendamento Mercantil	15%	20%
Agropecuária	15%	20%
Instituições Financeiras	15%	20%
Alimentos, Medicamento de Varejo	15%	20%
Produtos Alimentícios	15%	20%
Serviços Alimentícios	15%	20%
Produtos Florestais	15%	20%
Serviços Médicos	15%	20%
Móveis	15%	20%
Alojamento e Jogos Eletrônicos	15%	20%
Equipamentos Industriais	15%	20%
Seguros	15%	20%
Lazer, Atividades e Cinema	15%	20%
Metais e Minerais	15%	20%
Óleo e Gás	15%	20%
Publicidade	15%	20%
Indústria Ferroviária	15%	20%
Varejo (exceto Alimentos e Medicamentos)	15%	20%
Aço	15%	20%
Transporte Terrestre	15%	20%
Telecomunicações	15%	20%
Utilidades	15%	20%
Indústria em Geral	15%	20%

- (c) em cada Data de Aquisição e Pagamento, os valores dos títulos de crédito objeto de Cessão Fiduciária vinculados a Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo e os valores dos títulos de crédito representativos de Lastro das Operações de Desconto, depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, deverão observar os percentuais de concentração e diversificação estabelecidos na tabela abaixo, considerando os valores totais das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo e do Lastro das Operações de Desconto:

Concentração Máxima			
	Operação		Total (Mútuo e Desconto)
	Desconto	Mútuo	
Garantias Tipo I	100%	100%	100%
Duplicatas em Cobrança	100%	100%	100%
Cheques	20%	40%	40%
Garantias Tipo II	30%	30%	30%
NPR em Cobrança	N/A	15%	15%
NP em Cobrança	15%	15%	15%

Sendo que:

- (i) Duplicatas em Cobrança: as duplicatas entregues pelos Clientes ao Cedente no âmbito das Operações de Desconto e das Operações de Mútuo, registradas para cobrança no Agente de Cobrança e Recebimento;
- (ii) Cheques: os Cheques entregues pelos Clientes ao Cedente no âmbito das Operações de Desconto e das Operações de Mútuo;
- (iii) NPR em Cobrança: as notas promissórias rurais entregues pelos Clientes ao Cedente no âmbito das Operações de Desconto e das Operações de Mútuo, registradas para cobrança no Agente de Cobrança e Recebimento;
- (iv) NP em Cobrança: notas promissórias entregues pelos Clientes ao Cedente no âmbito das Operações de Desconto e das Operações de Mútuo, registradas para cobrança no Agente de Cobrança e Recebimento.

- (d) em cada Data de Aquisição e Pagamento, o percentual correspondente ao somatório do valor total das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo cedidos ao Fundo representadas por Cessão Fiduciária e do Lastro das Operações de Desconto devidos por um mesmo Sacado, considerado o valor total das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo cedidos ao Fundo representadas por Cessão Fiduciária e do Lastro das Operações de Desconto depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não poderá exceder a 3% (três por cento) do patrimônio líquido do Fundo, exceto com relação aos Sacados Especiais, cuja concentração poderá ser de até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo, observados os percentuais máximos por Sacado Especial previstos na tabela abaixo:

CNPJ/MF	Razão Social	Concentração Máxima sobre o Patrimônio Líquido do Fundo
060498706000157	CARGILL AGRÍCOLA S/A	10%
034274233000102	PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A	10%
033000167000101	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A PETROBRÁS	10%
001615814004433	UNILEVER BRASIL LTDA	10%

- (e) em cada Data de Aquisição e Pagamento, (i) o valor total de Direitos de Crédito Elegíveis devidos por um mesmo Cliente, considerado o valor exigível do Direito de Crédito Elegível depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não poderá, (1.a.) durante o Período Inicial ou até o patrimônio líquido do Fundo corresponder a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), o que ocorrer primeiro, exceder a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), e (1.b.) após o prazo referido acima, corresponder a percentual superior a 3% (três por cento) do patrimônio líquido do Fundo, exceto com relação aos Clientes Especiais, cuja concentração poderá ser de até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo, a qualquer momento, observados os percentuais máximos por Cliente Especial a serem estabelecidos no Anexo II do Contrato de Cessão, ou (ii) o valor total de Direitos de Crédito Elegíveis devidos por um mesmo Cliente, considerado o valor exigível do Direito de Crédito Elegível depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não poderá ser superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais); entre os critérios descritos nos itens (i) e (ii) acima, prevalecerá o que for maior;
- (f) em cada Data de Aquisição e Pagamento, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos de Crédito Elegíveis devidos pelos 10 (dez) maiores Clientes devedores de Direitos de Crédito Elegíveis, considerado o valor exigível do Direito de Crédito Elegível depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, deverá ser igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- (g) em cada Data de Aquisição e Pagamento, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos de Crédito Elegíveis devidos por Clientes Novos, considerado o valor exigível dos Direitos de Crédito Elegíveis depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- (h) os Direitos de Crédito Elegíveis devem ter sido originados e formalizados de acordo com a Política de Cadastro e Concessão de Crédito, conforme descrita no item 5.2. acima;
- (i) em cada Data de Aquisição e Pagamento, os Direitos de Crédito Elegíveis devem ser oriundos de Operações de Mútuo e/ou de Operações de Desconto em vigor, válidas, exeqüíveis e celebradas com Clientes Adimplentes;
- (j) em cada Data de Aquisição e Pagamento, os Direitos de Crédito Elegíveis devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza; e
- (k) em cada Data de Aquisição e Pagamento, os Clientes devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis devem ser residentes e domiciliados no Brasil.

Os Direitos de Crédito que atendam ao disposto neste item 5.3.1. serão considerados como Direitos de Crédito que atendem às Condições de Cessão. A verificação quanto ao atendimento das Condições de Cessão será feita pelo Cedente, o qual confirmará tal atendimento ao Administrador e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão.

5.3.2. Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito

Sem prejuízo da observância, pelo Cedente, das Condições de Cessão, somente poderão ser objeto de cessão ao Fundo Direitos de Crédito que atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade indicados abaixo:

- (a) em cada Data de Aquisição e Pagamento, o percentual correspondente ao somatório do valor total do Lastro das Operações de Desconto devido pelos 10 (dez) maiores Sacados, considerado o valor total do Lastro das Operações de Desconto depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, deverá ser igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- (b) em cada Data de Aquisição e Pagamento, os Direitos de Crédito Mútuo deverão contar com Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo em valor correspondente a, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) do valor de face dos respectivos Direitos de Crédito Mútuo e os Direitos de Crédito Desconto deverão contar com Lastro das Operações de Desconto em valor correspondente a, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor de face dos respectivos Direitos de Crédito Desconto. Caso as Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo sejam parcialmente ou totalmente representadas por Cheques, o valor total das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo deverá ser correspondente a, no mínimo, 115% (cento e quinze por cento) do valor de face dos respectivos Direitos de Crédito Mútuo;
- (c) em cada Data de Aquisição e Pagamento, o valor total das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária (exceto Cheques) deverá ser correspondente a, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do valor de face dos respectivos Direitos de Crédito Mútuo. Caso as Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo sejam parcialmente ou totalmente representadas por Cheques, o valor total dessas Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária deverá ser correspondente a, no mínimo, 105% (cento e cinco por cento) do valor de face dos respectivos Direitos de Crédito Mútuo;
- (d) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito cujas Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo ou cujo Lastro das Operações de Desconto sejam devidos por Sacados Inadimplentes;
- (e) os Direitos de Crédito Mútuo deverão ter prazo máximo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da respectiva Data de Aquisição e Pagamento;
- (f) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito vencidos e não pagos nas respectivas datas de vencimento;
- (g) os Direitos de Crédito deverão ter prazo mínimo de vencimento de 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva Data de Oferta;
- (h) os Direitos de Crédito não poderão ter data de vencimento posterior à Data de Resgate;
- (i) o Lastro das Operações de Desconto vinculado a Direitos de Crédito Desconto deverá ter prazo máximo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da respectiva Data de Aquisição e Pagamento;
- (j) em cada Data de Aquisição e Pagamento, as Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária (exceto Cheques) e o Lastro das Operações de Desconto (exceto Cheques) deverão estar devidamente registrados no sistema de cobrança bancária do Agente de Cobrança e Recebimento, sob o controle do Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato Cobrança e Conciliação; e
- (k) os Direitos de Crédito objeto de cessão ao Fundo devem ter sido objeto de Verificação e Certificação, conforme atestado por escrito, por fac-símile ou por meio eletrônico, pelo Gestor (ou por terceiros em seu nome), ao Custodiante.

O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo. Sem prejuízo do disposto acima, o Custodiante (i) não será responsável por eventuais falhas e/ou imprecisões no processo de Verificação e Certificação, que será conduzido sob responsabilidade da Certificadora e (ii) não será responsável por verificar o atendimento dos Direitos de Crédito às Condições de Cessão, obrigação que será de inteira responsabilidade do Cedente, nos termos do Contrato de Cessão.

Todas as informações que venham a ser encaminhadas pelo Cedente e/ou pelo Gestor ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento dos Direitos de Crédito ofertados pelo Cedente ao Fundo aos Critérios de Elegibilidade, serão encaminhadas por meio de arquivo eletrônico, em formato acordado entre o Cedente, o Gestor e o Custodiante, com cópia para o Administrador.

O Custodiante somente iniciará o processo de verificação do atendimento dos Direitos de Crédito ofertados pelo Cedente ao Fundo aos Critérios de Elegibilidade após (i) a confirmação, pelo Gestor, da Verificação e Certificação dos referidos Direitos de Crédito e (ii) a disponibilização, pelo Gestor, das informações constantes do Arquivo de Registro de Cheques, por meio eletrônico e/ou físico. O Contrato de Verificação estabelece que a Certificadora procederá à Verificação dos Direitos de Crédito, antes de cada Data de Aquisição e Pagamento, de forma a checar se os Direitos de Crédito que o Cedente pretende ofertar ao Fundo em um determinado Dia Útil atendem às Condições de Diversificação. Conforme descrito no Contrato de Verificação, durante o Período Inicial e o Período Final, as Condições de Diversificação poderão ser flexibilizadas, conforme descrito no item 5.3.1. acima, no Contrato de Cessão e no Contrato de Verificação.

Nos termos do Contrato de Verificação, a Verificação e a Certificação dependerão do recebimento, pela Certificadora, (i) de informações atualizadas sobre a composição da Carteira em cada Data de Oferta de Direitos de Crédito ao Fundo, as quais serão produzidas pelo Custodiante, e da (ii) lista preliminar dos Direitos de Crédito que o Cedente esteja disposto a ceder ao Fundo na referida Data de Oferta, que deverá contemplar o valor individualizado de cada Direito de Crédito e o valor do respectivo Lastro das Operações de Desconto e/ou das respectivas Garantias, conforme o caso, a qual será elaborada pelo Cedente. As informações ora referidas deverão ser produzidas pelo Custodiante e/ou pelo Cedente e enviadas ao Gestor, sendo que o Gestor será responsável apenas por encaminhar tais informações à Certificadora. O Gestor não será responsável por qualquer falha ou imprecisão nos processos de Verificação e/ou Certificação em razão do envio de informações imprecisas e/ou incorretas pelo Custodiante e/ou pelo Cedente, tampouco pela não ocorrência da Verificação e/ou da Certificação em razão de atraso e/ou falta de envio, pelo Custodiante e/ou pelo Cedente, das informações referidas neste parágrafo.

Após ter sido realizada a Verificação e estando os Direitos de Crédito objeto de Verificação enquadrados nas Condições de Diversificação ou na exceção prevista no acima, a Certificadora realizará a Certificação dos Direitos de Crédito, ou seja, confirmará ao Gestor que tais Direitos de Crédito atendem às Condições de Diversificação.

Na hipótese de desenquadramento da Carteira do Fundo com relação a qualquer dos Percentuais de Concentração e Diversificação dos Direitos de Crédito e/ou ao Percentual Mínimo de Garantia dos Direitos de Crédito, o Fundo poderá continuar adquirindo Direitos de Crédito exclusivamente durante o Prazo para Reenquadramento da Carteira, desde que (i) o desenquadramento ainda não constitua um Evento de Avaliação; (ii) os Direitos de Crédito a serem adquiridos durante o Prazo para Reenquadramento da Carteira estejam enquadrados com relação a todos os Critérios de Elegibilidade, todas as Condições de Cessão e Condições de Diversificação; (iii) as aquisições de Direitos de Crédito busquem minimizar o desenquadramento da Carteira; e (iv) as aquisições não resultem em agravamento do desenquadramento existente e/ou ocasione qualquer outro desenquadramento na Carteira.

5.4. Procedimentos referentes à Formalização da Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo e Outras Regras Gerais Referentes à Liquidação dos Direitos de Crédito Elegíveis

5.4.1. Formalização da Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo

Como regra geral, cada operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo será considerada formalizada e regular, após a verificação cumulativa dos eventos descritos nos subitens (i) a (x) abaixo, de acordo com os termos e condições do Contrato de Cessão:

- (i) Até o Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Oferta, o Cedente deverá (a) encaminhar ao Agente de Cobrança e Recebimento, até às 14h:00, o Arquivo de Registro em Cobrança, que relacionará as Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária (exceto Cheques) e o Lastro das Operações de Desconto (exceto Cheques) relativos a Direitos de Crédito que o Cedente esteja disposto a ceder ao Fundo na referida Data de Oferta (para registro no sistema de cobrança do Agente de Cobrança e Recebimento), e (b) encaminhar o Arquivo de Registro de Cheques ao Agente de Custódia e Compensação de Cheques, o qual relacionará as Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cheques e o Lastro das Operações de Desconto representado por Cheques relativos a Direitos de Crédito que o Cedente esteja disposto a ceder ao Fundo na referida Data de Oferta;
- (ii) Mediante o recebimento do Arquivo de Registro de Cheques, o Agente de Custódia e Compensação de Cheques deverá encaminhá-lo ao Gestor, que será responsável pelo envio das informações constantes do Arquivo de Registro de Cheques ao Custodiante até o Horário Limite para Cessão, conforme previsto na alínea (v) abaixo;
- (iii) Até o Horário Limite para Certificação de cada Data de Oferta, (a) o Cedente deverá disponibilizar ao Gestor, por meio eletrônico e/ou físico, lista preliminar de Direitos de Crédito que o Cedente esteja disposto a ceder ao Fundo naquela Data de Oferta, a qual deverá contemplar o valor individualizado de cada Direito de Crédito e o valor do respectivo Lastro das Operações de Desconto e/ou das respectivas Garantias, e (b) o Custodiante deverá disponibilizar ao Gestor, por meio eletrônico e/ou físico, informações atualizadas sobre a composição da Carteira na referida Data de Oferta;
- (iv) Mediante o recebimento das informações de que trata a alínea (iii) acima, o Gestor deverá encaminhá-las à Certificadora imediatamente, para que a Certificadora possa verificar o atendimento de tais Direitos de Crédito às Condições de Diversificação;
- (v) Após o procedimento de Verificação e Certificação e em se confirmando que os Direitos de Crédito referidos acima atendem às Condições de Diversificação, até o Horário Limite para Cessão da referida Data de Oferta, (a) o Cedente deverá disponibilizar o Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis ao Custodiante, ao Administrador e ao Gestor, simultaneamente, por meio eletrônico e/ou físico, e (b) o Gestor deverá disponibilizar as informações constantes do Arquivo de Registro de Cheques ao Custodiante, por meio eletrônico e/ou físico. O Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis será considerado entregue no mesmo dia se for entregue até o Horário Limite ou no Dia Útil imediatamente subsequente se for entregue após o Horário Limite;
- (vi) O envio ao Custodiante do Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis caracterizará a oferta, irrevogável e irretratável, de cessão, ao Fundo, dos Direitos de Crédito listados no Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis;

- (vii) Após receber o Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis, que conterà a confirmação de que os Direitos de Crédito ali indicados atendem às Condições de Diversificação, o Custodiante deverá, na Data de Oferta: (a) verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito constantes do Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis aos Critérios de Elegibilidade; (b) identificar e selecionar os Direitos de Crédito ofertados ao Fundo que atendem aos Critérios de Elegibilidade e que podem ser adquiridos pelo Fundo de acordo com a sua disponibilidade financeira; e (c) disponibilizar o Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis ao Cedente, ao Administrador e ao Gestor, por meio eletrônico ou físico, o qual contemplará a relação dos Direitos de Crédito Elegíveis e o respectivo Preço de Aquisição, calculado de acordo com os termos e condições do Contrato de Cessão, bem como o Termo de Cessão referente aos Direitos de Crédito listados no Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis, de acordo com modelo constante do Contrato de Cessão;
- (viii) O Administrador, ao receber o Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis e o Termo de Cessão e desde que o Fundo tenha disponibilidade de recursos, (a) providenciará a assinatura de 3 (três) vias originais do Termo de Cessão pelas Pessoas Autorizadas do Fundo e (b) encaminhará ao Cedente e ao Custodiante, por meio eletrônico ou fac-símile, cópia do Termo de Cessão assinado pelas Pessoas Autorizadas do Fundo, na Data de Oferta, sendo que o Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis será parte integrante do Termo de Cessão;
- (ix) Após o recebimento do Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis e da cópia do Termo de Cessão assinado pelas Pessoas Autorizadas do Fundo, o Cedente deverá enviar ao Administrador e ao Custodiante, por meio eletrônico ou fac-símile, cópia do Termo de Cessão devidamente assinado pelas Pessoas Autorizadas; e
- (x) Mediante o recebimento de cópia do Termo de Cessão assinado pelas Pessoas Autorizadas, o Custodiante realizará o pagamento ao Cedente do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis, no prazo estabelecido no Contrato de Cessão.

As vias originais de cada Termo de Cessão serão registradas no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Administrador e da sede do Cedente, de acordo com os procedimentos descritos no Contrato de Cessão.

5.4.2. Taxa de Desconto

As taxas de desconto aplicáveis aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão definidas a cada operação de cessão, nos respectivos Termos de Cessão, de acordo com as características dos Direitos de Crédito objeto de cessão, observadas as taxas de desconto praticadas pelo mercado. O Preço de Aquisição será calculado a cada operação realizada entre o Fundo e o Cedente, com base nos critérios estabelecidos na Cláusula Sexta do Contrato de Cessão.

5.4.3. Custódia dos Documentos Comprobatórios

Exceto pelos Cheques, o Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios manterá sob sua custódia, diretamente ou por meio da contratação de terceiros qualificados, às suas expensas, as vias originais dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis, de acordo com o disposto no Contrato de Depósito, nos termos e para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se pela sua guarda em nome do Custodiante e do Fundo durante o prazo de duração do Fundo.

O Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios garantirá, nos seus horários normais de funcionamento, o acesso irrestrito do Administrador e/ou do Custodiante, e/ou de terceiros por estes indicados, aos Documentos Comprobatórios (exceto aos Cheques, que serão custodiados pelo Agente de Custódia e Compensação de Cheques, nos termos do Contrato de Custódia e Compensação de Cheques). Em caso de descumprimento do Contrato de Depósito, o Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios comprometeu-se a, sem prejuízo de outras penalidades previstas no Contrato de Depósito, proceder à entrega, mediante solicitação por escrito e de acordo com instruções a serem dadas pelo Administrador, de todos os Documentos Comprobatórios sob sua guarda, sob pena de apreensão de tais Documentos Comprobatórios pelo Administrador.

Independentemente do disposto acima, o Custodiante, ou terceiro em seu nome, poderá realizar, a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento do Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios, auditoria nos estabelecimentos em que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos, de forma a verificar a existência dos Documentos Comprobatórios.

Desde que um Evento de Suspensão não ocorra e/ou esteja em andamento, o Rural será o único Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios, nos termos do Contrato de Depósito.

5.4.4. Custódia dos Cheques

O Agente de Custódia e Compensação de Cheques manterá sob sua custódia, diretamente ou por meio da contratação de terceiros qualificados, às suas expensas, as vias originais dos Cheques, responsabilizando-se pela sua guarda em nome do Custodiante e do Fundo até a respectiva compensação ou devolução ao Cedente (no caso de impossibilidade de compensação), conforme o caso, nos termos do Contrato de Custódia e Compensação de Cheques.

5.4.5. Agente de Cobrança e Recebimento

O Agente de Cobrança e Recebimento será responsável pela cobrança das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária (exceto Cheques) e do Lastro das Operações de Desconto (exceto Cheques), os quais serão registrados no sistema de cobrança do Agente de Cobrança e Recebimento. Os recursos provenientes da cobrança do Lastro das Operações de Desconto e os recursos provenientes da cobrança das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária serão transferidos para a Conta do Agente de Recebimento, exceto pelos recursos provenientes da compensação de Cheques. O Contrato de Cobrança e Conciliação estabelece, dentre outras obrigações, as atribuições e responsabilidades do Agente de Cobrança e Recebimento.

Além das funções descritas no parágrafo acima, o Agente de Cobrança e Recebimento será responsável pelo recebimento e transferência, (i) ao Fundo, dos recursos depositados na Conta do Agente de Recebimento, em moeda corrente nacional, provenientes da liquidação do Lastro das Operações de Desconto (exceto da compensação de Cheques); e (ii) ao Agente de Conciliação e Cobrança (desde que um Evento de Suspensão não esteja em andamento), dos recursos depositados na Conta do Agente de Recebimento, em moeda corrente nacional, provenientes da liquidação das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária (exceto da compensação de Cheques), conforme disposto no Contrato de Cobrança e Conciliação.

5.4.6. Agente de Conciliação e Cobrança

O Agente de Conciliação e Cobrança será responsável pelo recebimento e conciliação dos recursos provenientes da liquidação dos Direitos de Crédito Mútuo e, quando for o caso, pela transferência, para a Conta Autorizada do Fundo, dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito Mútuo cedidos ao Fundo.

Sem prejuízo das funções descritas acima, o Agente de Conciliação e Cobrança será também responsável, nos termos do Contrato de Cobrança e Conciliação, (i) pela cobrança dos Direitos de Crédito Mútuo e das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo que não sejam representadas por Cessão Fiduciária, observados os termos e condições previstos nos respectivos Documentos Comprobatórios; e (ii) pela cobrança dos Direitos de Crédito Desconto (e das eventuais Garantias dos Direitos de Crédito Desconto) cuja liquidação do respectivo Lastro das Operações de Desconto (exceto Cheques), por meio do Agente de Cobrança e Recebimento, não seja realizada na Conta do Agente de Recebimento.

Os recursos provenientes da cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis pelo Agente de Conciliação e Cobrança nos termos descritos acima e no Contrato de Cobrança e Conciliação serão transferidos para a Conta Autorizada do Fundo.

Desde que um Evento de Suspensão não ocorra e/ou esteja em andamento, o Rural será o único Agente de Conciliação e Cobrança, nos termos do Contrato de Cobrança e Conciliação.

5.4.7. Agente de Supervisão de Garantias

O Agente de Supervisão de Garantias será responsável pela supervisão e monitoramento das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária, de forma a verificar o enquadramento da Carteira do Fundo com relação ao Percentual Mínimo de Garantia dos Direitos de Crédito.

O Agente de Supervisão de Garantias será, ainda, responsável pela elaboração de relatórios diários que contemplarão os valores e a composição das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária, os quais deverão ser encaminhados ao Cedente e ao Gestor. Na hipótese de desenquadramento das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo com relação ao Percentual Mínimo de Garantia dos Direitos de Crédito, o Cedente deverá providenciar a entrega de novas Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária para substituição, reposição e/ou complementação, conforme o caso.

5.4.8. Agente de Custódia e Compensação de Cheques

O Agente de Custódia e Compensação de Cheques será responsável pela compensação e conciliação dos Cheques vinculados a Direitos de Crédito Elegíveis por meio de Garantias de Direitos de Crédito Mútuo ou Operações de Desconto, conforme disposto no Contrato de Custódia e Compensação de Cheques.

5.4.9. Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos

O Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos será responsável por observar os Procedimentos de Cobrança para os Direitos de Crédito Inadimplidos.

5.4.10. Suspensão do Rural no exercício das Funções Operacionais do Rural

Caso um Evento de Suspensão ocorra e a Assembléia Geral assim o determine, o Rural deverá ser destituído das Funções Operacionais do Rural, mediante a observância dos procedimentos descritos no Regulamento e no Contrato de Cobrança e Conciliação. Na hipótese de o Rural ser destituído no exercício das Funções Operacionais do Rural, o Custodiante, ou terceiro contratado pelo Custodiante e/ou pelo Fundo, passará a exercer as Funções Operacionais do Rural até a liquidação do Fundo, observadas as disposições previstas no Contrato de Cobrança e Conciliação.

5.4.11. Auditores Independentes de Conformidade

Os Auditores Independentes de Conformidade serão responsáveis por monitorar/supervisionar determinadas obrigações do Rural no exercício das Funções Operacionais do Rural, conforme descrito no Contrato de Auditoria de Conformidade.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

6. O CEDENTE

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

O CEDENTE

Tendo em vista que os recursos do Fundo serão investidos, na aquisição de Direitos de Crédito de titularidade do Cedente originados de Operações de Mútuo e/ou Operações de Desconto praticadas pelo Rural e pelo Banco Simples, a presente Seção destina-se à apresentação de algumas informações referentes ao Rural e ao Banco Simples.

6.1. O Rural

6.1.1. Breve Histórico

O Banco Rural teve origem, em 1928, com a constituição da sociedade comercial Manoel C. de Carvalho & Cia., que, em 1957, foi transformada em Banco Manoel de Carvalho S/A. Em novembro de 1962, o Grupo Tratex, de Belo Horizonte, Minas Gerais, adquiriu o controle acionário do referido banco, que passou a ser denominado, em 1964, Banco Rural de Minas Gerais S/A.

Em 1965, o Rural inaugurou a primeira agência no Rio de Janeiro, tendo inaugurado, nos anos seguintes, agências em Belo Horizonte, Salvador e São Paulo. No ano de 1976, o empresário Sabino Corrêa Rabello assumiu a presidência do Rural. Nos anos que se seguiram, o Rural continuou ampliando o número de agências, em busca de uma abrangência nacional. Em 1980 o banco passou a se denominar Banco Rural S/A e passou a atuar na área de câmbio.

Em 1989, o Banco Rural inaugurou oito novas agências e seu processo de expansão prosseguiu com a sua transformação em banco múltiplo, com carteira comercial, de financiamento, de câmbio e de crédito imobiliário.

O Rural iniciou o seu processo de internacionalização em 1996, com a inauguração da Rural Securities (Miami, Estados Unidos da América) e da Rural International (Nassau), tendo dado continuidade ao processo de internacionalização com a abertura do Banco Rural S.A., em 1998, localizado na Ilha da Madeira. Em 2000, foi aberto o escritório de representação em Londres, Inglaterra, e do escritório de representação em Luanda, capital da Angola, em abril de 2004.

6.1.2. Atividades do Rural

O Rural é um banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de câmbio, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário. Através de suas controladas, atua também nas áreas de seguros, arrendamento mercantil, corretagem de câmbio e valores mobiliários, administração de cartões de crédito, administração de fundos de investimento e de concessão de crédito. Para maiores informações sobre as sociedades controladas, ver item 6.1.4. abaixo.

Tradicionalmente, o Rural tem focado as suas atividades na concessão de crédito para empresas médias e pequenas, com faturamento anual entre R\$ 2 milhões e R\$ 50 milhões, que têm pouco acesso ao crédito e geram, por consequência, melhor rentabilidade. Além dessas atividades, o Rural atua no financiamento ao consumo, cartões de crédito e no atendimento aos clientes de alta renda para negócios de *private banking*.

No exercício findo em 31 dezembro de 2005, o Rural apresentou prejuízo de R\$ 322 milhões, contra um lucro de R\$ 132,4 milhões em 2004. Tal prejuízo retrata a diminuição dos volumes de operação do banco devida ao desgaste de imagem do Rural decorrente de ter seu nome ligado à crise política deflagrada em junho de 2005. A crise impactou sensivelmente a captação de recursos do Rural, cujos depósitos caíram de R\$ 3,0 bilhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$ 1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2005. Na mesma proporção, o valor de suas aplicações em operações de crédito caiu de R\$ 3,4 bilhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$ 1,5 bilhão na mesma data em 2005.

Por conta do prejuízo verificado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, o patrimônio líquido do Rural encerrou o ano em R\$ 333,6 milhões, contra o total de R\$ 677,8 milhões em 31 de dezembro de 2004. O ativo total do Rural em 31 de dezembro de 2004 era de R\$ 5,5 bilhões, contra um total de R\$ 2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2005.

No primeiro semestre de 2006, o Rural concluiu diversas providências iniciadas no ano de 2005 com vistas a reduzir os impactos da crise ocorrida naquele ano, entre as quais a adequação de sua estrutura de pessoal e instalações e a alienação de ativos não operacionais dispensáveis. Além disso, foram criados novos instrumentos com o objetivo de atrair depositantes e investidores. Os fundos de investimento em direitos creditórios permitiram a captação, pelo Rural, de R\$ 200 milhões no primeiro semestre de 2006.

Em 30 de junho de 2006, o ativo total do Rural totalizou R\$ 2,07 bilhões, contra R\$ 4,6 bilhões no mesmo período em 2005. O patrimônio líquido encerrou o primeiro semestre de 2006 em R\$ 337,9 milhões. O lucro líquido, por sua vez, atingiu R\$ 3,3 milhões, representando um aumento substancial com relação ao prejuízo de R\$ 129,6 milhões no mesmo período de 2005.

Na data deste Prospecto, o Rural havia celebrado contratos de cessão de direitos de crédito com outros fundos de investimento em direitos creditórios na qualidade de cedente de direitos de crédito de natureza similar ou distinta dos Direitos de Crédito. Estima-se que na data deste Prospecto os Direitos de Crédito passíveis de cessão ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão representam cerca de 20% do total de recebíveis gerados pelo Rural.

Ressalta-se que o percentual referido no parágrafo acima representa uma estimativa baseada na quantidade de recebíveis gerados pelo Rural na data deste Prospecto, sendo que referido percentual poderá vir a ser alterado no futuro com o desenvolvimento dos negócios do Rural.

6.1.3. Estrutura de Controle e Administração

6.1.3.1. Estrutura de Controle

Atualmente, o Rural é controlado pela Trapézio S.A., que detém 67,6% do capital total, sendo 81,2% das ações ordinárias e 1,6% das ações preferenciais. Os demais acionistas são os membros da família Rabello, com 3,53% das ações ordinárias e 16,09% das ações totais e a família Sant'Anna, que detém 15,21% das ações ordinárias e 14,23% do capital total. A Trapézio S.A. é controlada por Kátia Rabello, Nora Rabello, Renata Rabello Costa e Vitória Rabello Nolli, por meio do usufruto de Jandira Rabello.

6.1.3.2. Administração

Na data deste Prospecto, a administração do Rural era exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria, com a seguinte composição:

Conselho de Administração do Banco Rural S.A.

Kátia Rabello	Presidente
Ajax Corrêa Rabello	Vice-Presidente
Nora Rabello	Vice-Presidente
Walter Leite Azevedo	Conselheiro

Diretoria Executiva do Banco Rural S.A.

Kátia Rabello	Presidente
José Roberto Salgado	Vice-Presidente
Plauto Gouvêa	Vice-Presidente
Guilherme Rocha C. Rabello	Diretor
João Heraldo dos Santos Lima	Diretor
Leda Corrêa Rabello Carvalho	Diretora
Wellerson Antônio da Rocha	Diretor
Vinícius Samarane	Diretor

6.1.4. Sociedades Controladas

Em 31 de dezembro de 2006, o Rural controlava diversas sociedades, financeiras e não financeiras. A tabela abaixo indica as sociedades controladas pelo Rural em 31 de dezembro de 2006, com o percentual de participação detido pelo banco no respectivo capital social:

Atividade Bancária e Intermediação Financeira	Percentual do Capital
Banco Rural Mais S/A	100,00
Banco Rural de Investimentos S/A	100,00
Rural Leasing S/A - Arrendamento Mercantil	99,94
Rural Mais Leasing S/A – Arrendamento Mercantil (*)	100,00
Rural Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	99,96
Rural Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (**)	100,00
IFE – Banco Rural Uruguay S/A (**)	100,00
Rural International Bank Limited (Bahamas)	99,00
Banco Rural Europa S/A	99,60
Rural Securities International Inc.	99,89
RS Crédito, Financiamento e Investimento S/A(*)	–
Atividade de Administração de Cartões	
Banco Simples S/A	100,00
Fasttec Administradora e Processadora Ltda. (Rutra Administradora de Cartões de Crédito S/C Ltda.)	99,99
Atividade de Seguros, Previdência e Capitalização	
Investprev – Seguros e Previdência S/A	100,00
Rural Seguradora S/A	99,91
Não Financeiras	
RS Empreendimentos e Participações	51,00
Rural Clube Sociedade Civil Ltda.	94,95
Segurança Tratex S/A	99,99
Rural Trading S/A	100,00
Rutra Corretora de Seguros Ltda.	99,89
Radial – Imobiliária, Participações e Empreendimentos S/A	99,95
Rural Agroinvest S/A	97,08
Serra Dourada Serviços, Comércio e Empreendimentos Ltda.	99,89

(*) Companhias incorporadas.

(**) Companhias em fase de encerramento das atividades.

As sociedades controladas pelo Rural atuam em diversos segmentos de atividade econômica além do sistema financeiro, tais como construção civil e de estradas, manutenção de rodovias, geração de energia elétrica, comércio de petróleo, agronegócios, setor imobiliário, dentre outros.

Em outubro e dezembro de 2005, o Banco, através de sua controlada Banco Rural de Investimentos S.A., alienou a totalidade de sua participação na Rural Factoring e na Concessionária Rodovia do Sol S.A. - Rodosol, respectivamente.

Em 15 de dezembro de 2005, os acionistas da controlada RS Crédito, Financiamento e Investimento S.A., controlada pelo Rural deliberaram pela aquisição das ações de sua própria emissão, correspondentes a 49% do capital social. Essas ações foram adquiridas da BTS Participações e Empreendimentos S.A. e da Séculus Crédito, Financiamento e Investimentos S.A., então acionistas detentores dos 49% do capital, pelo valor total de R\$ 66.946 mil. Essa operação de compra gerou um ágio de R\$ 40.400 mil que, conforme demonstrado em laudo de avaliação preparado por peritos independentes, baseou-se na expectativa de lucro futuro da carteira de créditos consignados, trazidos a valor presente na data-base da operação. Como uma das medidas imediatas adotadas pela Administração, em 30 de dezembro de 2005, o então único acionista da RS Crédito Financiamento e Investimento S.A. deliberou pela incorporação da referida instituição, o qual passou a sucedê-la em direitos e obrigações.

6.2. O Banco Simples

6.2.1. Breve Histórico e Atividades do Banco Simples

O Banco Simples foi constituído em 10 de março de 2003, com capital social inicial de R\$ 60 milhões. Em 3 de abril de 2003, o Banco Central aprovou o pedido de funcionamento do Banco Simples na qualidade de banco múltiplo, concedendo-lhe autorização para operar as carteiras (i) comercial, (ii) de crédito, financiamento e investimento, (iii) de câmbio e (iv) de arrendamento mercantil.

Desde sua criação, as atividades do Banco Simples foram centradas em operações de varejo, principalmente por meio da administração dos cartões de crédito "Visa", com a celebração de parcerias com redes de supermercados, *home centers*, dentre outros, e sem a constituição de uma rede de agências próprias.

Atualmente, o Banco Simples passa por um processo de redirecionamento de seu foco de atuação, dando suporte ao Rural nas áreas de crédito comercial, crédito consignado e captação de recursos. As operações de varejo foram reduzidas somente à administração do "Cartão de Crédito Rural Visa".

6.2.2. Estrutura de Controle e Administração

6.2.2.1. Estrutura de Controle

Na data deste Prospecto, o Banco Simples era uma subsidiária integral do Rural, o qual detém 100% de seu capital social.

6.2.2.2. Administração

Na data deste Prospecto, a administração do Banco Simples era exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria, com a seguinte composição:

Conselho de Administração do Banco Simples S.A.

Kátia Rabello	Presidente
Ajax Corrêa Rabello	Vice-Presidente
Nora Rabello	Vice-Presidente
Walter Leite Azevedo	Conselheiro

Diretoria Executiva do Banco Simples S.A.

Kátia Rabello	Presidente
José Roberto Salgado	Vice-Presidente
Plauto Gouvêa	Vice-Presidente
Guilherme Rocha C. Rabello	Diretor
João Heraldo dos Santos Lima	Diretor
Leda Corrêa Rabello Carvalho	Diretora
Wellerson Antônio da Rocha	Diretor
Vinícius Samarane	Diretor

6.2.3. Sociedades Controladas

Na data deste Prospecto, o Banco Simples não possuía o controle societário, direto ou indireto, de qualquer sociedade.

7. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

7.1. Informações sobre as Partes

7.1.1. O Administrador

O Administrador, subsidiária do Mellon Bank Corporation (EUA), é uma sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61, devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela CVM, por meio do Ato Declaratório n.º 4.620, de 19 de dezembro de 1997.

Fundado em 1869 e com sede em Pittsburgh, Pennsylvania, o Mellon Bank Corporation é, atualmente, um dos maiores administradores de recursos do mundo, sendo responsável pela administração de aproximadamente USD 808 bilhões. Seu foco em administração de fundos de investimento é amplamente reconhecido por publicações internacionais especializadas, tais como pela Morningstar, edição de setembro de 1998. Em abril de 1998, o Mellon Bank Corporation recebeu o prêmio de melhor família de fundos pela Worth Magazine.

A grande experiência do Mellon Bank Corporation no ramo de administração de recursos de terceiros permitiu ao Administrador ingressar no mercado brasileiro, bem como oferecer serviços de alto padrão de qualidade em administração de fundos de investimentos, atendendo, ainda, aos mais destacados e prestigiados administradores de carteiras independentes de recursos de terceiros, nos mercados nacional e internacional.

7.1.2. O Gestor

Para realização da gestão dos ativos da carteira do Fundo, o Administrador contratou a Integral-Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tavares Cabral, n.º 102, conjuntos 61 e 62, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o n.º 06.576.569/0001.86.

Fundado em 2005, o Gestor é uma *joint venture* entre a Integral Trust Securitização e Serviços Financeiros, empresa de consultoria especializada em securitização e finanças estruturadas, e a Capitânia Gestores Ltda. (Capitânia Asset & Risk Management) reconhecida pelo trabalho de gestão de fundos de investimentos para investidores do mercado local e internacional.

O Gestor é uma gestora independente, especializada em fundos de recebíveis, com perfil ativo e passivo, possuindo capacidade e *expertise* para uma gestão de fundos lastreados nas mais diversas classes de direitos creditórios, utilizando-se de instrumentos de gestão visando uma maior eficiência, quando da implementação da política de investimento, alocação do caixa, e dos riscos específicos dos produtos.

O Gestor dedica-se ao atendimento das necessidades de empresas e investidores institucionais, estando capacitado a gerir produtos relacionados a: crédito consignado, crédito ao consumidor, financiamento de veículos e de bens de consumo, faturas de cartões de crédito, recebíveis imobiliários e recebíveis comerciais em geral.

O total de recursos administrados pelo Gestor em fundos de investimento em direitos creditórios, ao final de agosto de 2006, totalizava R\$ 1,12 bilhões.

7.1.3. O Custodiante

O Banco Bradesco S.A. é uma instituição financeira com sede na Avenida Yara, s/n.º, Cidade de Deus, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no C.N.P.J./M.F. sob o n.º 60.746.948/0001/12.

O Custodiante, por meio do Departamento de Ações e Custódia, está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral, tais como custódia, controladoria, escrituração de ativos, banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, *trustee*, agente de compensação, *brazilian deposit receipts* e *deposit receipts* há mais de 30 anos.

O Departamento de Ações e Custódia do Custodiante presta serviços somente para recursos de terceiros, apresentando estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo assim total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garantem a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de custódia e controladoria do Custodiante têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Custodiante também aderiu ao Código de Auto-Regulação da ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID"), para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando assim que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências da ANBID.

Especificamente para a área de custódia são mantidos os melhores sistemas do mercado, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que garante a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

7.2. Relacionamento entre as Partes

7.2.1. Relacionamento entre o Administrador e o Gestor

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Gestor não mantinham qualquer relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão do Gestor ter sido contratado para realizar a gestão de carteiras de investimento de outros fundos de investimento administrados pelo Administrador.

7.2.2. Relacionamento entre o Administrador e o Custodiante

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão do Administrador ser administrador de outros fundos de investimento em direitos creditórios, tais como o Fundo, que têm como custodiante o Custodiante.

7.2.3. Relacionamento entre o Gestor e o Custodiante

Na data deste Prospecto, o Gestor e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto.

7.2.4. Relacionamento do Rural com o Administrador, o Gestor e o Custodiante

Além dos serviços de administração e gestão do Fundo, na data deste Prospecto, o Administrador e o Gestor não prestavam nenhum outro serviço ou mantinham qualquer outro relacionamento comercial com o Rural, exceto pelo relacionamento existente em razão do Administrador terem sido contratados para realizar a administração e a gestão de carteiras de investimento de outros fundos de investimento em direitos creditórios, tais como o Fundo, administrados pelo Administrador.

Na data deste Prospecto, o Custodiante não mantinha qualquer relacionamento comercial com o Rural além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão do Custodiante ter sido contratado para realizar a custódia de ativos de outros fundos de investimento em direitos creditórios, tais como o Fundo, administrados pelo Administrador.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

8. ANEXOS

- Anexo I** - Sumário dos Contratos da Operação
- Anexo II** - Cópia da Deliberação de Alteração do Regulamento
e do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto
- Anexo III** - Relatórios de Classificação de Risco das Quotas Sênior
e das Quotas Subordinadas Mezanino
- Anexo IV** - Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos
- Anexo V** - Declaração firmada pelo Diretor Responsável do Administrador,
nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo I

Sumário dos Contratos da Operação

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Sumário dos Contratos da Operação

Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria do Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Financeiro Corporativo I

O Contrato de Custódia será celebrado com o Custodiante até a Primeira Data de Emissão. O Contrato de Custódia estabelece as obrigações do Custodiante (i) como custodiante dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01 e (ii) como agente de controle do Percentual Mínimo de Garantias dos Direitos de Crédito.

Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Carteira do Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Financeiro Corporativo I e Outras Avenças

O Contrato de Gestão será celebrado entre o Administrador e o Gestor até a Primeira Data de Emissão. O Contrato de Gestão regulará, dentre outras, as obrigações do Gestor relacionadas à prestação dos serviços de gestão da Carteira.

Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças

O Contrato de Cessão será celebrado entre o Fundo e o Cedente até a Primeira Data de Emissão. O Contrato de Cessão estabelece os termos e condições que serão observados para a realização das operações de cessão de Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo.

Contrato de Agente de Cobrança, Recebimento e Conciliação de Direitos de Crédito e Outras Avenças

O Contrato de Cobrança e Conciliação será celebrado entre o Rural, o Custodiante e o Fundo até a Primeira Data de Emissão. O Contrato de Cobrança e Conciliação disciplinará a prestação dos serviços do Custodiante como Agente de Cobrança e Agente de Recebimento e do Rural no exercício das Funções Operacionais do Rural.

Contrato de Prestação de Serviços de Depósito de Documentos Comprobatórios e Outras Avenças

O Contrato de Depósito será celebrado com o Rural até a Primeira Data de Emissão. O Contrato de Depósito regulará as obrigações do Rural relacionadas à prestação dos serviços de custódia física das vias originais dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis (exceto dos Cheques, que serão custodiados pelo Agente de Custódia, Conciliação e Compensação de Cheques, nos termos do Contrato de Custódia e Compensação de Cheques).

Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Compensação de Cheques e Outras Avenças

O Contrato de Custódia e Compensação de Cheques será celebrado entre o Fundo, o Rural e o Agente de Custódia, Conciliação e Compensação de Cheques até a Primeira Data de Emissão, por meio dele o Agente de Custódia, Conciliação e Compensação de Cheques será contratado pelo Fundo e pelo Rural para prestação de serviços de custódia física, compensação e conciliação dos Cheques vinculados a Direitos de Crédito Elegíveis por meio de Garantias de Direitos de Crédito Mútuo ou Operações de Desconto.

Contrato de Verificação e Certificação de Direitos de Crédito e Outras Avenças

O Contrato de Verificação será celebrado com a Certificadora até a Primeira Data de Emissão. O Contrato de Verificação estabelece as obrigações e atribuições da Certificadora para com o Gestor.

Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria de Conformidade e Outras Avenças

O Contrato de Auditoria de Conformidade será celebrado com os Auditores Independentes de Conformidade até a Primeira Data de Emissão. O Contrato de Auditoria de Conformidade estabelece as obrigações dos Auditores Independentes de Conformidade para com o Fundo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo II

Cópia da Deliberação de Alteração do Regulamento e do Regulamento
do Fundo em vigor na data deste Prospecto

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

4-KID-KJ - 729430
Emol 250 98/Disib: 10,30/Let: 11/05-13/06
Mun: 9/ACOTERJ: 7,82 / FETJ: 52,25
Lei 4.664/05-13.06/10: Emol (R\$) 347,45
PARÂM Vias 2 / Nome(s) 1 / Págs 101
Proc Estr: N / Averb S / Dilig



MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

C.N.P.J./M.F. n.º 02.201.501/0001-61

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO FINANCEIRO CORPORATIVO I

C.N.P.J./M.F. n.º 08.432.863/0001-40

Pelo presente instrumento particular, a Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61 ("Administrador"), na qualidade de instituição administradora do **RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO FINANCEIRO CORPORATIVO I**, inscrito no C.N.P.J./M.F. sob n.º 08.432.863/0001-40 ("**FUNDO**"), em razão da inexistência de qualquer quotista do **FUNDO** nesta data, RESOLVE:

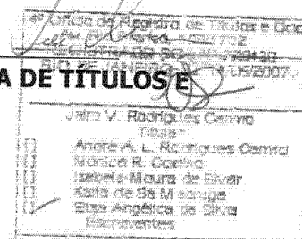
1. Alterar o regulamento do **FUNDO** para refletir o atendimento a exigências adicionais solicitadas pela CVM;
2. Aprovar a nova versão do regulamento do **FUNDO**, nos termos do documento anexo; e
3. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de alteração do regulamento do **FUNDO**.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2007

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO
Inscrito hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
registro Nº 727928 do Livro 87
QUE CERTIFICO RJ 14 MAIO 2007

4º OFÍCIO REG. TÍT. e Doc.
Ela é a Brasileira de Silva
Escriturante Autorizada



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**REGULAMENTO DO RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO
EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO FINANCEIRO CORPORATIVO I**

São Paulo, 14 de maio de 2007

ÍNDICE

Capítulo Um – Das Definições.....	4
Capítulo Dois – Da Denominação, Forma, Prazo de Duração e Composição do Patrimônio do Fundo	20
Capítulo Três – Do Público Alvo do Fundo e do Investimento Inicial Mínimo no Fundo	20
Capítulo Quatro – Do Objetivo de Investimento do Fundo	20
Capítulo Cinco – Da Natureza e da Origem dos Direitos de Crédito.....	21
Capítulo Seis – Dos Critérios de Elegibilidade e das Condições de Cessão.....	22
Capítulo Sete – Da Formalização da Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo e Outras Regras Gerais Referentes à Liquidação dos Direitos de Crédito Elegíveis	28
Capítulo Oito – Da Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira do Fundo	34
Capítulo Nove – Dos Critérios de Avaliação dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros Integrantes da Carteira	35
Capítulo Dez – Do Patrimônio do Fundo	36
Capítulo Onze – Das Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Quotas.....	36
Capítulo Doze – Da Assembléia Geral de Quotistas.....	42
Capítulo Treze – Da Amortização e do Resgate das Quotas.....	46
Capítulo Quatorze – Das Hipóteses e Procedimentos de Resgate e Quotas Mediante a Entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e de Ativos Financeiros em Pagamento	49
Capítulo Quinze – Da Amortização Extraordinária para fins de Reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação Mínima de Investimento e da Política de Investimento	51
Capítulo Dezesesseis – Do Enquadramento da Razão de Garantia	51

Capítulo Dezessete – Dos Eventos de Avaliação e Liquidação Antecipada do Fundo e dos Eventos de Suspensão.....	52
Capítulo Dezoito – Dos Encargos do Fundo.....	59
Capítulo Dezenove – Da Faculdade do Rural de Recomprar Direitos de Crédito Inadimplidos.....	61
Capítulo Vinte – Da Reserva de Pagamento e da Alocação de Recursos para Pagamento de Despesas do Fundo	62
Capítulo Vinte e Um – Das Demonstrações Financeiras.....	64
Capítulo Vinte e Dois – Dos Fatores de Risco.....	64
Capítulo Vinte e Três – Do Administrador, Gestor e Custodiante.....	71
Capítulo Vinte e Quatro – Da Remuneração do Administrador	77
Capítulo Vinte e Cinco – Da Divulgação de Informações.....	77
Capítulo Vinte e Seis – Das Disposições Gerais	78
Anexo I	79
Anexo II	81
Anexo III	91
Anexo IV	94
Anexo V	96
Anexo VI	98
Anexo VII	99

CAPÍTULO UM – DAS DEFINIÇÕES

1.1. – Para fins do disposto no presente Regulamento, as expressões indicadas em letra maiúscula neste Regulamento e em seus Anexos terão os significados a elas atribuídos neste Capítulo Um, exceto se de outra forma estiverem definidas neste Regulamento e/ou em seus Anexos:

“**Administrador**”: na Primeira Data de Emissão, a Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;

“**Agência Classificadora de Risco**”: na Primeira Data de Emissão, a Standard & Poor’s e a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., agências classificadoras de risco especializadas contratadas pelo Fundo, responsáveis pela avaliação de risco das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino, quando referidas em conjunto ou individual e indistintamente;

“**Agente de Cobrança e Recebimento**”: na Primeira Data de Emissão, o Custodiante, na qualidade de (i) agente de cobrança das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária (exceto Cheques) e do Lastro das Operações de Desconto (exceto Cheques), de forma que as Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo (exceto Cheques) e o Lastro das Operações de Desconto (exceto Cheques) referentes a Direitos de Crédito Elegíveis sejam registrados no sistema de cobrança do Agente de Cobrança e Recebimento; e (ii) agente de recebimento dos recursos depositados na Conta do Agente de Recebimento, em moeda corrente nacional, provenientes da liquidação das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo (exceto Cheques) e do Lastro das Operações de Desconto (exceto Cheques). O Contrato de Cobrança e Conciliação estabelece, dentre outras obrigações, as atribuições e responsabilidades do Agente de Cobrança e Recebimento;

“**Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos**”: na Primeira Data de Emissão, o Rural, na qualidade de agente de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, em observância aos Procedimentos de Cobrança. O Contrato de Cobrança e Conciliação estabelece, dentre outras obrigações, as atribuições e responsabilidades do Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos;

“**Agente de Conciliação e Cobrança**”: na Primeira Data de Emissão, o Rural, (i) na qualidade de agente de recebimento e conciliação dos recursos provenientes da liquidação dos Direitos de Crédito Mútuo cedidos ao Fundo, para posterior transferência ao Fundo, (ii) na qualidade de agente de cobrança, de acordo com os termos e condições estabelecidos nos respectivos Documentos Comprobatórios, dos Direitos de Crédito Mútuo e das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo que não sejam

representadas por Cessão Fiduciária e (iii) na qualidade de agente de cobrança dos Direitos de Crédito Desconto (e das eventuais Garantias dos Direitos de Crédito Desconto) cuja liquidação do respectivo Lastro das Operações de Desconto, por meio do Agente de Cobrança e Recebimento, não tenha sido realizada na Conta do Agente de Recebimento. Os recursos provenientes da cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis, pelo Agente de Conciliação e Cobrança, são transferidos para a Conta Autorizada do Fundo. O Contrato de Cobrança e Conciliação estabelece, dentre outras obrigações, as atribuições e responsabilidades do Agente de Conciliação e Cobrança;

“Agente de Custódia e Compensação de Cheques”: a empresa especializada a ser contratada pelo Fundo e pelo Rural para atuar como (i) agente de custódia e guarda dos Cheques, até a sua compensação ou devolução ao Cedente, conforme o caso, e como (ii) agente de compensação dos Cheques vinculados a Direitos de Crédito Elegíveis. O Contrato de Custódia e Compensação de Cheques estabelecerá as atribuições e responsabilidades do Agente de Custódia e Compensação de Cheques;

“Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios”: na Primeira Data de Emissão, o Rural, na qualidade de agente de guarda física e conservação dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito Elegíveis, exceto dos Cheques, cuja guarda e conservação são de responsabilidade do Agente de Custódia e Compensação de Cheques. O Contrato de Depósito estabelece as atribuições e responsabilidades do Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios;

“Agente de Supervisão de Garantias”: na Primeira Data de Emissão, o Custodiante, na qualidade de agente de supervisão e monitoramento das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo cedidos ao Fundo representadas por Cessão Fiduciária. O Contrato de Cobrança e Conciliação estabelece, dentre outras obrigações, as atribuições e responsabilidades do Agente de Supervisão de Garantias;

“Alocação Mínima de Investimento”: a alocação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis;

“Amortização Extraordinária”: a Amortização Extraordinária das Quotas Sênior em circulação exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão de Garantia e/ou à Alocação Mínima de Investimento e/ou à observância da política de investimento descrita no Capítulo Oito deste Regulamento, conforme prevista no Capítulo Quinze deste Regulamento;

“Anexo I”: O Anexo I deste Regulamento, que descreve os Procedimentos de Cobrança;

"Anexo II": O Anexo II deste Regulamento, que descreve a Política de Cadastro e Concessão de Crédito;

"Anexo III": O Anexo III deste Regulamento, que contém modelo do Termo de Adesão;

"Anexo IV": O Anexo IV deste Regulamento, que descreve a fórmula de cálculo do valor das Quotas Sênior para fins de integralização, amortização e resgate;

"Anexo V": O Anexo V deste Regulamento, que descreve a fórmula de cálculo do valor das Quotas Subordinadas Mezanino para fins de integralização, amortização e resgate;

"Anexo VI": O Anexo VI deste Regulamento, que descreve o cronograma de amortização e resgate das Quotas da Primeira Emissão;

"Anexo VII": O Anexo VII deste Regulamento, que descreve a fórmula de cálculo da Taxa de Administração e da Taxa de Performance;

"Anexos": Os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII deste Regulamento, quando referidos em conjunto;

"Arquivo de Registro de Cheques": o arquivo eletrônico ou físico elaborado em formato a ser acordado entre o Agente de Custódia e Compensação de Cheques, o Cedente e o Custodiante, o qual relacionará as Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cheques e o Lastro das Operações de Desconto representado por Cheques relativos a Direitos de Crédito que o Cedente esteja disposto a ceder ao Fundo em uma determinada Data de Oferta;

"Arquivo de Registro em Cobrança": o arquivo eletrônico elaborado em formato a ser acordado entre o Cedente, o Gestor e o Custodiante, o qual relacionará as Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo e o Lastro das Operações de Desconto relativos aos Direitos de Crédito que o Cedente esteja disposto a ceder ao Fundo em uma determinada Data de Oferta;

"Assembléia Geral": a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo;

"Ativos Financeiros": os títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou títulos de emissão do Banco Central e/ou operações compromissadas, os quais poderão compor o patrimônio líquido do Fundo que não seja alocado em Direitos de Crédito Elegíveis, conforme descrito no item 8.2. deste Regulamento;

"Auditores Independentes": na Primeira Data de Emissão, a KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria contratada pelo Fundo para realizar a auditoria das demonstrações financeiras do Fundo;

"Auditores Independentes de Conformidade": na Primeira Data de Emissão, a KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria contratada pelo Gestor e pelo Rural para monitorar/supervisionar determinadas obrigações do Rural no âmbito das Funções Operacionais do Rural, conforme descrito no Contrato de Auditoria de Conformidade;

"Banco Central": o Banco Central do Brasil;

"Benchmark": o parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Quotas Sênior, correspondente a 110% (cento e dez por cento) da Taxa DI;

"BM&F": a Bolsa de Mercadorias & Futuros;

"BOVESPA": a Bolsa de Valores de São Paulo;

"Carteira": a carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros;

"Cedente": o Banco Rural S.A. e/ou o Banco Simples S.A., como originadores e cedentes de Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo, individualmente ou em conjunto;

"Certificação": consiste no procedimento de avaliação e confirmação eletrônica, pela Certificadora, ao Gestor e/ou a terceiro por ele contratado, de que Direitos de Crédito que o Cedente pretende ofertar ao Fundo atendem às Condições de Diversificação, nos termos do Contrato de Verificação;

"Certificadora": na Primeira Data de Emissão, a Serasa S.A.;

"Cessão Fiduciária": a cessão fiduciária de títulos de crédito (duplicatas, cheques, notas promissórias e/ou notas promissórias rurais) outorgada em garantia ao Cedente, no âmbito das Operações de Mútuo;

"CETIP": a CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação;

"Cheques": os cheques entregues pelos Clientes, ao Cedente, no âmbito das Operações de Desconto e das Operações de Mútuo. A titularidade dos Cheques entregues no âmbito das Operações de Desconto é transferida ao Cedente e os recursos provenientes de sua compensação são utilizados para liquidar parte ou a totalidade das Operações de Desconto, conforme o caso. Os Cheques entregues no âmbito das Operações de Mútuo são objeto de Cessão Fiduciária em favor do Cedente para assegurar parte ou a totalidade da liquidação das Operações de Mútuo;

"Clientes": os clientes pessoas jurídicas do Cedente, residentes e domiciliados no Brasil, que celebram Operações de Desconto e/ou Operações de Mútuo com o Cedente (as quais dão origem aos Direitos de Crédito), e que tenham sido objeto da Política de Cadastro e Concessão de Crédito;

"Clientes Adimplentes": os Clientes devedores de Direitos de Crédito Elegíveis e que estejam em total cumprimento com as suas obrigações, para com o Fundo, referentes ao pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis;

"Clientes Especiais": os Clientes indicados na lista que será incorporada ao Contrato de Cessão como Anexo II por meio da celebração de instrumento particular de aditamento entre o Fundo e o Cedente, com a interveniência do Custodiante e do Gestor. A lista de Clientes Especiais somente será incorporada ao Contrato de Cessão e/ou alterada mediante consulta prévia à Standard & Poor's e à Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., Agências Classificadoras de Risco responsáveis pela avaliação de risco das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino, uma vez que qualquer alteração à lista de Clientes Especiais não deverá implicar o rebaixamento da classificação de risco (*rating*) atribuída às Quotas Sênior;

"Clientes Novos": os Clientes cujo histórico de Operações de Mútuo e/ou Operações de Desconto realizadas com o Cedente tenha prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias, considerando-se a data do primeiro desembolso de recursos pelo Cedente em favor do Cliente como a data inicial do histórico;

"CMN": o Conselho Monetário Nacional;

"CNPJ/MF": o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;

"Compromisso de Subscrição de Quotas Sênior": o Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Sênior e Outras Avenças, a ser celebrado entre o Fundo e os subscritores das Quotas Sênior do Fundo quando da subscrição de Quotas Sênior do Fundo;

"Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior": o Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas Junior e Outras Avenças, a ser celebrado entre o Fundo e o Rural quando da subscrição de Quotas Subordinadas Junior do Fundo;

"Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino": o Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas Mezanino e Outras Avenças, a ser celebrado entre o Fundo e os subscritores das Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo quando da subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo;

"Compromisso(s) de Subscrição de Quotas": o Compromisso de Subscrição de Quotas Sênior, o Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino e/ou o Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, quando referidos em conjunto ou individualmente;

"Condições de Cessão": as condições mínimas de cessão dos Direitos de Crédito, as quais deverão ser verificadas e atendidas pelo Cedente antes de cada cessão ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e conforme indicadas no Capítulo Seis deste Regulamento. O Cedente será o único responsável pela verificação e atendimento das Condições de Cessão;

"Condições de Diversificação": as Condições de Cessão referidas nas alíneas "a" e "b" do item 6.2. deste Regulamento, a serem objeto de Verificação e Certificação pela Certificadora antes de cada cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos do Contrato de Verificação;

"Conta Autorizada do Fundo": a conta corrente mantida pelo Fundo no Custodiante, na qual serão depositados os recursos provenientes da liquidação dos Direitos de Crédito Elegíveis. A operacionalização da Conta Autorizada do Fundo é realizada pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Cobrança e Conciliação;

"Contrato de Auditoria de Conformidade": o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria de Conformidade e Outras Avenças a ser celebrado com os Auditores Independentes de Conformidade até a Primeira Data de Emissão. O Contrato de Auditoria de Conformidade estabelece as obrigações dos Auditores Independentes de Conformidade para com o Fundo;

"Conta do Agente de Recebimento": a conta de recebimento de titularidade do Agente de Cobrança e Recebimento, mantida no Custodiante, sob o controle do Agente de Cobrança e Recebimento, na qual serão depositados os recursos provenientes da liquidação das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo (exceto da compensação de Cheques) e do Lastro das Operações de Desconto (exceto da compensação de Cheques). Os recursos provenientes da liquidação das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo depositados na Conta do Agente de Recebimento serão transferidos para o Agente de Conciliação e Cobrança (desde que um Evento de Suspensão não esteja em andamento) e os recursos provenientes da liquidação do Lastro das Operações de Desconto depositados na Conta do Agente de Recebimento serão transferidos para a Conta Autorizada do Fundo. A operacionalização da Conta do Agente de Recebimento é realizada pelo Agente de Cobrança e Recebimento, conforme disposto no Contrato de Cobrança e Conciliação;

"Contrato de Cessão": o Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças a ser celebrado entre o Fundo e o Cedente até a Primeira Data de Emissão. O Contrato de Cessão estabelece os termos e condições que serão observados para a realização das operações de cessão de Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo;

"Contrato de Cobrança e Conciliação": o Contrato de Agente de Cobrança, Recebimento e Conciliação de Direitos de Crédito e Outras Avenças a ser celebrado entre o Rural, o Custodiante e o Fundo, com a interveniência do Gestor, até a Primeira Data de Emissão. O Contrato de Cobrança e Conciliação disciplinará a prestação dos serviços do Custodiante como Agente de Cobrança e Recebimento e Agente de Supervisão de Garantias, bem como a prestação de serviços do Rural no exercício das Funções Operacionais do Rural;

"Contrato de Custódia": o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria do Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Financeiro Corporativo I, celebrado com o Custodiante. O Contrato de Custódia estabelece as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01;

"Contrato de Custódia e Compensação de Cheques": o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Compensação de Cheques e Outras Avenças a ser celebrado entre o Fundo, o Rural e o Agente de Custódia e Compensação de Cheques até a Primeira Data de Emissão, por meio do qual o Agente de Custódia e Compensação de Cheques será contratado pelo Fundo e pelo Rural para prestação de serviços de

custódia física e compensação dos Cheques vinculados a Direitos de Crédito Elegíveis por meio de Garantias de Direitos de Crédito Mútuo ou Operações de Desconto;

“Contrato de Depósito”: o Contrato de Prestação de Serviços de Depósito de Documentos Comprobatórios e Outras Avenças a ser celebrado com o Rural até a Primeira Data de Emissão. O Contrato de Depósito regulará as obrigações do Rural relacionadas à prestação dos serviços de custódia física das vias originais dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis (exceto dos Cheques, que serão custodiados pelo Agente de Custódia e Compensação de Cheques, nos termos do Contrato de Custódia e Compensação de Cheques);

“Contrato de Gestão”: o Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Carteira do Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Financeiro Corporativo I e Outras Avenças, a ser celebrado entre o Administrador e o Gestor até a Primeira Data de Emissão. O Contrato de Gestão regulará, dentre outras, as obrigações do Gestor relacionadas à prestação dos serviços de gestão da Carteira;

“Contrato de Verificação”: o Contrato de Verificação e Certificação de Direitos de Crédito e Outras Avenças a ser celebrado com a Certificadora até a Primeira Data de Emissão. O Contrato de Verificação estabelece as obrigações e atribuições da Certificadora para com o Gestor;

“Critérios de Elegibilidade”: os critérios de elegibilidade estabelecidos no Contrato de Cessão, a serem observados pelo Custodiante previamente a cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, conforme definidos no Capítulo Seis deste Regulamento;

“Custodiante”: na Primeira Data de Emissão, o Banco Bradesco S.A.;

“CVM”: a Comissão de Valores Mobiliários;

“Data de Oferta”: qualquer Dia Útil após a celebração do Contrato de Cessão, em que o Cedente disponibilizar ao Custodiante, ao Administrador e ao Gestor, por meio eletrônico e/ou físico, Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis, indicando relação dos Direitos de Crédito que esteja disposto a ceder ao Fundo no Dia Útil específico;

“Data de Aquisição e Pagamento”: cada data em que for verificada a ocorrência cumulativa dos eventos referidos nas alíneas (i) a (x) do item 7.2. deste Regulamento, quando as operações de cessão de Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, serão consideradas formalizadas e concluídas;

"Data de Resgate": a data em que houver o último pagamento de amortização das Quotas Sênior, conforme cronograma de amortização previsto no Anexo VI deste Regulamento;

"Data de Verificação": cada data em que seja apurada a Razão de Garantia pelo Custodiante, nos termos do item 11.7. deste Regulamento;

"Data(s) de Amortização": cada data em que houver pagamento de amortização das Quotas, conforme cronograma de amortização previsto no Anexo VI deste Regulamento;

"Dia Útil": qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriado nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não sejam Dia Útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte;

"Direito de Dissidência": o direito de resgate antecipado conferido aos Quotistas titulares de Quotas Sênior na hipótese de deliberação, pela Assembléia Geral, pela não liquidação antecipada do Fundo, quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada;

"Direitos de Crédito": os Direitos de Crédito Mútuo e os Direitos de Crédito Desconto, quando referidos em conjunto;

"Direitos de Crédito Desconto": os direitos de crédito vinculados ao Lastro das Operações de Desconto, em conjunto com os direitos de crédito detidos pelo Cedente contra seus Clientes no âmbito das respectivas Operações de Desconto;

"Direitos de Crédito Elegíveis": os Direitos de Crédito Mútuo e os Direitos de Crédito Desconto que sejam objeto de Verificação e Certificação, que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão;

"Direitos de Crédito Inadimplidos": os Direitos de Crédito Elegíveis vencidos e não pagos pelos respectivos Clientes após 21 (vinte e um) dias contados das respectivas datas de vencimento;

"Direitos de Crédito Mútuo": os direitos de crédito detidos pelo Cedente contra seus Clientes e que sejam originados no âmbito de Operações de Mútuo;

“Documentos Comprobatórios”: os documentos que evidenciam e comprovam a existência, validade e exeqüibilidade dos Direitos de Crédito e respectivas Garantias, quais sejam: (i) cédulas de crédito bancário representativas de Operação de Mútuo (para os Direitos de Crédito Mútuo), (ii) cédulas de crédito bancário representativas de Operação de Desconto e documentos que evidenciam e comprovam a existência, validade e exeqüibilidade do Lastro das Operações de Desconto (para os Direitos de Crédito Desconto) e (iii) instrumentos de constituição das Garantias;

“Eventos de Avaliação”: quaisquer dos eventos indicados no item 17.1. deste Regulamento;

“Eventos de Liquidação Antecipada”: quaisquer dos eventos indicados no item 17.2. deste Regulamento;

“Eventos de Revisão”: os eventos que ensejam a revisão do Contrato de Cessão, conforme definidos no Contrato de Cessão;

“Eventos de Suspensão”: quaisquer dos Eventos de Avaliação referidos nos incisos (x) a (xiv) do item 17.1., que podem resultar ou não, conforme decisão da Assembléia Geral, na destituição do Rural no exercício das Funções Operacionais do Rural, nos termos do Contrato de Cobrança e Conciliação;

“Funções Operacionais do Rural”: na Primeira Data de Emissão, as atividades exercidas pelo Rural com relação ao Fundo na qualidade de Agente de Conciliação e Cobrança e Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos;

“Fundo”: o Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Financeiro Corporativo I;

“Garantias”: as Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo e as Garantias dos Direitos de Crédito Desconto, quando referidas em conjunto;

“Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo”: as garantias outorgadas pelos Clientes em favor do Cedente para assegurar a liquidação das Operações de Mútuo, constituídas, necessariamente, pela Cessão Fiduciária de títulos de crédito de titularidade dos Clientes (tais como duplicatas, cheques, notas promissórias e/ou notas promissórias rurais), bem como, facultativamente, por outras garantias dos Clientes e/ou garantias de terceiros. Ainda, o Saldo de Conta Vinculada será designado como parte integrante das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo;

“Garantias dos Direitos de Crédito Desconto”: sem prejuízo do Lastro das Operações de Desconto, garantias eventualmente outorgadas pelos Clientes em favor do Cedente para assegurar a liquidação das Operações de Desconto, bem como garantias de terceiros;

“Gestor”: na Primeira Data de Emissão, a Integral-Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda.;

“Horário Limite para Cessão”: o horário limite para disponibilização, pelo Cedente, em uma determinada Data de Oferta, do Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis ao Custodiante, ao Administrador e ao Gestor, conforme estabelecido no Contrato de Cessão;

“Horário Limite para Certificação”: o horário limite estabelecido no Contrato de Cessão para a disponibilização ao Gestor, em uma determinada Data de Oferta, (i) pelo Custodiante, de informações atualizadas sobre a composição da Carteira naquela Data de Oferta, e (ii) pelo Cedente, da lista preliminar dos Direitos de Crédito que o Cedente esteja disposto a ceder ao Fundo na referida Data de Oferta, a qual deverá contemplar o valor individualizado de cada Direito de Crédito e o valor do respectivo Lastro das Operações de Desconto e/ou das respectivas Garantias. As informações ora referidas serão encaminhadas pelo Gestor à Certificadora, para fins de Verificação e Certificação;

“Instrução CVM n.º 356/01”: Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003;

“Instrução CVM n.º 409/04”: Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 411, de 26 de novembro de 2004, e pela Instrução CVM n.º 413, de 30 de dezembro de 2004;

“Investidores Qualificados”: os investidores assim definidos de acordo com a Instrução CVM n.º 409/04;

“Lastro das Operações de Desconto”: os títulos de crédito cedidos pelos Clientes ao Cedente no âmbito das Operações de Desconto,

“Oferta Pública”: a distribuição pública da Primeira Emissão de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo;

“Operações de Desconto”: são operações de desconto de títulos de crédito de titularidade dos Clientes. As Operações de Desconto são celebradas entre os Clientes e o Cedente, formalizadas por meio da assinatura de cédulas de crédito bancário. No âmbito das Operações de Desconto, o Cedente concede financiamentos aos Clientes por meio da aquisição, pelo Cedente, de títulos de crédito de titularidade dos Clientes, cujos valores coincidem com os valores dos financiamentos concedidos aos Clientes e cujos vencimentos coincidem com as datas de vencimento das Operações de Desconto. Os títulos de crédito objeto das Operações de Desconto, portanto, são cedidos de forma onerosa ao Cedente (por meio da concessão do financiamento aos Clientes) e os recursos em moeda corrente nacional decorrentes do pagamento dos referidos títulos de crédito (o Lastro das Operações de Desconto), cujos vencimentos coincidem com o vencimento das Operações de Desconto, são utilizados para liquidar as Operações de Desconto. Os Clientes são responsáveis pela existência, validade e liquidação do Lastro das Operações de Desconto. Além do Lastro das Operações de Desconto, as Operações de Desconto podem ser celebradas com a constituição de Garantias dos Direitos de Crédito Desconto;

“Operações de Mútuo”: são operações de mútuo celebradas entre os Clientes e o Cedente, formalizadas por meio da assinatura de cédulas de crédito bancário. No âmbito das Operações de Mútuo, o Cedente concede financiamentos aos Clientes. As Operações de Mútuo sempre são celebradas com a constituição de Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária e podem contar com outras Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo;

“Percentuais de Concentração e Diversificação dos Direitos de Crédito”: os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão previstos, respectivamente, nas alíneas “a” a “c” do item 6.1. e nas alíneas “a” a “g” do item 6.2. deste Regulamento, os quais correspondem a percentuais de concentração e diversificação relativos aos Direitos de Crédito e às Garantias que devem ser observados a qualquer momento, durante todo o prazo de duração do Fundo;

“Percentual Mínimo de Garantia dos Direitos de Crédito”: um percentual mínimo do valor de face dos Direitos de Crédito Elegíveis, o qual representará, a qualquer momento após a cessão dos Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo e até a sua liquidação, o valor mínimo das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária referentes a Direitos de Crédito Mútuo cedidos ao Fundo. Na Primeira Data de Emissão, o Percentual Mínimo de Garantia dos Direitos de Crédito corresponde a 90% (noventa por cento);

"Período Inicial": o período que se inicia na Primeira Data de Emissão e encerra-se após (i) o 180º (centésimo octogésimo) dia contado da referida data ou (ii) a data em que a Carteira do Fundo seja composta por Direitos de Crédito Elegíveis com valor equivalente a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), o que ocorrer primeiro;

"Período Final": o período que se inicia no 180º (centésimo octogésimo) dia anterior à Data de Resgate;

"Pessoas Autorizadas": as Pessoas Autorizadas do Cedente e as Pessoas Autorizadas do Fundo, quando referidas em conjunto;

"Pessoas Autorizadas do Cedente": as pessoas autorizadas a representar o Cedente em operações de cessão de Direitos de Crédito do Cedente ao Fundo, bem como para assinar os respectivos Termos de Cessão em nome do Cedente, conforme indicadas no Contrato de Cessão;

"Pessoas Autorizadas do Fundo": as pessoas autorizadas a representar o Fundo em operações de cessão de Direitos de Crédito do Cedente ao Fundo, bem como para assinar os respectivos Termos de Cessão em nome do Fundo, conforme indicadas no Contrato de Cessão;

"Política de Cadastro e Concessão de Crédito": a política de cadastro e concessão de crédito observada pelo Cedente na origem e formalização dos Direitos de Crédito, conforme descrita no Anexo II deste Regulamento;

"Prazo para Reenquadramento da Carteira": o período de 8 (oito) Dias Úteis durante o qual a Carteira do Fundo poderá permanecer desenquadrada em relação a qualquer dos Percentuais de Concentração e Diversificação dos Direitos de Crédito e/ou ao Percentual Mínimo de Garantia dos Direitos de Crédito, sem que referido desenquadramento represente a ocorrência de um Evento de Avaliação (salvo na hipótese prevista na alínea (xxi) do item 17.1. deste Regulamento, que estará sujeita ao prazo específico ali indicado). Durante o Prazo para Reenquadramento da Carteira, o Fundo poderá realizar aquisições de Direitos de Crédito de acordo com o disposto no item 6.3. deste Regulamento;

"Prazo para Resgate Antecipado": o prazo de 45 (quarenta) dias corridos contados da data da Assembléia Geral que deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, para que ocorra o resgate integral das Quotas do Fundo;

"Preço de Aquisição": o preço de aquisição dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, calculado de acordo com os critérios descritos no Contrato de Cessão;

"Preço de Emissão": o preço de emissão inicial e unitário das Quotas do Fundo no âmbito da Primeira Emissão;

"Primeira Data de Emissão": a data em que ocorrer a primeira integralização de Quotas representativas da Primeira Emissão do Fundo;

"Primeira Emissão": a primeira emissão de Quotas do Fundo, composta por 210.000 (duzentas e dez mil) Quotas Sênior no valor de R\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais), 30.000 (trinta mil) Quotas Subordinadas Mezanino no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e 60.000 (sessenta mil) Quotas Subordinadas Junior no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), em montante total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);

"Procedimentos de Cobrança": os procedimentos a serem adotados pelo Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos para cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, conforme descritos no Anexo I deste Regulamento;

"Prospecto": o prospecto do Fundo, elaborado nos termos da regulamentação aplicável;

"Quotas": as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas, quando referidas em conjunto;

"Quotas Sênior": as quotas sênior da Primeira Emissão do Fundo;

"Quotas Subordinadas": as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior da Primeira Emissão do Fundo, quando referidas em conjunto;

"Quotas Subordinadas Junior": as quotas subordinadas junior da Primeira Emissão do Fundo, que se subordinam às Quotas Sênior e às Quotas Subordinadas Mezanino para fins de pagamento de amortização e resgate, conforme descrito neste Regulamento;

"Quotas Subordinadas Mezanino": as quotas subordinadas mezanino da Primeira Emissão do Fundo, que se subordinam às Quotas Sênior para fins de pagamento de amortização e resgate, mas que têm preferência sobre os pagamentos de amortização e resgate das Quotas Subordinadas Junior;

"Quotista": o titular de Quotas Sênior ou de Quotas Subordinadas;

"Quotistas Dissidentes": os titulares de Quotas Sênior que discordarem da decisão da Assembléia Geral que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada;

"Razão de Garantia": o resultado, na forma percentual, da divisão do valor das Quotas Subordinadas Junior pelo valor total do patrimônio líquido, conforme disposto no item 11.6. deste Regulamento, bem como o resultado, na forma percentual, da divisão do valor das Quotas Sênior pelo valor total do patrimônio líquido, conforme disposto no item 11.6. deste Regulamento;

"Regulamento": o presente regulamento do Fundo e seus Anexos;

"Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis": a relação dos Direitos de Crédito que o Cedente esteja disposto a ceder ao Fundo em um determinado Dia Útil após a celebração do Contrato de Cessão, a qual deverá ser disponibilizada pelo Cedente ao Custodiante, ao Administrador e ao Gestor, por meio eletrônico e/ou físico, na forma acordada entre o Cedente e o Custodiante. O Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis identificará que os Direitos de Crédito nele indicados atendem às Condições de Diversificação;

"Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis": a relação dos Direitos de Crédito Elegíveis que o Fundo esteja disposto a adquirir em um determinado Dia Útil após a celebração do Contrato de Cessão, a qual deverá ser disponibilizada pelo Custodiante ao Cedente, Administrador e ao Gestor, por meio eletrônico e/ou físico, de acordo com modelo disponibilizado no Contrato de Cessão. O Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis identificará os Direitos de Crédito Elegíveis objeto de aquisição pelo Fundo e o respectivo Preço de Aquisição;

"Reserva de Pagamento": a reserva constituída pelo Custodiante, instruído pelo Administrador, segundo orientação do Gestor, para fazer frente ao pagamento das amortizações e do resgate das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo, por meio da aplicação dos recursos recebidos das liquidações dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros, segundo os critérios estabelecidos no Capítulo Vinte deste Regulamento;

"Rural": o Banco Rural S.A.;

"Sacados": os devedores das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária e/ou do Lastro das Operações de Desconto;

"Sacados Especiais": os Sacados indicados na lista constante do Anexo I do Contrato de Cessão. Conforme previsto no Contrato de Cessão, a lista de Sacados Especiais somente poderá ser alterada mediante aprovação da Agência Classificadora de Risco, uma vez que qualquer alteração à lista de Sacados Especiais não poderá implicar o rebaixamento da classificação de risco (rating) atribuída às Quotas Sênior;

"Sacados Inadimplentes": os Sacados devedores de Lastro das Operações de Desconto referente a Direitos de Crédito Inadimplidos;

"Saldo da Conta Vinculada": o saldo de recursos em moeda corrente nacional mantidos em conta corrente vinculada de cada Cliente no Cedente, que poderá ser utilizado para liquidar os Direitos de Crédito Mútuo, conforme autorização dos Clientes ao Cedente, nos termos das Operações de Mútuo, e que, em conjunto com a Cessão Fiduciária, compõe as Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo;

"Taxa de Performance": a taxa de desempenho a ser paga ao Administrador, calculada nos termos do Anexo VII deste Regulamento;

"Taxa de Administração": a remuneração mensal devida ao Administrador, conforme prevista no Anexo VII deste Regulamento;

"Taxa DI": a taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI, de 1 (um) dia, *Extra Grupo*, calculada e divulgada pela CETIP, e capitalizada em base anual (considerando-se, para tanto, um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis);

"Termo de Adesão": o "Termo de Adesão Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Financeiro Corporativo I", elaborado na forma do Anexo III deste Regulamento, a ser assinado por cada Quotista no ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo;

"Termo de Cessão": o documento elaborado de acordo com o modelo constante do Contrato de Cessão, que regulará a cessão de Direitos de Crédito selecionados para aquisição pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão, bem como identificará tais Direitos de Crédito e o seu respectivo Preço de Aquisição. O Termo de Cessão será assinado pelas Pessoas Autorizadas;

“Valor Futuro Estimado”: o valor estimado pelo Administrador, conforme orientação do Gestor, para realizar o pagamento da próxima parcela de amortização ou do resgate devido às Quotas Sênior e às Quotas Subordinadas Mezanino, o qual deverá ser alocado em Ativos Financeiros em observância aos percentuais indicados no item 20.1. deste Regulamento;

“Verificação”: o procedimento de análise das Condições de Diversificação pela Certificadora, nos termos do Contrato de Verificação.

CAPÍTULO DOIS – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

2.1. – O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido por este Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

2.2. – O Fundo tem prazo de duração de 48 (quarenta e oito) meses contados da Primeira Data de Emissão.

2.3. – O patrimônio do Fundo será formado por três classes de Quotas, sendo uma única classe de Quotas Sênior e duas classes de Quotas Subordinadas, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior.

2.3.1. – As características e os direitos, assim como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas seguem descritos nos Capítulos Onze a Quinze deste Regulamento.

CAPÍTULO TRÊS – DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO

3.1. – O Fundo é destinado a Investidores Qualificados e a fundos de investimento regulados pela Instrução CVM n.º 409/04 que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

3.1.1. – A aplicação de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

CAPÍTULO QUATRO – DO OBJETIVO DE INVESTIMENTO DO FUNDO

4.1. – O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Quotistas por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito originados de operações de natureza financeira.

4.1.1. – Os Direitos de Crédito que comporão a Carteira do Fundo deverão atender, cumulativamente, em cada Data de Aquisição e Pagamento, às Condições de Diversificação, às Condições de Cessão e a todos os Critérios de Elegibilidade.

4.1.2. – Não poderão compor a Carteira do Fundo Direitos de Crédito cuja existência e/ou validade dependam de qualquer entrega ou prestação futura do Cedente.

4.2. – Sem prejuízo do disposto no item 4.1. acima, o Fundo também aplicará parcela de seus recursos nos Ativos Financeiros, em estrita observância aos critérios de seleção, composição e diversificação previstos no Capítulo Oito abaixo.

4.3. – O Fundo buscará atingir, para as Quotas Sênior, *Benchmark* correspondente a 110% (cento e dez por cento) da Taxa DI.

4.3.1. – O *Benchmark* das Quotas Sênior não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Quotistas por parte do Fundo, do Administrador, do Custodiante, do Gestor e/ou do Cedente.

4.3.2. – Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Quotistas titulares das Quotas Sênior não farão jus a uma rentabilidade superior ao *Benchmark*, o qual representará o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Sênior.

4.4. – As Quotas Subordinadas não terão parâmetro de remuneração definido.

CAPÍTULO CINCO – DA NATUREZA E DA ORIGEM DOS DIREITOS DE CRÉDITO

5.1. – O Cedente é instituição financeira que, no curso normal de seus negócios, concede financiamentos a seus Clientes por meio da realização de Operações de Mútuo e/ou de Operações de Desconto.

5.1.1. – Caracterizam-se como Direitos de Crédito passíveis de cessão ao Fundo (i) os Direitos de Crédito que o Cedente detém contra seus Clientes em decorrência das Operações de Mútuo e/ou das Operações de Desconto, originados pelo Cedente de acordo com a Política de Cadastro e Concessão de Crédito, (ii) todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos

Direitos de Crédito, inclusive, mas não se limitando, às Garantias e ao Lastro das Operações de Desconto e (iii) todos os Documentos Comprobatórios.

5.2. – A aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo será realizada com base nas regras, condições e procedimentos estabelecidas no Contrato de Cessão.

CAPÍTULO SEIS – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO

6.1. – Sem prejuízo do disposto nos itens 6.2. e 6.3. abaixo, somente poderão ser objeto de cessão ao Fundo Direitos de Crédito que atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade indicados abaixo:

- a) em cada Data de Aquisição e Pagamento, o percentual correspondente ao somatório do valor total do Lastro das Operações de Desconto devido pelos 10 (dez) maiores Sacados, considerado o valor total do Lastro das Operações de Desconto depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, deverá ser igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- b) em cada Data de Aquisição e Pagamento, os Direitos de Crédito Mútuo deverão contar com Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo em valor correspondente a, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) do valor de face dos respectivos Direitos de Crédito Mútuo e os Direitos de Crédito Desconto deverão contar com Lastro das Operações de Desconto em valor correspondente a, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor de face dos respectivos Direitos de Crédito Desconto. Caso as Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo sejam parcialmente ou totalmente representadas por Cheques, o valor total das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo deverá ser correspondente a, no mínimo, 115% (cento e quinze por cento) do valor de face dos respectivos Direitos de Crédito Mútuo;
- c) em cada Data de Aquisição e Pagamento, o valor total das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária (exceto Cheques) deverá ser correspondente a, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do valor de face dos respectivos Direitos de Crédito Mútuo. Caso as Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo sejam parcialmente ou totalmente representadas por Cheques, o valor total dessas Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária deverá ser

correspondente a, no mínimo, 105% (cento e cinco por cento) do valor de face dos respectivos Direitos de Crédito Mútuo;

- d) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito cujas Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo ou cujo Lastro das Operações de Desconto sejam devidos por Sacados Inadimplentes;
- e) os Direitos de Crédito Mútuo deverão ter prazo máximo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da respectiva Data de Aquisição e Pagamento;
- f) o Lastro das Operações de Desconto vinculado a Direitos de Crédito Desconto deverá ter prazo máximo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da respectiva Data de Aquisição e Pagamento;
- g) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito vencidos e não pagos nas respectivas datas de vencimento;
- h) os Direitos de Crédito deverão ter prazo mínimo de vencimento de 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva Data de Oferta ao Fundo;
- i) os Direitos de Crédito não poderão ter data de vencimento posterior à Data de Resgate;
- j) em cada Data de Aquisição e Pagamento, as Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária (exceto Cheques) e o Lastro das Operações de Desconto (exceto Cheques) deverão estar devidamente registrados no sistema de cobrança bancária do Agente de Cobrança e Recebimento, sob o controle do Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato Cobrança e Conciliação; e
- k) os Direitos de Crédito objeto de cessão ao Fundo devem ter sido objeto de Verificação e Certificação, conforme atestado por escrito, por fac-símile ou por meio eletrônico, pelo Gestor (ou por terceiros em seu nome), ao Custodiante.

6.1.1. – O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo. Sem prejuízo do disposto acima, o Custodiante (i) não será responsável por eventuais falhas e/ou imprecisões no processo

de Verificação e Certificação que será conduzido sob responsabilidade da Certificadora e (ii) não será responsável por verificar o atendimento dos Direitos de Crédito às Condições de Cessão, obrigação que será de inteira responsabilidade do Cedente, nos termos do Contrato de Cessão.

6.1.2. – Todas as informações que venham a ser encaminhadas pelo Cedente e/ou pelo Gestor ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento dos Direitos de Crédito ofertados pelo Cedente ao Fundo aos Critérios de Elegibilidade, serão encaminhadas por meio de arquivo eletrônico, em formato acordado entre o Cedente, o Gestor e o Custodiante, com cópia para o Administrador.

6.1.3. – O Custodiante somente iniciará o processo de verificação do atendimento dos Direitos de Crédito ofertados pelo Cedente ao Fundo aos Critérios de Elegibilidade após (i) a confirmação, pelo Gestor, da Verificação e Certificação dos referidos Direitos de Crédito, e (ii) a disponibilização, pelo Gestor, das informações constantes do Arquivo de Registro de Cheques, por meio eletrônico e/ou físico. O Contrato de Verificação estabelece que a Certificadora procederá à Verificação dos Direitos de Crédito, antes de cada Data de Aquisição e Pagamento, de forma a checar se os Direitos de Crédito que o Cedente pretende ofertar ao Fundo em um determinado Dia Útil atendem às Condições de Diversificação.

6.1.3.1. – Nos termos do Contrato de Verificação, a Verificação e a Certificação dependerão do recebimento, pela Certificadora, (i) de informações atualizadas sobre a composição da Carteira em cada Data de Oferta de Direitos de Crédito ao Fundo, as quais serão produzidas pelo Custodiante, e da (ii) lista preliminar dos Direitos de Crédito que o Cedente esteja disposto a ceder ao Fundo na referida Data de Oferta, que deverá contemplar o valor individualizado de cada Direito de Crédito e o valor do respectivo Lastro das Operações de Desconto e/ou das respectivas Garantias, conforme o caso, a qual será elaborada pelo Cedente. As informações ora referidas deverão ser produzidas pelo Custodiante e/ou pelo Cedente e enviadas ao Gestor, sendo que o Gestor será responsável apenas por encaminhar tais informações à Certificadora. O Gestor não será responsável por qualquer falha ou imprecisão nos processos de Verificação e/ou Certificação em razão do envio de informações imprecisas e/ou incorretas pelo Custodiante e/ou pelo Cedente, tampouco pela não ocorrência da Verificação e/ou da Certificação em razão de atraso e/ou falta de envio, pelo Custodiante e/ou pelo Cedente, das informações referidas neste item 6.1.3.1.

6.1.3.2. – Conforme descrito no Contrato de Verificação, durante o Período Inicial e o Período Final, as Condições de Diversificação poderão ser flexibilizadas, nos termos do Contrato de Cessão e no Contrato de Verificação.

6.1.3.3. – Após ter sido realizada a Verificação e estando os Direitos de Crédito objeto de Verificação enquadrados nas Condições de Diversificação ou na exceção prevista no item 6.1.3.2. acima, a Certificadora realizará a Certificação dos Direitos de Crédito, ou seja, confirmará ao Gestor que tais Direitos de Crédito atendem às Condições de Diversificação.

6.2. – Sem prejuízo do disposto no item 6.1. acima e no item 6.3. abaixo, o Cedente será responsável, nos termos do Contrato de Cessão, por somente ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que atendam às seguintes Condições de Cessão:

- a) em cada Data de Aquisição e Pagamento, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos de Crédito Elegíveis, considerado o valor exigível do Direito de Crédito Elegível depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, deverá observar a limites mínimos e máximos de concentração com relação à Carteira e ao patrimônio líquido do Fundo, respectivamente, conforme indicados no Anexo VIII do Contrato de Cessão;
- b) em cada Data de Aquisição e Pagamento, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos de Crédito Elegíveis, considerado o valor exigível do Direito de Crédito Elegível depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, deverá observar a limites máximos de concentração por setor de atividade da economia de atuação dos respectivos Clientes em relação ao valor do patrimônio líquido do Fundo, conforme indicados na tabela prevista no Anexo X do Contrato de Cessão. Adicionalmente, durante o Período Inicial e o Período Final, a Carteira do Fundo deverá ser composta por Direitos de Crédito Elegíveis vinculados a pelo menos 7 (sete) dos setores de atuação dos Clientes indicados na tabela referida acima e, após o Período Inicial e antes do Período Final, a Carteira do Fundo deverá ser composta por Direitos de Crédito Elegíveis vinculados a pelo menos 10 (dez) dos referidos setores;
- c) em cada Data de Aquisição e Pagamento, os valores dos títulos de crédito objeto de Cessão Fiduciária vinculados a Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo e os valores dos títulos de crédito representativos de Lastro das Operações de Desconto, depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, deverão observar os percentuais de concentração e diversificação estabelecidos no Anexo IX do Contrato de

Cessão, considerando os valores totais das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo e do Lastro das Operações de Desconto;

- d) em cada Data de Aquisição e Pagamento, o percentual correspondente ao somatório do valor total das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo cedidos ao Fundo representadas por Cessão Fiduciária e do Lastro das Operações de Desconto devidos por um mesmo Sacado, considerado o valor total das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo cedidos ao Fundo representadas por Cessão Fiduciária e do Lastro das Operações de Desconto depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não poderá exceder a 3% (três por cento) do patrimônio líquido do Fundo, exceto com relação aos Sacados Especiais, cuja concentração poderá ser de até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo, observados os percentuais máximos por Sacado Especial previstos no Anexo I do Contrato de Cessão;
- e) em cada Data de Aquisição e Pagamento, (i) o valor total de Direitos de Crédito Elegíveis devidos por um mesmo Cliente, considerado o valor exigível do Direito de Crédito Elegível depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não poderá, (1.a.) durante o Período Inicial ou até o patrimônio líquido do Fundo corresponder a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), o que ocorrer primeiro, exceder a R\$1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), e (1.b.) após o prazo referido acima, corresponder a percentual superior a 3% (três por cento) do patrimônio líquido do Fundo, exceto com relação aos Clientes Especiais, cuja concentração poderá ser de até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo, a qualquer momento, observados os percentuais máximos por Cliente Especial previstos no Anexo II do Contrato de Cessão, ou (ii) o valor total de Direitos de Crédito Elegíveis devidos por um mesmo Cliente, considerado o valor exigível do Direito de Crédito Elegível depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não poderá ser superior a R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais); entre os critérios descritos nos itens (i) e (ii) acima, prevalecerá o que for maior;
- f) em cada Data de Aquisição e Pagamento, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos de Crédito Elegíveis devidos pelos 10 (dez) maiores Clientes devedores de Direitos de Crédito Elegíveis, considerado o valor exigível do Direito de Crédito Elegível depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo

Fundo, deverá ser igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo;

- g) em cada Data de Aquisição e Pagamento, o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos de Crédito Elegíveis devidos por Clientes Novos, considerado o valor exigível dos Direitos de Crédito Elegíveis depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- h) os Direitos de Crédito Elegíveis devem ter sido originados e formalizados de acordo com a Política de Cadastro e Concessão de Crédito;
- i) em cada Data de Aquisição e Pagamento, os Direitos de Crédito Elegíveis devem ser oriundos de Operações de Mútuo e/ou de Operações de Desconto em vigor, válidas, exequíveis e celebradas com Clientes Adimplentes;
- j) em cada Data de Aquisição e Pagamento, os Direitos de Crédito Elegíveis devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza; e
- k) em cada Data de Aquisição e Pagamento, os Clientes devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis devem ser residentes e domiciliados no Brasil.

6.2.1. – A verificação quanto ao atendimento das Condições de Cessão será feita pelo Cedente, o qual confirmará tal atendimento ao Administrador e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão.

6.3. – Na hipótese de desenquadramento da Carteira do Fundo com relação a qualquer dos Percentuais de Concentração e Diversificação dos Direitos de Crédito e/ou ao Percentual Mínimo de Garantia dos Direitos de Crédito, o Fundo poderá continuar adquirindo Direitos de Crédito exclusivamente durante o Prazo para Reenquadramento da Carteira desde que (i) o desenquadramento ainda não constitua um Evento de Avaliação; (ii) os Direitos de Crédito a serem adquiridos durante o Prazo para Reenquadramento da Carteira estejam enquadrados com relação a todos os Critérios de Elegibilidade, todas as Condições de Cessão e Condições de Diversificação; (iii) as aquisições de Direitos de Crédito busquem minimizar o desenquadramento da Carteira; e (iv) as aquisições não resultem em agravamento do desenquadramento existente e/ou ocasionem qualquer outro desenquadramento na Carteira.

**CAPÍTULO SETE – DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO
DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO E OUTRAS REGRAS GERAIS
REFERENTES À LIQUIDAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS**

Formalização da Cessão

7.1. – Como regra geral, cada operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo será considerada formalizada e regular após a verificação cumulativa dos eventos descritos nos subitens (i) a (x) do item 7.2. abaixo, de acordo com os termos e condições do Contrato de Cessão.

7.2. – Observado o disposto no Contrato de Cessão, para a formalização de cada operação de cessão e aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis entre o Cedente e o Fundo, será observado o seguinte procedimento:

- (i) Até o Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Oferta, o Cedente deverá (a) encaminhar ao Agente de Cobrança e Recebimento, até às 14h:00, o Arquivo de Registro em Cobrança, que relacionará as Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária (exceto Cheques) e o Lastro das Operações de Desconto (exceto Cheques) relativos a Direitos de Crédito que o Cedente esteja disposto a ceder ao Fundo na referida Data de Oferta (para registro no sistema de cobrança do Agente de Cobrança e Recebimento), e (b) encaminhar o Arquivo de Registro de Cheques ao Agente de Custódia e Compensação de Cheques, o qual relacionará as Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cheques e o Lastro das Operações de Desconto representado por Cheques relativos a Direitos de Crédito que o Cedente esteja disposto a ceder ao Fundo na referida Data de Oferta;
- (ii) Mediante o recebimento do Arquivo de Registro de Cheques, o Agente de Custódia e Compensação de Cheques deverá encaminhá-lo ao Gestor, que será responsável pelo envio das informações constantes do Arquivo de Registro de Cheques ao Custodiante até o Horário Limite para Cessão, conforme previsto na alínea (v) abaixo;
- (iii) Até o Horário Limite para Certificação de cada Data de Oferta, (a) o Cedente deverá disponibilizar ao Gestor, por meio eletrônico e/ou físico, lista preliminar de Direitos de Crédito que o Cedente esteja disposto a ceder ao Fundo naquela Data de Oferta, a qual deverá contemplar o valor individualizado de cada Direito de Crédito e o valor do respectivo Lastro das Operações de

Desconto e/ou das respectivas Garantias, e (b) o Custodiante deverá disponibilizar ao Gestor, por meio eletrônico e/ou físico, informações atualizadas sobre a composição da Carteira na referida Data de Oferta;

- (iv) Mediante o recebimento das informações de que trata a alínea (iii) acima, o Gestor deverá encaminhá-las à Certificadora imediatamente, para que a Certificadora possa verificar o atendimento de tais Direitos de Crédito às Condições de Diversificação;
- (v) Após o procedimento de Verificação e Certificação e em se confirmando que os Direitos de Crédito referidos acima atendem às Condições de Diversificação, até o Horário Limite para Cessão da referida Data de Oferta, (a) o Cedente deverá disponibilizar o Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis ao Custodiante, ao Administrador e ao Gestor, simultaneamente, por meio eletrônico e/ou físico, e (b) o Gestor deverá disponibilizar as informações constantes do Arquivo de Registro de Cheques ao Custodiante, por meio eletrônico e/ou físico. O Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis será considerado entregue no mesmo dia se for entregue até o Horário Limite ou no Dia Útil imediatamente subsequente se for entregue após o Horário Limite;
- (vi) O envio ao Custodiante do Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis caracterizará a oferta, irrevogável e irretroatável, de cessão, ao Fundo, dos Direitos de Crédito listados no Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis;
- (vii) Após receber o Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis, que conterá a confirmação de que os Direitos de Crédito ali indicados atendem às Condições de Diversificação, o Custodiante deverá, na Data de Oferta: (a) verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito constantes do Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis aos Critérios de Elegibilidade; (b) identificar e selecionar os Direitos de Crédito ofertados ao Fundo que atendem aos Critérios de Elegibilidade e que podem ser adquiridos pelo Fundo de acordo com a sua disponibilidade financeira; e (c) disponibilizar o Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis ao Cedente, ao Administrador e ao Gestor, por meio eletrônico ou físico, o qual contemplará a relação dos Direitos de Crédito Elegíveis e o respectivo Preço de Aquisição, calculado de acordo com os termos e condições do Contrato de Cessão, bem como o Termo de Cessão referente aos Direitos de Crédito listados no Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis, de acordo com modelo constante do Contrato de Cessão;

- (viii) O Administrador, ao receber o Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis e o Termo de Cessão e desde que o Fundo tenha disponibilidade de recursos, (a) providenciará a assinatura de 3 (três) vias originais do Termo de Cessão pelas Pessoas Autorizadas do Fundo e (b) encaminhará ao Cedente e ao Custodiante, por meio eletrônico ou fac-símile, cópia do Termo de Cessão assinado pelas Pessoas Autorizadas do Fundo, na Data de Oferta, sendo que o Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis será parte integrante do Termo de Cessão;
- (ix) Após o recebimento do Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis e da cópia do Termo de Cessão assinado pelas Pessoas Autorizadas do Fundo, o Cedente deverá enviar ao Administrador e ao Custodiante, por meio eletrônico ou fac-símile, cópia do Termo de Cessão devidamente assinado pelas Pessoas Autorizadas; e
- (x) Mediante o recebimento de cópia do Termo de Cessão assinado pelas Pessoas Autorizadas, o Custodiante realizará o pagamento ao Cedente do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis, no prazo estabelecido no Contrato de Cessão.

7.2.1. – As vias originais de cada Termo de Cessão serão registradas no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Administrador e da sede do Cedente, de acordo com os procedimentos descritos no Contrato de Cessão.

Custódia dos Documentos Comprobatórios

7.3. – Exceto pelos Cheques, o Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios manterá sob sua custódia, diretamente ou por meio da contratação de terceiros qualificados, às suas expensas, as vias originais dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis, de acordo com o disposto no Contrato de Depósito, nos termos e para os efeitos dos Artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se pela sua guarda em nome do Custodiante e do Fundo durante o prazo de duração do Fundo.

7.3.1. – O Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios garantirá, nos seus horários normais de funcionamento, o acesso irrestrito do Administrador e/ou do Custodiante, e/ou de terceiros por estes indicados, aos Documentos Comprobatórios (exceto aos Cheques, que serão custodiados pelo Agente de Custódia e Compensação de Cheques, nos termos do Contrato de Custódia e Compensação de Cheques). Em caso de descumprimento do Contrato de Depósito, o Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios comprometeu-se a, sem prejuízo de outras penalidades

previstas no Contrato de Depósito, proceder à entrega, mediante solicitação por escrito e de acordo com instruções a serem dadas pelo Administrador, de todos os Documentos Comprobatórios sob sua guarda, sob pena de apreensão de tais Documentos Comprobatórios pelo Administrador.

7.3.2. – Independentemente do disposto acima, o Custodiante, ou terceiro em seu nome, poderá realizar, a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento do Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios, auditoria nos estabelecimentos em que os Documentos Comprobatórios (exceto Cheques) sejam mantidos, de forma a verificar a existência desses Documentos Comprobatórios.

7.3.3. – Desde que um Evento de Suspensão não ocorra e/ou esteja em andamento, o Rural será o único Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios (exceto Cheques), nos termos do Contrato de Depósito.

Custódia dos Cheques

7.4. – O Agente de Custódia e Compensação de Cheques manterá sob sua custódia, diretamente ou por meio da contratação de terceiros qualificados, às suas expensas, as vias originais dos Cheques, responsabilizando-se pela sua guarda em nome do Custodiante e do Fundo até a respectiva compensação ou devolução ao Cedente (no caso de impossibilidade de compensação), conforme o caso, nos termos do Contrato de Custódia e Compensação de Cheques.

Agente de Cobrança e Recebimento

7.5. – O Agente de Cobrança e Recebimento será responsável pela cobrança das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária (exceto Cheques) e do Lastro das Operações de Desconto (exceto Cheques), os quais serão registrados no sistema de cobrança do Agente de Cobrança e Recebimento. Os recursos provenientes da cobrança do Lastro das Operações de Desconto e os recursos provenientes da cobrança das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária serão transferidos para a Conta do Agente de Recebimento, exceto pelos recursos provenientes da compensação de Cheques. O Contrato de Cobrança e Conciliação estabelece, dentre outras obrigações, as atribuições e responsabilidades do Agente de Cobrança e Recebimento.

7.6. – Além das funções descritas no item 7.5. acima, o Agente de Cobrança e Recebimento será responsável pelo recebimento e transferência, (i) ao Fundo, dos recursos depositados na Conta do Agente de Recebimento, em moeda corrente

nacional, provenientes da liquidação do Lastro das Operações de Desconto (exceto da compensação de Cheques); e (ii) ao Agente de Conciliação e Cobrança (desde que um Evento de Suspensão não esteja em andamento), dos recursos depositados na Conta do Agente de Recebimento, em moeda corrente nacional, provenientes da liquidação das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária (exceto da compensação de Cheques), conforme disposto no Contrato de Cobrança e Conciliação.

Agente de Conciliação e Cobrança

7.7. – O Agente de Conciliação e Cobrança será responsável pelo recebimento e conciliação dos recursos provenientes da liquidação dos Direitos de Crédito Mútuo e, quando for o caso, pela transferência, para a Conta Autorizada do Fundo, dos pagamentos referentes a Direitos de Crédito Mútuo cedidos ao Fundo.

7.8. – Sem prejuízo das funções descritas acima, o Agente de Conciliação e Cobrança será também responsável, nos termos do Contrato de Cobrança e Conciliação, (i) pela cobrança dos Direitos de Crédito Mútuo e das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo que não sejam representadas por Cessão Fiduciária, observados os termos e condições previstos nos respectivos Documentos Comprobatórios; e (ii) pela cobrança dos Direitos de Crédito Desconto (e das eventuais Garantias dos Direitos de Crédito Desconto) cuja liquidação do respectivo Lastro das Operações de Desconto (exceto Cheques), por meio do Agente de Cobrança e Recebimento, não seja realizada na Conta do Agente de Recebimento.

7.8.1. – Os recursos provenientes da cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis pelo Agente de Conciliação e Cobrança nos termos descritos acima e no Contrato de Cobrança e Conciliação serão transferidos para a Conta Autorizada do Fundo.

7.9. – Desde que um Evento de Suspensão não ocorra e/ou esteja em andamento, o Rural será o único Agente de Conciliação e Cobrança, nos termos do Contrato de Cobrança e Conciliação.

Agente de Supervisão de Garantias

7.10. – O Agente de Supervisão de Garantias será responsável pela supervisão e monitoramento das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária, de forma a verificar o enquadramento da Carteira do Fundo com relação ao Percentual Mínimo de Garantia dos Direitos de Crédito.

7.10.1. – O Agente de Supervisão de Garantias será, ainda, responsável pela elaboração de relatórios diários que contemplarão os valores e a composição das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária, os quais deverão ser encaminhados ao Cedente e ao Gestor. Na hipótese de desenquadramento das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo com relação ao Percentual Mínimo de Garantia dos Direitos de Crédito, o Cedente deverá providenciar a entrega de novas Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo representadas por Cessão Fiduciária para substituição, reposição e/ou complementação, conforme o caso.

Agente de Custódia e Compensação de Cheques

7.11. – O Agente de Custódia e Compensação de Cheques será responsável pela compensação dos Cheques vinculados a Direitos de Crédito Elegíveis por meio de Garantias de Direitos de Crédito Mútuo ou Operações de Desconto, conforme disposto no Contrato de Custódia e Compensação de Cheques.

Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos

7.12. – O Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos será responsável por observar os Procedimentos de Cobrança para os Direitos de Crédito Inadimplidos.

Suspensão do Rural no exercício das Funções Operacionais do Rural

7.13. – Caso um Evento de Suspensão ocorra e a Assembléia Geral assim o determine (de acordo com os procedimentos descritos no Capítulo Dezessete deste Regulamento e de acordo com o quorum de deliberação do Capítulo Doze deste Regulamento), o Rural deverá ser destituído das Funções Operacionais do Rural mediante a observância dos procedimentos descritos neste Regulamento e no Contrato de Cobrança e Conciliação. Na hipótese de o Rural ser destituído no exercício das Funções Operacionais do Rural, o Custodiante, ou terceiro contratado pelo Custodiante e/ou pelo Fundo, passará a exercer as Funções Operacionais do Rural até a liquidação do Fundo, observadas as disposições previstas no Contrato de Cobrança e Conciliação.

Auditores Independentes de Conformidade

7.14. – Os Auditores Independentes de Conformidade serão responsáveis por monitorar/supervisionar determinadas obrigações do Rural no exercício das Funções Operacionais do Rural, conforme descrito no Contrato de Auditoria de Conformidade.

CAPÍTULO OITO – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

8.1. – Após o prazo de 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão, o Fundo deverá alocar os seus recursos na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis em montante que corresponda a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo. Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos de Crédito suficientes para atingir a Alocação Mínima de Investimento em Direitos de Crédito Elegíveis referida neste item, o Administrador do Fundo poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata este item 8.1. por novo período de 90 (noventa) dias, mas sem necessidade de autorização da Assembléia Geral. Se e quando tal autorização for obtida pelo Administrador, os Quotistas serão notificados do fato (i) por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico com aviso de recebimento endereçado a cada um dos Quotistas e/ou (iii) por meio de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, conforme item 25.3. deste Regulamento.

8.2. – A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não seja alocada em Direitos de Crédito Elegíveis será necessariamente mantida em moeda corrente nacional e/ou alocada pelo Gestor nos Ativos Financeiros a seguir descritos:

- (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) títulos de emissão do Banco Central; e/ou
- (iii) operações compromissadas lastreadas em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central.

8.2.1. – O Gestor envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de “longo prazo”, para fins de tributação dos Quotistas.

8.3. – O Gestor não utilizará instrumentos derivativos e não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

8.4. – O Fundo não poderá contratar operações com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador e/ou do Gestor ou ainda com

carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas.

8.5. – Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente pelo Gestor, com base no patrimônio líquido do Fundo apurado no Dia Útil imediatamente anterior a cada data de cada cálculo dos referidos percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo.

8.6. – Os Direitos de Crédito Elegíveis e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão mantidos em custódia pelo Custodiante, bem como, quando for o caso, registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central e/ou pela CVM.

8.7. – O Fundo não contará com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, do Cedente, bem como de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

CAPÍTULO NOVE – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA

9.1. – Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito Elegíveis e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

9.2. – No cálculo do valor da Carteira serão observados os seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado) e de acordo com o Contrato de Custódia; e (ii) os Direitos de Crédito Elegíveis integrantes da Carteira serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

9.3. – Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito Elegíveis, inclusive ganhos com o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de

seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.

9.4. – Sem prejuízo do disposto no Capítulo Dezenove deste Regulamento, o Custodiante constituirá, para Direitos de Crédito Inadimplidos, provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o disposto na Resolução CMN n.º 2.682/99.

9.5. – As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo e os valores de cada Direito de Crédito Elegível e Ativo Financeiro, calculados de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Capítulo e no Contrato de Custódia.

CAPÍTULO DEZ – DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

10.1. – O patrimônio do Fundo, após a Primeira Emissão, será formado por, no máximo, 300.000 (trezentas mil) Quotas, sendo 210.000 (duzentas e dez mil) Quotas Sênior, 30.000 (trinta mil) Quotas Subordinadas Mezanino e 60.000 (sessenta mil) Quotas Subordinadas Junior, com Preço de Emissão, na Primeira Data de Emissão, de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma, totalizando um patrimônio de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), sendo que não haverá quantidade mínima de Quotas a ser colocada no âmbito da Primeira Emissão.

10.2. – As Quotas do Fundo serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto nos Capítulos Onze a Quinze abaixo.

10.3. – A Oferta Pública das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo dependerá de prévio registro na CVM, nos termos da legislação aplicável. As Quotas Subordinadas Junior não serão objeto da Oferta Pública.

CAPÍTULO ONZE – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

Características das Quotas

11.1. – As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em três classes, sendo uma única classe de Quotas Sênior e duas classes de

Quotas Subordinadas, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior.

11.2. – Todas as Quotas do Fundo serão escriturais e serão mantidas em conta de depósito em nome dos Quotistas mantida pelo Custodiante, na qualidade de agente escriturador das Quotas do Fundo.

Direitos Patrimoniais

11.3. – As Quotas Sênior terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Sênior. As Quotas Subordinadas Mezanino, por sua vez, terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas Junior, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas Mezanino. Sem prejuízo do disposto no item 13.8. abaixo, como regra geral, as Quotas Subordinadas Junior somente serão amortizadas e/ou resgatadas após o último pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, as quais somente serão amortizadas e/ou resgatadas após o último pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Sênior em circulação.

Direitos de Voto das Quotas

11.4. – As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino terão direito de voto, correspondendo cada Quota Sênior e cada Quota Subordinada Mezanino a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

11.5. – Enquanto houver Quotas Sênior e/ou Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, as Quotas Subordinadas Junior somente terão direito a voto de acordo com o disposto no Capítulo Doze. Após o resgate integral de todas as Quotas Sênior do Fundo e das Quotas Subordinadas Mezanino, as Quotas Subordinadas Junior ainda em circulação terão direito de voto em todas as deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, observado que, quando e se os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas Junior tiverem direito a voto nos termos deste item, cada Quota Subordinada Junior corresponderá a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

Razão de Garantia

11.6. – Até o resgate integral das Quotas Sênior, o valor das Quotas Subordinadas Junior deverá corresponder a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior deverá corresponder a, no máximo, 70% (setenta por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo.

11.7. – A Razão de Garantia será apurada diariamente pelo Custodiante.

Oferta Pública das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino

11.8. – As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino serão objeto de Oferta Pública registrada na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, as quais deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data do registro da Oferta Pública.

11.8.1. – O Administrador poderá solicitar à CVM a prorrogação do prazo referido no item 11.8. acima, nos termos da regulamentação aplicável, sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral.

11.8.2. – As despesas relacionadas ao registro da Oferta Pública das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino serão consideradas como encargos do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e o disposto no Capítulo Dezoito deste Regulamento.

11.9. – Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino que não sejam subscritas dentro do prazo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias corridos acima referido serão canceladas pelo Administrador, sem necessidade de aprovação de tal cancelamento em Assembléia Geral.

11.10. – O anúncio de início da Oferta Pública das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino apresentará os termos e condições da Oferta Pública, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino, observado o disposto neste Regulamento.

Colocação das Quotas Subordinadas Junior e Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior

11.11. – As Quotas Subordinadas Junior não serão objeto da Oferta Pública e serão subscritas pelo Rural, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior.

11.11.1. – O Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior tem por objetivo estabelecer os termos e condições em que o Rural se compromete a subscrever e a integralizar as Quotas Subordinadas Junior representativas do patrimônio do Fundo, até o encerramento da Oferta Pública, de forma a garantir o atendimento da Razão de Garantia após a Primeira Emissão, bem como a subscrição e integralização de Quotas Subordinadas Junior na hipótese de que trata o Capítulo Dezesesseis abaixo.

Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo

11.12. – No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) firmará o respectivo Compromisso de Subscrição de Quotas, e (iii) receberá exemplar deste Regulamento e do Prospecto, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, estar ciente (a) das disposições contidas neste Regulamento e no Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à Taxa de Administração e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento e no Prospecto.

11.13. – As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino serão subscritas nos termos dos respectivos Compromissos de Subscrição de Quotas e integralizadas mediante chamadas parciais de capital, nos termos dos respectivos Compromissos de Subscrição de Quotas. As Quotas Subordinadas Junior do Fundo serão subscritas e integralizadas à vista, pelo Rural (nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, a ser firmado pelo Rural).

11.14. – Independentemente do disposto acima, a integralização de Quotas Sênior ou Subordinadas será feita pelo valor da Quota no dia da integralização, correspondente ao Preço de Emissão atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data da respectiva integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens 11.16, 11.17. e 11.18. abaixo.

11.15. – A integralização das Quotas do Fundo será efetuada (i) por meio do Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP ou (ii) por meio de qualquer transferência de recursos permitida na regulamentação aplicável, em moeda corrente nacional.

Crítérios para Apuração do Valor das Quotas Sênior

11.16. – A partir do primeiro Dia Útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Sênior do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento

de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, de acordo com a fórmula descrita no Anexo IV deste Regulamento.

CrITÉRIOS para Apuração do Valor das Quotas Subordinadas Mezanino

11.17. – A partir do primeiro Dia Útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Subordinada Mezanino do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, de acordo com a fórmula descrita no Anexo V deste Regulamento.

CrITÉRIOS para Apuração do Valor das Quotas Subordinadas Junior

11.18. – A partir do primeiro Dia Útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Subordinada Junior terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, observado que tal valor será equivalente ao resultado da divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado para o respectivo dia, deduzido o valor atualizado de todas as Quotas Sênior e Quotas Subordinadas Mezanino em circulação na ocasião, apurado conforme o disposto nos itens 11.16. e 11.17. acima, pelo número total de Quotas Subordinadas Junior do Fundo em circulação na respectiva data de apuração do seu valor.

Negociação das Quotas do Fundo

11.19. – As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino serão admitidas à negociação nos sistemas de negociação no SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP. Sem prejuízo do disposto acima, o Administrador poderá registrar as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino para negociação também no SOMAFIX e BOVESPA FIX operacionalizados pela BOVESPA.

11.19.1. – Na hipótese de negociação das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino em operações conduzidas no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será integralmente responsável por comprovar a classificação do novo Quotista como Investidor Qualificado.

11.19.2. – As Quotas Subordinadas Junior, que serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Rural, não serão objeto de negociação, transferência ou qualquer forma de oneração, sendo proibida a sua transferência para ou a sua oneração em benefício de terceiros, exceto mediante autorização expressa do Gestor e do Administrador. A negociação ou transferência das Quotas Subordinadas Junior dependerá do seu prévio registro na CVM, nos termos da regulamentação em vigor,

bem como nos sistemas de negociação no SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP e/ou no SOMAFIX e BOVESPA FIX, operacionalizados pela BOVESPA. Caso as Quotas Subordinadas Junior venham a ser registradas para negociação no mercado secundário, mediante autorização expressa do Gestor e do Administrador, o item 11.19. deste Regulamento será aditado sem necessidade de autorização da Assembléia Geral.

11.19.2.1. – Na hipótese do item 11.19.2. acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas sobre a alteração deste Regulamento (i) por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico com aviso de recebimento endereçado a cada um dos Quotistas e/ou (iii) por meio de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, conforme item 25.3. abaixo.

11.19.3. – As despesas relacionadas ao eventual registro das Quotas Subordinadas Junior na CVM, nos termos da regulamentação em vigor, bem como ao registro das Quotas Sênior, das Quotas Subordinadas Mezanino e, eventualmente, das Quotas Subordinadas Junior, nos sistemas de negociação no SFF e/ou no SOMAFIX e BOVESPA FIX serão consideradas encargos do Fundo, nos termos da alínea (ix) do item 18.1. deste Regulamento.

Classificação de Risco das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino

11.20. – As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas Mezanino serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco.

11.20.1. – Tendo em vista o disposto nos itens 23.4.1., 23.4.2. e 23.4.3. deste Regulamento, o relatório da Agência Classificadora de Risco analisará, inclusive, a adequação dos critérios e procedimentos relacionados à verificação, pelo Custodiante, do lastro dos Direitos de Crédito Elegíveis (ou seja, dos Documentos Comprobatórios) por amostragem, bem como o impacto desses critérios e procedimentos na classificação de risco (*rating*) atribuída às Quotas Sênior e às Quotas Subordinadas Mezanino.

11.21. – A Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação das Quotas Subordinadas Junior.

11.22. – A ocorrência de qualquer rebaixamento da classificação de risco (*rating*) atribuída às Quotas Sênior e/ou às Quotas Subordinadas Mezanino que não seja considerado um Evento de Avaliação, conforme previsto na alínea (xix) do item 17.1. deste Regulamento, não implicará na adoção de quaisquer medidas pelo Administrador,

pelo Gestor e/ou pelo Custodiante, exceto pela comunicação aos Quotistas na forma do Capítulo Vinte e Cinco deste Regulamento.

CAPÍTULO DOZE – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

12.1. – É da competência da Assembléia Geral:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) alterar este Regulamento, além das hipóteses específicas de alteração deste Regulamento mencionadas nos subitens abaixo, as quais se submetem a quoruns de deliberação específicos;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (iv) deliberar sobre a substituição do Gestor;
- (v) eleger e destituir eventual(is) representante(s) dos Quotistas, nomeado(s) conforme o item 12.3. abaixo;
- (vi) deliberar sobre a redução ou elevação da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Performance, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de alteração prévia;
- (vii) deliberar sobre a fusão, incorporação e cisão do Fundo;
- (viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, em outras circunstâncias que não aquelas descritas nos incisos (ix) e (x) e (xi) abaixo;
- (ix) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada;
- (x) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Suspensão, o Rural deve ser destituído das Funções Operacionais do Rural, ou se tais Eventos de Suspensão devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada;

- (xi) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, tais Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar na liquidação antecipada do Fundo;
- (xii) alterar os Anexos IV e V deste Regulamento;
- (xiii) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção de Procedimentos de Cobrança;
- (xiv) sem prejuízo do disposto neste Regulamento, aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Quotas do Fundo mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros em pagamento, de acordo com o disposto no Capítulo Quatorze abaixo;
- (xv) alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, conforme previsto neste Capítulo;
- (xvi) alterar a Cláusula Sexta do Contrato de Cessão;
- (xvii) aprovar a emissão de novas Quotas do Fundo, após a Primeira Emissão; e
- (xviii) aprovar a amortização antecipada das Quotas.

12.2. – Os Quotistas titulares de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas Mezanino terão direito a voto em todas as matérias indicadas no item 12.1. acima, e, enquanto existirem Quotas Sênior e/ou Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas Junior somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos incisos (i), (ii), (iii), (iv), (vi), (vii), (viii), (xii) e (xv) acima. Quando não mais existirem Quotas Sênior e/ou Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas Junior terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas no item 12.1. acima. Todas as deliberações acima referidas serão tomadas em Assembléia Geral.

12.2.1. – As deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (i), (v), (viii), (ix), (x), (xi), (xiii), (xvi) e (xvii) do item 12.1 acima e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembléia Geral, que não expressamente indicadas neste Capítulo, dependerão de aprovação de Quotistas que representem a maioria das Quotas Sênior em circulação e com direito a voto, a maioria das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação e com direito a voto e, se for o caso, nos termos

do item 12.2. acima, a maioria das Quotas Subordinadas Junior em circulação e com direito a voto.

12.2.2. – As deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (iii), (vi) e (vii) do item 12.1 acima dependerão de aprovação de Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação e com direito a voto.

12.2.3. – Observado o disposto no item 12.2. acima, as deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (ii), (iv), (xii), (xiv), (xv) e (xviii) do item 12.1. acima dependerão de aprovação de Quotistas que representem 100% (cem por cento) das Quotas de cada classe em circulação e com direito a voto, conforme o caso.

12.2.4. – Para os fins deste Regulamento, entende-se por (i) "Quotas Sênior em circulação e com direito a voto" quaisquer Quotas Sênior em circulação que não tenham seu direito de voto restrito em razão de eventual descumprimento, total ou parcial, pelos respectivos Quotistas, de sua obrigação de integralizar as Quotas Sênior por eles subscritas nos termos e condições previstos nos respectivos Compromissos de Subscrição, conforme disposto no item 11.13 acima; (ii) "Quotas Subordinadas Mezanino em circulação e com direito a voto" quaisquer Quotas Subordinadas Mezanino em circulação que não tenham seu direito de voto restrito em razão de eventual descumprimento, total ou parcial, pelos respectivos Quotistas, de sua obrigação de integralizar as Quotas Subordinadas Mezanino por eles subscritas nos termos e condições previstos nos respectivos Compromissos de Subscrição, conforme disposto no item 11.13 acima; e (iii) "Quotas Subordinadas Júnior em circulação e com direito a voto" quaisquer Quotas Subordinadas Júnior em circulação que tenham seu direito de voto assegurado nos termos dos itens 12.2., 12.2.2. e 12.2.3. acima, e que não tenham seu direito de voto restrito em razão de eventual descumprimento, total ou parcial, pelo respectivo Quotista, de sua obrigação de subscrever e/ou integralizar novas Quotas Subordinadas Junior que venham a ser emitidas pelo Fundo.

12.2.5. - As "Quotas Sênior em circulação e com direito a voto", as "Quotas Subordinadas Mezanino em circulação e com direito a voto" e as "Quotas Subordinadas Junior em circulação e com direito a voto" serão, para os fins deste Regulamento, em conjunto denominadas "Quotas em circulação e com direito a voto".

12.3. – A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas, pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas, para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas, desde que o respectivo representante dos Quotistas (i) seja Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos

interesses dos Quotistas, (ii) não exerça cargo ou função no Administrador, em seu controlador, em sociedades por ele, direta ou indiretamente, controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e (iii) não exerça cargo no Cedente.

12.4. – Este Regulamento será alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral, por força de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, mediante ciência aos Quotistas da referida alteração, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração deste Regulamento perante a CVM.

12.5. – A convocação de Assembléia Geral será feita pelo Administrador, (i) por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico com aviso de recebimento endereçado a cada um dos Quotistas e/ou (iii) por meio de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, conforme item 25.3. deste Regulamento, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência à data estabelecida para a realização da Assembléia Geral, observado que a convocação deverá indicar sempre o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral, assim como os assuntos a serem tratados.

12.5.1. – Não se realizando a Assembléia Geral na data estipulada na convocação acima referida, será novamente providenciada convocação da Assembléia Geral, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, mediante convocação na forma referida no item 12.5. acima. Para efeito do disposto neste item, a segunda convocação da Assembléia Geral poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

12.5.2. – Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas com direito a voto para deliberar sobre todos os assuntos constantes da ordem do dia.

12.6. – Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembléia Geral não for realizada na sede do Administrador, as convocações enviadas aos Quotistas ou publicadas, nos termos do item 12.5. acima, deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora da Cidade do Rio de Janeiro.

12.7. – Os titulares de Quotas Subordinadas Junior terão direito a comparecer a toda e qualquer Assembléia Geral, independentemente de terem ou não direito a voto com relação à matéria objeto de deliberação.

12.8. – Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral poderá reunir-se, a qualquer momento, por convocação realizada a único e exclusivo critério do

Administrador, ou mediante solicitação ao Administrador, de Quotistas titulares de Quotas com direito a voto que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas com direito a voto na deliberação em questão, sendo que, na última hipótese, o Administrador será responsável por convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis, a Assembléia Geral solicitada pelos Quotistas do Fundo.

12.9. – As Assembléias Gerais de Quotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um Quotista com direito a voto em todas as deliberações do dia.

12.10. – Somente poderão votar na Assembléia Geral, os Quotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

12.11. – Não terão direito a voto na Assembléia Geral o Administrador e seus empregados.

12.12. – Quaisquer decisões tomadas em Assembléia Geral serão divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de sua realização, por meio de (i) carta com aviso de recebimento endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico com aviso de recebimento endereçado a cada um dos Quotistas e/ou (iii) publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, conforme item 25.3. deste Regulamento.

CAPÍTULO TREZE – DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS QUOTAS

Condições Gerais e Forma de Pagamento das Amortizações e Resgates

13.1. – O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas de acordo com o cronograma de que trata o Anexo VI deste Regulamento, sendo que as Quotas Sênior terão preferência sobre as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Mezanino terão preferência sobre as Quotas Subordinadas Junior para fins de pagamento de amortização e resgate. Os itens 11.16., 11.17. e 11.18. deste Regulamento e os Anexos IV e V estabelecem os valores que serão pagos às Quotas em cada Data de Amortização e na Data de Resgate.

13.2. – A distribuição de quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização e/ou o resgate de Quotas, observado o disposto neste Capítulo e nos Capítulos Quatorze e Quinze abaixo.

13.3. – As Quotas Sênior somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização das Quotas Sênior emitidas e em circulação ou (ii) na Data de

Resgate ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. As Quotas Subordinadas Mezanino somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização e resgate das Quotas Sênior e amortização das Quotas Subordinadas Mezanino emitidas e em circulação ou (ii) na Data de Resgate ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Sem prejuízo do disposto no item 13.8. abaixo, as Quotas Subordinadas Junior somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização e resgate das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino e amortização das Quotas Subordinadas Junior emitidas e em circulação ou (ii) na Data de Resgate ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro.

13.4. – Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas Sênior deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas Sênior, em benefício de todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior objeto de amortização. Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas Subordinadas Mezanino deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas Subordinadas Mezanino, em benefício de todos os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas Mezanino objeto de amortização. Quando do pagamento de resgate de Quotas, as Quotas objeto de resgate serão canceladas.

13.5. – Os pagamentos das parcelas de amortização e/ou de resgate das Quotas serão efetuados, como regra geral, em moeda corrente nacional, pelo valor da Quota no dia do pagamento, calculado nos termos dos itens 11.16., 11.17. e 11.18. acima, por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central.

13.5.1. – Os pagamentos das parcelas de amortização e/ou de resgate das Quotas Subordinadas Junior poderão ser efetuados mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis, mediante solicitação do Rural ao Administrador.

13.6. – No âmbito de processo de liquidação antecipada do Fundo, os titulares de qualquer classe de Quotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros no resgate de suas Quotas, conforme o disposto no Capítulo Quatorze deste Regulamento.

13.7. – Quando a data estipulada para pagamento de amortização ou resgate de Quotas cair em dia que seja feriado de âmbito nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil seguinte, pelo valor da Quota no dia do pagamento.

Condições Especiais Aplicáveis a Amortizações das Quotas

13.8. – Em cada Data de Amortização, de acordo com o cronograma de que trata o Anexo VI deste Regulamento (exceto no caso do item (i) abaixo, que poderá ocorrer a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, desde que não haja um Evento de Avaliação, Evento de Liquidação Antecipada ou Evento de Suspensão em andamento), deverão ser observadas as seguintes disposições, sem prejuízo do disposto neste Capítulo:

- (i) o Rural poderá ter a amortização extraordinária de suas Quotas Subordinadas Junior, em moeda corrente nacional e/ou mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis, inclusive Direitos de Crédito Inadimplidos, mediante solicitação por escrito ao Gestor e ao Administrador, com antecedência de 2 (dois) Dias Úteis, desde que, após o pagamento extraordinário de amortização das Quotas Subordinadas Junior acima referido a Razão de Garantia seja mantida conforme estabelecido neste Regulamento. Competirá ao Gestor aceitar ou não a entrega de Direitos de Crédito ao Rural como moeda de pagamento da amortização extraordinária referida acima;
- (ii) as Quotas Subordinadas Mezanino serão compulsoriamente amortizadas pelo Administrador desde que, após o pagamento compulsório de amortização das Quotas Subordinadas Mezanino, as Quotas Subordinadas Mezanino em circulação não representem menos do que 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- (iii) na hipótese do patrimônio líquido do Fundo sofrer perdas em decorrência do não pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis e/ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, tais perdas serão arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas Junior até o limite do valor correspondente aos Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros não pagos, tal como se as Quotas Subordinadas Junior tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais perdas, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas Junior. Uma vez excedido o valor total das Quotas Subordinadas Junior, os valores remanescentes correspondentes a eventuais perdas decorrentes do não pagamento de Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão absorvidos pelo valor total das Quotas Subordinadas Mezanino. Somente no caso do valor total das Quotas Subordinadas não ser suficiente para arcar com eventuais perdas decorrentes de não pagamento de Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, o valor das Quotas

Sênior será afetado negativamente, nos valores de tais perdas não absorvidas pelo valor total das Quotas Subordinadas em circulação à época; e

- (iv) quaisquer custos imputados ao Fundo que sejam decorrentes dos procedimentos referentes à um Evento de Suspensão, conforme descrito no Capítulo Dezessete abaixo e no Contrato de Cobrança e Conciliação, inclusive mas não se limitando ao pagamento de remuneração a eventuais novos prestadores de serviços do Fundo que venham a substituir o Rural, se for o caso, serão arcados prioritariamente pelas Quotas Subordinadas Junior, tal como se as Quotas Subordinadas Junior tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais custos, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas Junior. Caso o valor das Quotas Subordinadas Junior não seja suficiente para arcar com os custos ora referidos, tais custos serão absorvidos pelo valor total das Quotas Subordinadas Mezanino. Uma vez excedido o valor total das Quotas Subordinadas e caso o Rural não cumpra a sua obrigação de arcar com tais custos, o efeito de tais custos repercutirá nas Quotas Sênior, nos valores de tais custos não absorvidos pelo valor total das Quotas Subordinadas em circulação à época.

CAPÍTULO QUATORZE – DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE QUOTAS MEDIANTE A ENTREGA DE DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS E DE ATIVOS FINANCEIROS EM PAGAMENTO

14.1. – Observado o disposto no item 14.2. abaixo, caso o Fundo não detenha, na data de liquidação antecipada do Fundo, recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate devido às Quotas em circulação, as Quotas em circulação poderão ser resgatadas mediante a entrega da totalidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo em pagamento aos Quotistas.

14.1.1. – Qualquer entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos Quotistas deverá ser realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando a proporção do número de Quotas devido por cada um dos Quotistas no momento do rateio em relação ao patrimônio líquido do Fundo, observados os exatos termos dos procedimentos estabelecidos neste Capítulo.

14.1.2. – De acordo com o disposto neste Regulamento, as Quotas Sênior terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Quotas Subordinadas, observado que (i) as Quotas Subordinadas Junior somente serão resgatadas após o pagamento

integral das Quotas Subordinadas Mezanino e (ii) as Quotas Subordinadas Mezanino somente serão resgatadas após o pagamento integral das Quotas Sênior.

14.2. – A Assembléia Geral deverá deliberar sobre os procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros em pagamento aos Quotistas para fins de pagamento de resgate das Quotas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Doze acima e o disposto na regulamentação aplicável.

14.2.1. – Na hipótese da Assembléia Geral referida no item 14.2. acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros em pagamento aos Quotistas para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito Elegíveis e os Ativos Financeiros serão entregues em pagamento aos Quotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

14.2.2. – O Administrador deverá notificar os Quotistas para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros a que cada Quotista faz jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio.

14.2.3. – Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da notificação acima referida, essa função será exercida pelo titular de Quotas Sênior que detenha a maioria das Quotas Sênior em circulação.

14.2.4. – O Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios e o Agente de Custódia e Compensação de Cheques ou o Custodiante e/ou empresa por ele contratada (na hipótese de o Rural não estar mais atuando como Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios e/ou o Agente de Custódia e Compensação de Cheques não estar mais prestando os serviços de custódia e guarda dos Cheques) fará(ao) a guarda dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos respectivos Documentos Comprobatórios e Ativos Financeiros pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contado da notificação referida no subitem 14.2.2. acima, dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Quotistas ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do subitem 14.2.3. acima, indicará

ao Rural e ao Agente de Custódia e Compensação de Cheques e/ou ao Custodiante (conforme o caso), hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito Elegíveis, Documentos Comprobatórios respectivos e Ativos Financeiros. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito Elegíveis, Documentos Comprobatórios respectivos e dos Ativos Financeiros, na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

CAPÍTULO QUINZE – DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA FINS DE REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA, DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

15.1. – O Administrador poderá realizar, mediante solicitação do Gestor, a qualquer tempo, a Amortização Extraordinária das Quotas Sênior em circulação, pelo valor atualizado das Quotas Sênior em circulação na data da Amortização Extraordinária, calculado de acordo com o disposto no item 11.16. acima, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão de Garantia e/ou à Alocação Mínima de Investimento em Direitos de Crédito Elegíveis e/ou à política de investimento descrita no Capítulo Oito deste Regulamento.

15.2. – Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária das Quotas Sênior nos termos deste Capítulo, todos os Quotistas serão previamente notificados, por escrito, com no mínimo 1 (um) dia de antecedência, inclusive sobre o valor total esperado envolvendo cada Amortização Extraordinária.

15.3. – Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior, de forma proporcional e em igualdade de condições.

CAPÍTULO DEZESSEIS – DO ENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA

16.1. – Sem prejuízo do disposto no item 13.8. acima, o Custodiante confirmará, nas Datas de Verificação, se a Razão de Garantia está sendo mantida, conforme estabelecida no item 11.6. acima, sendo que, caso o Custodiante constate qualquer desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer Data de Verificação, o Custodiante comunicará imediatamente a ocorrência de tal fato ao Rural, com cópia para o Administrador e para o Gestor, por meio de carta com aviso de recebimento, solicitando ao Rural a realização de aporte adicional de recursos mediante a subscrição de tantas novas Quotas Subordinadas Junior quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia, nos termos e condições do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior. A integralização das novas Quotas Subordinadas Junior pelo Rural nos termos deste item deverá ser realizada no prazo

máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da carta com aviso de recebimento mencionado neste item.

16.2. – Para fins de cumprimento do disposto neste Capítulo, o Administrador, mediante o recebimento da notificação do Custodiante de que trata o item 16.1. acima, e segundo orientação do Gestor, poderá deliberar pela emissão de novas Quotas Subordinadas Junior, sem necessidade de autorização prévia da Assembléia Geral. Nessa hipótese, esse Regulamento deverá ser complementado com as informações das novas emissões de Quotas Subordinadas Junior.

CAPÍTULO DEZESSETE – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO E DOS EVENTOS DE SUSPENSÃO

Eventos de Avaliação

17.1. – São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) não observância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia e/ou no Contrato de Cobrança e Conciliação, conforme o caso, desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (ii) não observância, pelo Administrador ou pelo Gestor, dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, conforme o caso, desde que, notificado(s) para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça(m) no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (iii) não observância pelo Agente de Custódia e Compensação de Cheques dos deveres e das obrigações previstos no Contrato de Custódia e Compensação de Cheques, desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (iv) resilição do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior;
- (v) ocorrência de um Evento de Revisão;
- (vi) resilição do Contrato de Custódia;

- (vii) rescisão do Contrato de Depósito;
- (viii) rescisão do Contrato de Custódia e Compensação de Cheques;
- (ix) rescisão do Contrato de Cobrança e Conciliação;
- (x) não observância, pelo Rural, de qualquer das Funções Operacionais do Rural e/ou de suas obrigações no âmbito do Contrato de Auditoria de Conformidade e/ou do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, conforme o caso, desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (xi) caso o Administrador tenha conhecimento sobre o inadimplemento, por parte do Cedente, de obrigações representativas de dívida perante quaisquer terceiros, consubstanciadas por meio de contrato empréstimo ou financiamento, contrato de garantia, nota promissória, aval, ou qualquer outra forma de obrigação financeira e que, a exclusivo critério do Fundo, possa afetar a situação financeira e/ou operacional do Cedente, ressalvadas as hipóteses de discussões judiciais relativas à validade das referidas obrigações mantidas em estrita boa-fé pelo Cedente;
- (xii) caso o Cedente passe a estar sujeito a Regime de Administração Especial Temporária – “RAET”, nos termos do Decreto Lei n.º 2.321/87;
- (xiii) caso o Cedente seja objeto de intervenção ou liquidação extrajudicial de acordo com o disposto na Lei n.º 6.024/74;
- (xiv) na hipótese de os Auditores Independentes de Conformidade informarem ao Gestor e/ou ao Administrador que o Rural não está cumprindo com as suas obrigações nos termos do Contrato de Auditoria de Conformidade;
- (xv) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia por um período igual ou superior a 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos;
- (xvi) caso o Fundo deixe de estar enquadrado na Alocação Mínima de Investimento, por período superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos;

- (xvii) caso o Fundo deixe de estar enquadrado a qualquer dos Percentuais de Concentração e Diversificação dos Direitos de Crédito por período superior a 8 (oito) Dias Úteis consecutivos;
- (xviii) na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização ou resgate de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- (xix) na ocorrência de rebaixamento da classificação de risco (*rating*) atribuída às Quotas Sênior para classificação inferior a AA- e das Quotas Subordinadas Mezanino para classificação inferior a A-, de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência Classificadora de Risco;
- (xx) no caso de o valor total das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo cedidos ao Fundo representadas por Cessão Fiduciária referentes a Direitos de Crédito Elegíveis corresponder a percentual inferior a 90% (noventa por cento) e igual ou superior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor total dos Direitos de Crédito Elegíveis por período superior a 8 (oito) Dias Úteis consecutivos, conforme verificação e controle a serem realizados pelo Agente de Supervisão de Garantias;
- (xxi) no caso de o valor total das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo cedidos ao Fundo representadas por Cessão Fiduciária referentes a Direitos de Crédito Elegíveis corresponder a percentual inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor total dos Direitos de Crédito Elegíveis por período superior a 3 (três) Dias Úteis consecutivos, conforme verificação e controle a serem realizados pelo Agente de Supervisão de Garantias. Na hipótese referida nessa alínea (xxi), o valor total das Garantias dos Direitos de Crédito Mútuo cedidos ao Fundo representadas por Cessão Fiduciária referentes a Direitos de Crédito Elegíveis deverá, no prazo de 3 (três) Dias Úteis acima referido, ser restabelecido para valor que corresponda, no mínimo, ao Percentual Mínimo de Garantia dos Direitos de Crédito, sob pena de caracterização de Evento de Avaliação;
- (xxii) elevação da inadimplência da Carteira para índice superior a 25% (vinte e cinco por cento), calculado diariamente pelo Custodiante com base no total de Direitos de Crédito Elegíveis vencidos e em atraso entre 6 (seis) e 30 (trinta) dias após as respectivas datas de vencimento em relação a todos os Direitos de Crédito que tenham vencido no período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior, considerada, ainda, a média móvel de 30 (trinta) dias consecutivos;

- (xxiii) elevação da inadimplência da Carteira para índice superior a 10% (dez por cento), calculado diariamente pelo Custodiante com base no total de Direitos de Crédito Inadimplidos em atraso entre 31 (trinta e um) e 60 (sessenta) dias após as respectivas datas de vencimento em relação a todos os Direitos de Crédito que tenham vencido nesse mesmo período, considerada, ainda, a média móvel de 30 (trinta) dias consecutivos;
- (xxiv) elevação da inadimplência da Carteira para índice superior a 8% (oito por cento), calculado diariamente pelo Custodiante com base no total de Direitos de Crédito Inadimplidos em atraso entre 61 (sessenta e um) e 90 (noventa) dias após as respectivas datas de vencimento em relação a todos os Direitos de Crédito que tenham vencido nesse mesmo período, considerada, ainda, a média móvel de 30 (trinta) dias consecutivos;
- (xxv) elevação da inadimplência da Carteira para índice superior a 6% (seis por cento), calculado diariamente pelo Custodiante com base no total de Direitos de Crédito Inadimplidos em atraso acima de 91 (noventa e um) dias após as respectivas datas de vencimento em relação a todos os Direitos de Crédito que tenham vencido no período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior, considerada, ainda, a média móvel de 30 (trinta) dias consecutivos; e
- (xxvi) caso ocorra uma variação da Taxa DI em percentual igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) em um único dia.

17.1.1. – Sem prejuízo do disposto no item 17.3. abaixo, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito e o Administrador convocará, imediatamente, uma Assembléia Geral, a qual decidirá, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Doze acima, (i) se o referido Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, assim como se haverá liquidação do Fundo e quais os procedimentos a serem adotados; ou (ii) se devem ser tomadas medidas adicionais e quais medidas adicionais devem ser tomadas pelo Fundo com relação a procedimentos, controles e prestadores de serviços do Fundo, de forma a minimizar potenciais riscos para o Fundo em virtude da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação, ou, quando e se for o caso, (iii) se um Evento de Suspensão também ocorreu, nesta última hipótese quando será observado o disposto no item 17.3. abaixo.

17.1.2. – No caso de a Assembléia Geral deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo ou um Evento de Suspensão, o Administrador observará os procedimentos de que tratam os itens 17.2. ou 17.3.

abaixo, conforme o caso, sem que, para tanto, seja necessária a convocação de uma nova Assembleia Geral, podendo a Assembleia Geral que considerar um Evento de Avaliação como um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo ou um Evento de Suspensão deliberar sobre os procedimentos relacionados à liquidação do Fundo ou à destituição do Rural no exercício das Funções Operacionais do Rural, conforme o caso, independentemente de qualquer notificação aos Quotistas ausentes à referida Assembleia Geral.

Eventos de Liquidação Antecipada

17.2. – Além das hipóteses previstas na regulamentação, são considerados Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada;
- (ii) na hipótese de rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- (iii) na hipótese de rescisão dos contratos que regulam as Funções Operacionais do Rural ou renúncia do Rural com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- (iv) na hipótese de rescisão do Contrato de Custódia e Compensação de Cheques ou renúncia do Agente de Custódia e Compensação de Cheques com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- (v) na hipótese de rescisão do Contrato de Cessão;
- (vi) não pagamento, em qualquer Data de Amortização e/ou Data de Resgate, do valor da amortização e/ou do valor do resgate das Quotas Sênior;
- (vii) verificação, pelo Administrador e/ou pelo Custodiante, de aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade e/ou com as Condições de Cessão; e
- (viii) na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral não nomear instituição habilitada para substituí-lo, nos termos estabelecidos neste Regulamento.

17.2.1. – Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, o Fundo imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito e o Administrador convocará Assembléia Geral para deliberar sobre a eventual liquidação antecipada do Fundo.

17.2.2. – Na Assembléia Geral mencionada no subitem 17.2.1. acima, os titulares de Quotas com direito a voto poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação estabelecido no Capítulo Doze deste Regulamento, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

17.2.3. – Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia Geral por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Quotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá dar início imediato aos procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

17.2.4. – Na hipótese da Assembléia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo quando da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, será concedido aos Quotistas Dissidentes o Direito de Dissidência, que consiste no direito de resgate antecipado de suas Quotas Sênior, a ser pago em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de realização da referida Assembléia Geral, pelo valor da Quota Sênior do dia do pagamento, calculado na forma deste Regulamento. Os Quotistas Dissidentes deverão informar ao Administrador sobre a sua intenção de exercer o Direito de Dissidência na Assembléia Geral que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, sob pena de não mais poderem exercer o seu Direito de Dissidência em momento posterior. Os pagamentos do resgate antecipado das Quotas Sênior de titularidade dos Quotistas Dissidentes serão realizados pelo Administrador no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias acima referido, na medida em que o Fundo tenha recursos para efetuar os pagamentos de resgate devidos. Se ao final do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias acima referido os Quotistas Dissidentes não tiverem recebido o pagamento integral do resgate de suas Quotas Sênior em moeda corrente nacional, os Quotistas Dissidentes receberão Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros como pagamento de seu Direito de Dissidência, quando será aplicável o disposto no Capítulo Quatorze deste Regulamento.

17.2.5. – Na hipótese da Assembléia Geral deliberar pela liquidação antecipada do Fundo quando da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, todas as Quotas serão resgatadas no Prazo para Resgate Antecipado, pelo valor da Quota do dia do pagamento, calculado na forma deste Regulamento, observado o seguinte procedimento:

- (i) as Quotas Sênior terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Mezanino terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Quotas Subordinadas Junior;
- (ii) as Quotas Subordinadas Junior somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Mezanino somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Sênior;
- (iii) durante o Prazo para Resgate Antecipado, as Quotas serão resgatadas em moeda corrente nacional, na medida em que o Fundo tenha recursos em moeda corrente nacional em valor de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) disponíveis;
- (iv) os pagamentos de amortização e resgate referidos acima serão realizados de acordo com o disposto no item 20.2. deste Regulamento; e
- (v) sem prejuízo do disposto neste Regulamento, se no último Dia Útil do Prazo para Resgate Antecipado a totalidade das Quotas não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas receberão Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros em pagamento pelo resgate de suas Quotas, entrega essa que será realizada de acordo com o disposto no Capítulo Quatorze.

17.2.6. – O direito do Rural ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas Junior e/ou qualquer direito de voto ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação Antecipada, até a data da deliberação, pela Assembléia Geral, de que (i) o referido Evento de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, sem prejuízo da prioridade dos titulares de Quotas Sênior e Quotas Subordinadas Mezanino no recebimento de pagamento de resgate de suas Quotas, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo; ou (ii) o referido Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Quotistas na Assembléia Geral.

17.2.7. – O direito do Rural ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas Junior e/ou qualquer direito de voto ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Suspensão e a data da deliberação, pela Assembléia Geral, de que o referido Evento de

Suspensão não dá causa à destituição do Rural no exercício das Funções Operacionais do Rural. Caso a Assembleia Geral decida que um Evento de Suspensão dá causa à destituição do Rural, o direito do Rural ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas Junior ficará suspenso até a data de liquidação do Fundo. Quaisquer custos decorrentes dos procedimentos referentes à destituição do Rural nos termos referidos acima, inclusive, mas não se limitando, o pagamento da remuneração dos novos prestadores de serviços do Fundo que venham a substituir o Rural, serão arcados, prioritariamente, pelas Quotas Subordinadas Junior, tal como se as Quotas Subordinadas Junior tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais custos, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas Junior.

Eventos de Suspensão do Rural

17.3. – Os Eventos de Avaliação referidos nos incisos (x) a (xiv) do item 17.1. acima (i) poderão resultar ou não na liquidação antecipada do Fundo, conforme decisão da Assembleia Geral e/ou (ii) poderão resultar ou não, conforme decisão da Assembleia Geral, na destituição do Rural como prestador dos serviços que contemplam as Funções Operacionais do Rural.

17.3.1. – Se a Assembleia Geral decidir que um determinado Evento de Avaliação constitui um Evento de Suspensão, o Administrador deverá iniciar os procedimentos para a destituição do Rural no exercício das Funções Operacionais do Rural, nos termos do Contrato de Cobrança e Conciliação, no Dia Útil imediatamente seguinte à realização da Assembleia Geral.

17.3.2. – Na hipótese descrita no subitem 17.3.1. acima, o Rural comprometeu-se a, nos termos do Contrato de Cobrança e Conciliação, adotar, imediatamente, todos os procedimentos necessários para que os mecanismos de destituição previstos no Contrato de Cobrança e Conciliação sejam implementados, sem prejuízo do Fundo e/ou da continuidade dos serviços prestados pelo Rural em benefício do Fundo no âmbito das Funções Operacionais do Rural.

17.3.3. – Caso o Rural seja destituído das Funções Operacionais do Rural, o Custodiante, ou terceiro contratado pelo Custodiante e/ou pelo Fundo, passará a exercer as Funções Operacionais do Rural, conforme o caso.

CAPÍTULO DEZOITO – DOS ENCARGOS DO FUNDO

18.1. – Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da Taxa de Performance, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas com Auditores Independentes encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- (viii) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco; e
- (xi) despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas.

18.2. – As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira do Fundo, bem como quaisquer outras não previstas neste Regulamento, não serão consideradas como encargos do Fundo, correndo por conta do Administrador.

18.3. – O pagamento das despesas de que trata o item acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da Taxa de Administração cobrada do Fundo pelo Administrador.

18.4. – O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Quotistas.

CAPÍTULO DEZENOVE – DA FACULDADE DO RURAL DE RECOMPRAR DIREITOS DE CRÉDITO INADIMPLIDOS

19.1. – Nos termos do Contrato de Cobrança e Conciliação, o Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos é responsável por cobrar, judicial e/ou extrajudicialmente, os Direitos de Crédito Inadimplidos, utilizando-se dos Procedimentos de Cobrança.

19.2. – Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente terá a faculdade, enquanto o Fundo estiver em funcionamento, mediante notificação ao Administrador e ao Custodiante, por escrito e com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis, de adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito de Crédito Inadimplido pelo respectivo Preço de Aquisição atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição de tal Direito de Crédito Inadimplido pelo Fundo, nos termos do Contrato de Cessão. Caso a recompra de que trata este item seja realizada após o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de vencimento do Direito de Crédito Inadimplido, o Rural poderá adquirir o Direito de Crédito Inadimplido por R\$ 1,00 (um real).

19.3. – Todos os custos e despesas que venham a ser incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial e/ou extrajudicial de Direitos de Crédito Inadimplidos, além daqueles previstos no Contrato de Cobrança e Conciliação, serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas titulares de Quotas Sênior e/ou Quotas Subordinadas Mezanino, não estando o Administrador ou o Gestor ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de tais Direitos de Crédito Inadimplidos. O Administrador ou o Gestor ou o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários

advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados aos Procedimentos de Cobrança.

19.4. – Fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento dos valores a que se refere o item anterior; e (ii) da assunção, pelos Quotistas titulares de Quotas Sênior e/ou Quotas Subordinadas Mezanino, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador, o Gestor e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive no caso de os Quotistas titulares de Quotas Sênior e/ou Quotas Subordinadas Mezanino não aportarem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.

19.5. – Todos os valores aportados pelos Quotistas titulares de Quotas Sênior e Quotas Subordinadas Mezanino no Fundo nos termos do item acima deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação, bem como decorrentes da não recuperação dos créditos referidos, dentro ou não do prazo de duração do Fundo.

CAPÍTULO VINTE – DA RESERVA DE PAGAMENTO E DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DO FUNDO

20.1. – O Administrador, segundo orientação do Gestor, deverá instruir o Custodiante a constituir Reserva de Pagamento referente às amortizações e ao resgate das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino, de acordo com o disposto abaixo, por meio da aplicação dos recursos recebidos das liquidações dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros:

- (i) até o 45º (quadragésimo quinto) dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, 50% (cinquenta por

cento) do Valor Futuro Estimado deverá estar alocado em Ativos Financeiros;
e

- (ii) até o 30º (trigésimo) dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, 100% (cem por cento) do Valor Futuro Estimado deverá estar alocado em Ativos Financeiros.

20.1.1. – Durante o período para constituição de Reserva de Pagamento, o Custodiante deverá segregar e manter destacadas na contabilidade do Fundo as disponibilidades diárias referentes ao pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros, as quais serão destinadas ao pagamento das parcelas de amortização ou do resgate das Quotas Sênior e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

20.2. – Diariamente, a partir da Primeira Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, o Administrador e o Gestor obrigam-se a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos encargos do Fundo, conforme descritos neste Regulamento;
- (ii) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (iii) constituição da Reserva de Pagamento;
- (iv) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Sênior;
- (v) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Mezanino;
- (vi) pagamento pela aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis;
- (vii) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e

- (viii) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Junior.

CAPÍTULO VINTE E UM – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 21.1. – O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.
- 21.2. – O exercício social do Fundo encerrar-se-á em 31 de janeiro de cada ano.
- 21.3. – O Fundo estará sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.
- 21.4. – As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

CAPÍTULO VINTE E DOIS – DOS FATORES DE RISCO

- 22.1. – Todo investidor interessado em adquirir Quotas do Fundo deve, antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo, considerar os fatores de risco descritos a seguir:

Riscos de Mercado dos Ativos Financeiros

1. – Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Além disso, o Fundo não poderá realizar quaisquer operações em mercados de derivativos, nem para fins de proteção das posições detidas à vista na Carteira. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.
2. – O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos de Crédito Elegíveis e nos Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Quotas Sênior será atualizado na forma estabelecida no item 11.16. deste Regulamento e o valor das Quotas Subordinadas Mezanino será atualizado na forma estabelecida no item

11.17 deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas Mezanino. O Fundo poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo o Administrador, o Gestor e o Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Quotistas, em razão dos descasamentos de que trata este subitem.

3. – A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários conforme estabelecido na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo. As variações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

Riscos de Crédito dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros

4. – O Cedente somente tem responsabilidade pela devida origem e formalização, nos termos da Política de Cadastro e Concessão de Crédito, dos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pela solvência dos Clientes. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito Elegíveis sejam pagos pelos Clientes e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas neste Regulamento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor e pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

5. – Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.

6. – O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos emissores dos Ativos Financeiros e quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras

de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

7. – Nos termos do Contrato de Cessão, considerar-se-á resolvida a cessão: (i) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo que venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular de ônus, gravame ou encargo constituído sobre tal Direito de Crédito, previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo, (ii) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo sem origem legal ou indevidamente amparado por Documentos Comprobatórios, (iii) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo sem atendimento das Condições de Cessão e (iv) de todo e qualquer Direito de Crédito Elegível que não seja pago integralmente pelo respectivo Cliente em decorrência de descumprimento pelo Cedente de suas obrigações, por comprovada culpa, dolo, omissão ou má-fé do Cedente. Em ocorrendo um dos eventos de resolução de cessão, conforme indicado no Contrato de Cessão, o Cedente será obrigado a (i) notificar imediatamente o Administrador e o Custodiante sobre tal fato e (ii) dentro de até 48h (quarenta e oito horas) contadas da data de envio da notificação referida acima, restituir imediatamente ao Fundo o montante, em moeda corrente nacional, correspondente ao Preço de Aquisição atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição de tal Direito de Crédito objeto de resolução de cessão. Não há garantias de que o Cedente cumprirá com as suas obrigações referidas acima e, caso não as cumpra, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

8. – Os Clientes devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis não serão notificados sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito Elegíveis de que sejam devedores, de modo que, caso o Fundo realize esforços de cobrança, judicial e/ou extrajudicial, de Direitos de Crédito Inadimplidos, não há garantia de que estes Clientes devedores efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis diretamente ao Fundo. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em benefício do Cedente, esse será obrigado a restituir ao Fundo os valores referentes a tais pagamentos. Não há garantia de que o Cedente cumprirá com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

Risco Relacionado à Origem e Regularidade dos Direitos de Crédito

9. - O Custodiante realizará auditoria periódica por amostragem nos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito Elegíveis para verificar a origem legal dos Direitos de Crédito Elegíveis e regularidade dos respectivos Documentos Comprobatórios, observado os critérios e procedimentos descritos nos itens 23.4.1., 23.4.2. e 23.4.3. desse Regulamento. Tendo em vista que a auditoria periódica por amostragem acima referida será realizada após a cessão dos Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo, trimestralmente, a Carteira poderá conter Direitos de Crédito Elegíveis cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Elegíveis. Esse fato poderá trazer perdas ao Fundo e aos Quotistas.

Riscos de Liquidez

10. - Os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) deliberação de liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

11. - O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito Elegíveis. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito Elegíveis, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito Elegíveis poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.

Riscos Operacionais envolvendo o Fundo

12. - O Rural será responsável pelas Funções Operacionais do Rural. O descumprimento, pelo Rural, de determinadas Funções Operacionais do Rural, podem dificultar ou impossibilitar o recebimento, pelo Fundo, dos pagamentos referentes a Direitos de Crédito Elegíveis, caso em que o Fundo e os Quotistas poderão sofrer perdas significativas. Dentre tais riscos operacionais destacam-se os seguintes:

12.1. - Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios: Nos termos do Contrato de Depósito, o Rural será responsável pela guarda das vias originais dos Documentos Comprobatórios (exceto dos Cheques, que serão custodiados pelo Agente de Custódia e

Compensação de Cheques, nos termos do Contrato de Custódia e Compensação de Cheques), na qualidade de fiel depositário. A guarda dos Documentos Comprobatórios pelo Rural pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida formalização dos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo. O Custodiante realizará auditoria periódica por amostragem nos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito Elegíveis para verificar a origem legal dos Direitos de Crédito Elegíveis e regularidade dos respectivos Documentos Comprobatórios, observado os critérios e procedimentos descritos nos itens 23.4.1., 23.4.2. e 23.4.3. desse Regulamento. Tendo em vista que a auditoria periódica por amostragem acima referida será realizada após a cessão dos Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo, a Carteira poderá conter Direitos de Crédito Elegíveis cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Elegíveis. Esse fato poderá trazer perdas ao Fundo e aos Quotistas.

12.2. – Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos: Nos termos do Contrato de Cobrança e Conciliação, o Rural será responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos em benefício do Fundo, de acordo com os Procedimentos de Cobrança. Não há como assegurar que o Rural atuará de acordo com o disposto no Contrato de Cobrança e Conciliação no âmbito da cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Quotistas.

12.3. – Agente de Conciliação e Cobrança: Nos termos do Contrato de Cobrança e Conciliação, o Rural atuará como Agente de Conciliação e Cobrança. Não há como assegurar que o Rural atuará de acordo com o disposto no Contrato de Cobrança e Conciliação no exercício de suas atividades na qualidade de Agente de Conciliação e Cobrança, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Quotistas.

13. – Nos termos do Contrato de Custódia e Compensação de Cheques, o Agente de Custódia e Compensação de Cheques será responsável pela guarda das vias originais dos Cheques vinculados a Direitos de Crédito Elegíveis. A guarda dos Cheques pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida formalização de Garantias de Direitos de Crédito Mútuo e/ou do Lastro das Operações de Desconto. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios, para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Tendo em vista que a auditoria acima referida será realizada após a cessão dos Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo, a Carteira poderá conter Direitos de Crédito Elegíveis cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Elegíveis. Esse fato poderá trazer perdas ao Fundo e aos Quotistas.

14. – Ainda nos termos do Contrato de Custódia e Compensação de Cheques, o Agente de Custódia e Compensação de Cheques será responsável pela compensação dos Cheques vinculados a Direitos de Crédito Elegíveis. Caso o Agente de Custódia e Compensação de Cheques não exerça suas funções conforme descrito no Contrato de Custódia e Compensação de Cheques, o Fundo poderá ter dificuldade para receber pagamentos de Cheques vinculados a Direitos de Crédito Elegíveis, o que poderá ocasionar em atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas ou até mesmo em perdas aos Quotistas e ao Fundo.

15. – Nos termos do Contrato de Cobrança e Conciliação, o Custodiante será responsável por prestar serviços de Agente de Cobrança e Recebimento e Agente de Supervisão de Garantias. Caso o Custodiante não exerça suas funções como Agente de Cobrança e Recebimento e Agente de Supervisão de Garantias de acordo com os termos e condições do Contrato de Cobrança e Conciliação, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar em atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas ou até mesmo em perdas aos Quotistas e ao Fundo.

16. – Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01. Caso o Custodiante não exerça suas funções de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar em atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas ou até mesmo em perdas aos Quotistas e ao Fundo;

17. – Nos termos do Contrato de Verificação, a Verificação e a Certificação serão realizadas pela Certificadora, com base em informações sobre a Carteira disponibilizadas pelo Custodiante e pelo Cedente. Não há como assegurar que não ocorrerão falhas e/ou imprecisões nos processos de Verificação e Certificação, sendo que, nesses casos, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito que não atendam às Condições de Diversificação, o que poderá resultar em perdas ao Fundo e/ou aos Quotistas.

18. – O Cedente, o Fundo, o Administrador, o Gestor e o Custodiante não serão responsáveis pelo pagamento dos Direitos de Crédito Inadimplidos. O Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos será responsável por cobrar os Direitos de Crédito Inadimplidos, em observância aos Procedimentos de Cobrança, os quais não assegurarão que os valores devidos ao Fundo relativos a tais Direitos de Crédito Inadimplidos serão recuperados.

Riscos de Descontinuidade

19. – Conforme previsto neste Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em datas anteriores às Datas de Amortização e/ou à Data de Resgate, na ocorrência de Eventos de Avaliação, Eventos de Liquidação Antecipada ou Eventos de Suspensão, ou em caso de determinação da Assembléia Geral, conforme disposto no Capítulo Doze deste Regulamento. Deste modo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

20. – Este Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembléia Geral poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo e outras hipóteses em que o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros. Nessas situações, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros recebidos quando do vencimento antecipado do Fundo ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Clientes devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis.

21. – O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito originados pelo Cedente, o qual não será obrigado a originar e/ou ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. Além disso, o Cedente celebrou contratos de cessão de direitos de crédito com outros fundos de investimento em direitos creditórios na qualidade de cedente de direitos de crédito de natureza similar ou distinta dos Direitos de Crédito. Caso o Cedente (i) direcione seus melhores esforços para a originação de outros direitos de crédito que serão objeto de cessão a outros fundos de investimento em direitos creditórios que não o Fundo, ou (ii) deixe de originar Direitos de Crédito e/ou de cedê-los ao Fundo, ou (iii) decida terminar o Contrato de Cessão, e a Assembléia Geral não resolva continuar as atividades do Fundo, mediante alteração deste Regulamento, de forma que o objetivo do Fundo seja adquirir outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito, o Fundo poderá ter que ser liquidado antecipadamente, sendo que, neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo com a mesma remuneração buscada pelo Fundo.

Outros Riscos

22. – A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito Elegíveis. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os

ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

23. – As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, do Administrador, do Gestor, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.

CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DO ADMINISTRADOR, GESTOR E CUSTODIANTE

Administração e Gestão do Fundo

23.1. – O Fundo será administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61, sociedade devidamente autorizada pela CVM para administrar fundos de investimento. O Administrador contratou a Integral-Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tavares Cabral, n.º 102, conjunto 61/62, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.576.569/0001.86, sociedade devidamente autorizada pela CVM para gerir carteira de títulos e valores mobiliários, para realizar a gestão da Carteira do Fundo.

23.1.1. – O Gestor poderá ser destituído de suas funções, a qualquer momento e independentemente de qualquer notificação prévia, na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade única e exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Doze acima, e desde que configurada justa causa nos termos do subitem 23.1.1.1 abaixo.

23.1.1.1. – Para os fins de que trata esse Regulamento, será considerada justa causa a comprovação de que o Gestor (i) atuou com culpa, negligência, imprudência, imperícia, fraude ou violação, no desempenho de suas funções e responsabilidades como Gestor ou em qualquer outra forma de relacionamento com o Fundo; (ii) descumpriu obrigações legais ou contratuais que deveria observar como Gestor do Fundo; (iii) cometeu crime de fraude ou crime contra o sistema financeiro; (iv) foi impedido de exercer, temporária ou permanentemente, atividades no mercado de valores mobiliários em qualquer mercado do mundo e (v) esteja envolvido em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou processo de intervenção ou liquidação extrajudicial pelo Banco Central. Na hipótese de destituição do Gestor por justa causa, este permanecerá no exercício de suas funções até ser substituído, devendo receber, para tanto, a taxa de gestão acordada com o Administrador enquanto permanecer no exercício de suas funções.

23.2. – Observadas a regulamentação em vigor e as limitações estabelecidas neste Regulamento, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e o Gestor tem poderes para praticar todos e quaisquer atos de gestão da Carteira, exercendo inclusive os direitos inerentes aos Direitos de Crédito Elegíveis e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo.

23.2.1. – Incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- (i) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - b) o registro dos Quotistas;
 - c) o livro de atas das Assembléias Gerais;
 - d) o livro de presença de Quotistas;
 - f) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 4º, da Instrução CVM n.º 356/01;
 - g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - h) os relatórios dos Auditores Independentes;
- (ii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada, nos termos do artigo 39, inciso III, da Instrução CVM n.º 356/01;
- (iii) entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações relativas ao Fundo, à Taxa de Administração e à Taxa de Performance;
- (iv) divulgar, anualmente, no periódico referido na alínea (iii) acima, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Quotas, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Quotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
- (v) custear as despesas de propaganda do Fundo;

- (vi) fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (vii) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, conforme previstas na Instrução CVM n.º 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo, caso tais negociações venham a ser autorizadas neste Regulamento; e
- (viii) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco (*rating*) atribuída às Quotas Sênior e às Quotas Subordinadas Mezanino.

23.2.1.1. – A divulgação das informações previstas na alínea (iv) do item 23.2.1. acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do Administrador pela regularidade na prestação dessas informações.

23.2.2. – É vedado ao Administrador:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;
- (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas, nos termos da regulamentação aplicável.

23.2.2.1. – As vedações de que tratam as alíneas (i) a (iii) do item 23.2.2. acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras do Administrador, das sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de sua emissão ou coobrigação.

23.2.2.2. – Excetuam-se do disposto no item 23.2.2.1. acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, eventualmente integrantes da Carteira do Fundo.

23.2.3. – É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento e/ou na regulamentação em vigor;
- (iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (iv) adquirir Quotas do Fundo;
- (v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento e na regulamentação em vigor;
- (vi) vender Quotas a prestação;
- (vii) vender Quotas a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos de Crédito ao Fundo, exceto quando se tratar de Quotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate, ou seja, Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior;
- (viii) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (x) delegar poderes de gestão da Carteira, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução CVM n.º 356/01;
- (xi) obter ou conceder empréstimos; e
- (xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira.

23.3. – O Administrador ou o Gestor, por meio de publicação no periódico utilizado para divulgar informações do Fundo, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias, poderá renunciar à administração ou gestão do Fundo, conforme o caso, desde que convoque

ou solicite a convocação (conforme o caso), no mesmo ato, de Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Doze acima.

23.3.1. – Na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de que trata o item acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir o Administrador ou (ii) não obtiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo Doze acima, para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação antecipada do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias a contar da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral, observado, se for o caso, o disposto no Capítulo Quatorze acima. Na hipótese de o Gestor renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de que trata o item acima (i) não nomear instituição gestora habilitada para substituir o Gestor ou (ii) não obtiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo Doze acima, para deliberar sobre a substituição do Gestor, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias a contar da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral, observado, se for o caso, o disposto no Capítulo Quatorze acima.

23.3.2. – Na hipótese de renúncia do Administrador e/ou do Gestor e nomeação de nova instituição administradora e/ou gestora em Assembleia Geral, o Administrador e/ou o Gestor, conforme o caso, continuarão obrigados a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição administradora e/ou gestora venha a lhes substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral.

23.3.3. – Caso a nova instituição administradora e/ou gestora nomeada nos termos do subitem 23.3.2. acima não substitua o Administrador e/ou o Gestor dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos mencionado acima, o Administrador poderá proceder à liquidação automática do Fundo a partir do 40º (quadragésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembleia Geral que nomear a nova instituição administradora e/ou a nova gestora, devendo ser observado, se for o caso, o disposto no Capítulo Quatorze acima.

Da Custódia e Controladoria do Fundo

23.4. - Para a prestação dos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01, o Fundo contratou o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, na Vila Yara, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o n.º 60.746.948/0001-12.

23.4.1. – Sem prejuízo do disposto no Contrato de Custódia, e tendo em vista a quantidade e natureza dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, bem como a estratégia de investimento do Fundo, o Custodiante realizará a verificação do lastro dos Direitos de Crédito (ou seja, dos Documentos Comprobatórios) trimestralmente, por amostragem, sem prejuízo de sua faculdade de realizar auditorias no Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios caso entenda necessário, para o melhor interesse dos Quotistas.

23.4.2. – O Custodiante deverá, diretamente ou por meio de terceiros contratados sob sua responsabilidade, verificar os documentos que evidenciem o lastro dos Direitos de Crédito Elegíveis, ou seja, os Documentos Comprobatórios. As verificações serão realizadas ao final de cada trimestre do ano civil, sendo que para a primeira verificação a ser realizada, o Custodiante deverá considerar a totalidade dos Direitos de Crédito Elegíveis de titularidade do Fundo, enquanto para as demais verificações serão considerados apenas os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada.

23.4.3. – A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos de Crédito Elegíveis para verificação nos termos dos itens 23.4.1. e 23.4.2. acima será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \qquad n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Onde:

E_0 = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos de Crédito Elegíveis; qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos de Crédito Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados);

N = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos de Crédito Elegíveis).

A seleção da amostra de Direitos de Crédito Elegíveis para verificação será obtida: (i) dividindo-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada k elementos, será retirado um para a amostra.

23.4.4. – Em decorrência do disposto nos itens acima, o Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade ou não completude dos Documentos Comprobatórios.

23.5. – Além dos serviços de custódia qualificada acima mencionados, o Custodiante também prestará ao Fundo os serviços de escrituração de Quotas.

CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

24.1. – Pela administração do Fundo, o Administrador receberá Taxa de Administração e Taxa de Performance mensais, conforme previstas no Anexo VII deste Regulamento.

24.2. – Nos termos do Contrato de Gestão, (i) parcela da Taxa de Administração será destinada ao pagamento da remuneração devida ao Gestor; e (ii) o valor correspondente à Taxa de Performance será integralmente repassado pelo Administrador ao Gestor.

CAPÍTULO VINTE E CINCO – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

25.1. – O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do Fundo.

25.2. – Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Quotas Sênior e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo.

25.3. – A divulgação de informações de que trata o item 25.1. acima será feita no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas do Fundo.

25.4. – O Administrador colocará à disposição dos Quotistas, em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com

base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

25.5. – O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

CAPÍTULO VINTE E SEIS – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. – Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Gestor, o Custodiante, o Cedente e os Quotistas.

26.2. – Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para dirimir e resolver todas as questões e dúvidas oriundas do presente Regulamento e que envolvam o Fundo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**ANEXO I AO REGULAMENTO DO
RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO
EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO FINANCEIRO CORPORATIVO I**

Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos

Os termos e expressões utilizados neste Anexo I em letra maiúscula terão os mesmos significados definidos neste Regulamento, do qual este Anexo I é parte integrante e inseparável, se de outra forma não estiverem aqui definidos.

I. Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos

O Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos é responsável por cobrar, judicial e/ou extrajudicialmente, os Direitos de Crédito Inadimplidos, observados os Procedimentos de Cobrança descritos abaixo:

- I.1. Até o 15º (décimo quinto) dia contado do vencimento de um determinado Direito de Crédito Elegível, o Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos poderá efetuar o protesto dos títulos objeto da Garantia dos Direitos de Crédito Mútuo ou objeto do Lastro das Operações de Desconto, considerando o valor dos referidos títulos e o melhor interesse do Fundo.
- I.2. Após o 30º (trigésimo) dia contado da data de vencimento dos Direitos de Crédito, o Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos iniciará os esforços de cobrança, judicial e/ou extrajudicial, de acordo com a legislação aplicável, para recebimento de parte e/ou da totalidade dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito Inadimplidos. A cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos de valor menor ou igual a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) será realizada, necessariamente, pela via extrajudicial, pelo Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos ou por terceiros por ele contratados.
- I.3. Além dos esforços de cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, o Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos deverá efetuar o cadastro dos respectivos Clientes devedores e eventuais coobrigados na Serasa ou em cadastro de informações disponibilizado ao mercado que tenha função similar.

II. Renegociação de Direitos de Crédito Inadimplidos

- II.1. Observado o disposto no item II.2. abaixo, os Direitos de Crédito Inadimplidos que estejam vencidos há mais de 60 (sessenta) dias poderão ser objeto de propostas para celebração de acordos e/ou procedimentos relacionados à liquidação do Direito de Crédito Inadimplido ("Propostas de Renegociação"), as quais serão, necessariamente, submetidas à aprovação de comitês internos do Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos ("Comitês de Cobrança"). Uma vez aprovadas pelos Comitês de Cobrança, eventuais Propostas de Renegociação serão analisadas pela Diretoria Jurídica e de Contencioso do Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos ("DIJUC"), a qual emitirá parecer informando (i) a origem do inadimplemento do Cliente, (ii) as providências tomadas pelo Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos para recebimento dos valores devidos, (iii) as perspectivas de liquidação do(s) Direito(s) de Crédito Inadimplido(s) em referência, e (iv) as garantias oferecidas pelo Cliente, dentre outros aspectos. O parecer da DIJUC será enviado aos Comitês de Cobrança para decisão final com relação à respectiva Proposta de Renegociação.
- II.2. Os Direitos de Crédito Inadimplidos somente poderão ser objeto de renegociação pelo Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos caso a Razão de Garantia esteja devidamente enquadrada, conforme estabelecido no item 11.6. do Regulamento. A renegociação de Direitos de Crédito Inadimplidos nos termos deste item II.2. deverá observar os termos e condições das respectivas Propostas de Renegociação, bem como os procedimentos previstos no manual de renegociação de créditos do Cedente.
- II.2.1. Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia, o Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos somente poderá proceder à renegociação de Direitos de Crédito Inadimplidos mediante autorização prévia e expressa do Gestor.

III. Cobrança Judicial

- III.1. A cobrança judicial dos valores referentes aos Direitos de Crédito Inadimplidos será realizada pela DIJUC, órgão interno do Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos, ou por terceiros especializados contratados pelo Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos.

**ANEXO II AO REGULAMENTO DO
RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO
EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO FINANCEIRO CORPORATIVO I**

Política de Cadastro e Concessão de Crédito

As expressões em letra maiúscula utilizadas neste Anexo II terão o mesmo significado a elas atribuído no Regulamento do qual este Anexo II é parte integrante e inseparável, exceto se de outra forma tais expressões forem aqui definidas.

As operações de empréstimos e financiamentos celebradas entre o Cedente e seus Clientes, por meio das Operações de Mútuo e das Operações de Desconto ("Operações de Crédito"), são realizadas em observância a uma série de requisitos e procedimentos de cadastro e risco de crédito relacionados. Tais requisitos, portanto, estão relacionados (i) às características dos Clientes, (ii) ao volume e condições das operações a serem realizadas, e (iii) do impacto de referidas operações na carteira de crédito do Cedente.

Características dos Clientes

Em função do setor de atuação do Cliente ou de possíveis riscos relacionados à imagem do Cedente, não são realizadas Operações de Crédito:

- com Clientes com menos de 3 (três) anos de atividade, salvo aqueles que integrem grupo econômico tradicional;
- com associações sindicais ou religiosas;
- com empresas do setor de comunicação (jornais, rádios, emissoras de televisão, revistas, agências de publicidade) e empresas que pertençam a grupo econômico que tenha a comunicação como principal fonte de receitas;
- com o Governo Federal ou governos estaduais e municipais;
- com quaisquer órgãos governamentais;
- com partidos políticos;
- com políticos e/ou pessoas físicas filiadas a partidos políticos;
- com clubes de futebol ou clubes recreativos em geral; e
- com pessoas físicas que exerçam função ligada a clubes de futebol.

Diversificação do Risco

Com o objetivo de reduzir a exposição da carteira de crédito do Cedente a um único tipo de risco, as Operações de Crédito a Clientes devem observar os seguintes critérios:

- a exposição de risco por Cliente não deve ser superior a 3% (três por cento) do patrimônio líquido do Conglomerado Financeiro Rural¹; e
- não deve haver concentração excessiva em (i) um determinado negócio ou segmento econômico; (ii) uma região geográfica específica; ou (iii) setores vulneráveis a fatores macroeconômicos, tais como taxa de juros, câmbio, políticas governamentais, dentre outros.

Avaliação do Risco de Crédito do Cliente

Além dos requisitos descritos acima, a realização das Operações de Crédito está sujeita à análise do risco de crédito dos respectivos Clientes. Tal análise, realizada pela área de crédito do Cedente, leva em consideração dados econômico-financeiros, situação cadastral e setor de atuação do Cliente, bem como o perfil da Operação de Crédito a ser realizada (modalidade, prazo, Garantias e natureza do Lastro das Operações de Desconto). A partir da análise dessas informações, a área de crédito do Cedente elabora um trabalho técnico conclusivo, que servirá de base para a decisão do Comitê de Crédito com relação à realização ou não da Operação de Crédito.

As propostas relativas às Operações de Crédito são enviadas ao Comitê de Crédito devidamente amparadas por informações que possibilitam uma análise adequada do risco de crédito do Cliente, tais como, cadastro atualizado do Cliente, balanços referentes aos 3 (três) últimos exercícios sociais, balancetes recentes, descrição do faturamento mês a mês, descrição do endividamento bancário e parecer gerencial.

As análises de risco de crédito de cada Cliente são realizadas por métodos distintos, considerando-se o porte do Cliente e o perfil da Operação de Crédito pretendida.

Para Clientes com faturamento anual de até R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e limite de crédito de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) (com Garantias), a análise econômico financeira será realizada pelo Cedente mediante aplicação do método de avaliação denominado "*Small Business*". Nesses casos, os fatores considerados para a avaliação do risco de crédito do Cliente são os seguintes:

- tempo de atividade superior a 3 (três) anos;

¹ Entende-se como "Conglomerado Financeiro Rural" o conjunto das seguintes instituições financeiras: Banco Rural S.A., Banco Simples S.A., Banco Rural de Investimentos S.A., Banco Rural Uruguay, Intl Bank Bahamas, Banco Rural Europa, Serra Dourada, Rural *Securites*, Rural Leasing, Rural Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Rural Corretora e Banco Mais.

- dívida bancária vencida ou baixada inferior a 10% (dez por cento) do total da dívida bancária apurada junto à Central de Risco de Crédito do Banco Central ("Central de Risco de Crédito BACEN");
- dívida bancária a vencer com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias igual ou inferior a 150% (cento e cinquenta por cento) do faturamento médio mensal, de acordo com informações obtidas junto à Central de Risco de Crédito BACEN;
- ausência de restrições relevantes à realização da Operação de Crédito, com base nos seguintes parâmetros:
 - para pessoas jurídicas, inexistência de:
 - protestos com as seguintes características: (i) quantidade superior a 30 (trinta) protestos nos últimos 30 (trinta) dias; (ii) soma dos valores em montante superior a 3% (três por cento) do faturamento médio mensal do Cliente; (iii) protesto em valor individual superior a 1% (um por cento) do faturamento médio mensal do Cliente;
 - ações executivas;
 - ações de busca e apreensão;
 - REFIN em qualquer valor;
 - requerimento ou declaração de falência ou pedido de autofalência;
 - requerimento de concordata ou concordata já deferida, ainda que de forma suspensiva;
 - requerimento para procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, bem como pedido de homologação de recuperação extrajudicial;
 - procedimentos de recuperação judicial ou extrajudicial em curso;
 - inscrição no CCF – Cadastro dos Emitentes de Cheques sem Fundo ("CCF"); e
 - decisão judicial em pedido de tutela antecipada impedindo a divulgação de quaisquer das restrições indicadas acima.
 - para pessoas físicas, inexistência de:
 - protestos com as seguintes características: (i) quantidade superior a 30 (trinta) protestos nos últimos 30 (trinta) dias; (ii) soma dos valores em montante superior a 3% (três por cento) da respectiva renda média mensal; (iii) protesto em valor individual superior a 1% (um por cento) da respectiva renda média mensal;
 - participações em insucessos empresariais;
 - inscrição no CCF;
 - decisão judicial em pedido de tutela antecipada impedindo a divulgação de quaisquer das restrições indicadas acima;

- inexistência de quaisquer deficiências nas Garantias e/ou Lastro das Operações de Desconto prestadas pelo Cliente; e
- índice de liquidez dos títulos de crédito objeto das Garantias e/ou do Lastro das Operações de Desconto superior a 80% (oitenta por cento).

No caso de Clientes com faturamento anual superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e limite de crédito superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) (com Garantias), a avaliação do risco de crédito será fundamentada em análises quantitativas de informações econômico-financeiras obtidas nos relatórios contábeis do Cliente, e análises qualitativas baseadas em visitas aos Clientes, avaliação do grupo econômico, situação cadastral e condições setoriais e macroeconômicas. Os processos de avaliação, os quais seguem descritos abaixo, são divididos em (i) análise econômico financeira; (ii) análise da posição do Cliente na Central de Risco de Crédito BACEN; (iii) análise cadastral; (iv) análise do mercado de atuação; e (v) análise do histórico do relacionamento entre o Cedente e o Cliente.

Análise Econômico-Financeira

A análise econômico-financeira do Cliente compreende a avaliação dos seguintes aspectos: (i) capacidade de geração de recursos, (ii) necessidade de capital de giro, (iii) capacidade de cobertura dos encargos financeiros, (iv) estrutura de capitais, e (iii) rentabilidade. Para realização dessa análise são consideradas as demonstrações contábeis do Cliente relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais.

Análise da posição do Cliente na Central de Risco de Crédito BACEN

Mediante autorização prévia do Cliente, o Cedente realiza consulta na Central de Risco de Crédito BACEN com o objetivo de identificar e avaliar o risco de crédito do Cliente no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, além de avaliar seu comportamento na tomada de recursos, a quantidade de instituições financeiras com que o Cliente opera e se há presença de dívidas vencidas e/ou baixadas como prejuízo pelos credores do Cliente. Também será avaliado o perfil de risco por modalidade de crédito tomado pelo Cliente e o fluxo de vencimento desses créditos.

Análise Cadastral

A análise cadastral tem como objetivo verificar a existência de informações que possam impactar negativamente a avaliação do risco de crédito do Cliente, além de servir de base para confirmação de parâmetros necessários à análise econômico-financeira. Nessa análise são consideradas as seguintes características do Cliente: (i) data de constituição; (ii) eventual vinculação a um grupo econômico; (iii) setor de atuação; (iv) composição do controle acionário; (v) modelo de gestão e qualificação dos

administradores; e (vi) existência de restrições cadastrais por meio de consulta ao Serasa e outras fontes bancárias e comerciais.

Análise do Mercado de Atuação

A análise compreende o cenário atual e as perspectivas do mercado de atuação do Cliente, bem como sua participação nesse mercado.

Análise do Histórico do Cliente

Nessa análise são considerados aspectos relacionados ao comportamento histórico do Cliente em seu relacionamento com o Cedente, tais como:

- recebíveis nos quais o Cliente figura como sacado e sua performance de liquidação;
- o histórico do índice de liquidez dos títulos de crédito objeto de Garantias ou de Lastro das Operações de Desconto – com a identificação dos sacados e respectivos índices de liquidez individual com relação ao Cliente e ao Cedente;
- a abertura dos sacados vinculados a cada Operação de Desconto e/ou Operação de Mútuo por data de vencimento;
- o grau de concentração dos sacados;
- a liquidez dos títulos de crédito objeto de Garantias ou de Lastro das Operações de Desconto; e
- histórico de pontualidade.

Rating Interno

O processo de avaliação do risco de crédito do Cliente, conforme descrito acima, implica a atribuição de uma classificação de risco (*rating*) específica para o Cliente ("*Rating* do Cliente") e, adicionalmente, a uma classificação de risco (*rating*) específica para a Operação de Crédito pretendida pelo Cliente ("*Rating* da Operação de Crédito").

O *Rating* do Cliente é determinado segundo métodos distintos de avaliação, considerando-se o porte do Cliente e o perfil da Operação de Crédito pretendida.

No caso dos Clientes com faturamento anual de até R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e limite de crédito de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) (com Garantias), a metodologia utilizada para definição do *Rating* do Cliente fundamenta-se na análise dos seguintes critérios: (i) situação econômico-financeira, (ii) histórico do relacionamento do Cliente com o Cedente, (iii) métodos de administração adotados, (iv) composição acionária e (v) eventuais restrições à realização da Operação de Crédito, conforme descritas no item "Processo de Avaliação do Risco de Crédito" acima.

Para Clientes com faturamento anual superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e limite de crédito superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) (com Garantias), a metodologia utilizada para definição do *Rating* do Cliente fundamenta-se na análise dos seguintes critérios:

- situação econômico-financeira, considerando-se os índices de rentabilidade, liquidez, geração de caixa, de endividamento e eventual informalidade das atividades do Cliente;
- histórico de relacionamento do Cliente com o Cedente, considerando-se o volume de movimentações bancárias internas, pontualidade e eventual composição de dívidas;
- mercado de atuação, tendo como principais fatores as perspectivas do setor de atuação do Cliente, a concorrência e o posicionamento estratégico do Cliente;
- composição acionária e métodos de administração, avaliando-se a qualidade da administração do Cliente e a base patrimonial de seus sócios;

- perfil da dívida total do Cliente, bem como eventual acesso do Cliente a mecanismos de empréstimo e/ou financiamento junto a outros bancos que não o Cedente; e
- existência de restrições relevantes à realização da Operação de Crédito, analisada a partir de dados do Cliente e de seus controladores obtidos junto aos serviços de proteção ao crédito e cadastro de inadimplentes, tais como o Serasa, a Central de Risco de Crédito BACEN, o Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, dentre outros.

Após a análise dos aspectos listados acima, o *Rating* do Cliente é atribuído com base em uma escala decrescente de risco que varia de 1 a 5, sendo o *rating* "5" atribuído ao Cliente cujo risco é adequado para a realização da Operação de Crédito e o *rating* "1" atribuído ao Cliente que inspira cuidados para a realização de qualquer modalidade de Operação de Crédito.

Outro fator determinante para a atribuição do *Rating* do Cliente são as Garantias e o Lastro das Operações de Desconto oferecidos pelos Clientes no âmbito das Operações de Crédito. Nesse sentido, para elevação ou rebaixamento do *Rating* do Cliente, são avaliados (i) a modalidade da(s) Garantia(s) e/ou do Lastro das Operações de Desconto oferecido(s), classificado em função de exequibilidade, volatilidade e liquidez, (ii) a qualidade das Garantias e do Lastro das Operações de Desconto, e (iii) o grau de cobertura oferecido frente à Operação de Crédito pretendida.

As Garantias e/ou o Lastro de Operações de Desconto podem ser classificadas pelo Cedente em seis grupos, conforme descritos a seguir:

Garantias Especiais

- aplicações financeiras (títulos de renda fixa) de recursos próprios, mantidas em conta vinculada; e
- aplicações financeiras em geral, mantidas em conta vinculada.

Garantias Fortes

- ações de sociedades de grande porte regularmente negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA;
- duplicatas relativas a negociações comerciais comprovadamente realizadas;
- Cheques relativos a negociações comerciais comprovadamente realizadas;
- recebíveis de cartões de crédito relativos a negociações comerciais comprovadamente realizadas;
- *warrant* emitido por armazém geral de terceiros, legalmente constituído a favor do Cedente;
- cédulas de produto rural financeiras custodiadas pelo Cedente, que tenham sido analisadas positivamente pela Diretoria de Agronegócios do Cedente;
- fianças prestadas por bancos de reconhecida reputação, desde que com limite definido pelo Comitê de Captação e Gestão de Riscos e analisadas positivamente pela Diretoria de Câmbio e Operações de Comércio Exterior e Especiais, ambos órgãos internos do Cedente; e
- exportações amparadas em carta de crédito sem discrepância.

Garantias Reais

- Cessão Fiduciária de títulos de crédito devidamente amparados por documentação comprobatória dos direitos de crédito;
- alienação fiduciária de produtos, tendo armazém geral legalmente constituído como fiel depositário;
- seguro de crédito e de performance;
- documentos originais relativos a cambiais de exportação;

- cédulas de produto rural para entrega física, endossadas em favor do Cedente e com endosso registrado em cartório de registro de imóveis do domicílio do emitente, sendo que nesse caso as cédulas deverão ser previamente analisadas pela Diretoria de Agronegócios do Cedente;
- notas promissórias rurais dadas em garantia (com direito de regresso); e
- *warrant* emitido em favor do Cliente por armazém próprio ou por empresas ligadas, legalmente constituídas.

Garantias Boas

- alienação fiduciária de direitos sobre produtos monitorados por armazéns gerais legalmente constituídos;
- alienação fiduciária ou arrendamento mercantil de veículos com até 2 (dois) anos de uso;
- cópia de documento (com registro de exportação) para operações de adiantamento sobre cambiais entregues, com saque devidamente aceito; e
- notas promissórias emitidas por terceiros.

Garantias Médias

- alienação fiduciária de direitos sobre produtos não depositados em armazéns gerais legalmente constituídos;
- alienação fiduciária ou arrendamento mercantil de máquinas e equipamentos;
- alienação fiduciária ou arrendamento mercantil de veículos entre 2 (dois) e 5 (cinco) anos de uso;
- hipoteca ou arrendamento mercantil de imóveis, aeronaves ou embarcações;
- cópia de documento com registro de exportação;
- cópia de documentos com saque original relativo à cambial de exportação sem aceite;
- Cessão Fiduciária de títulos de crédito futuros, devidamente amparados por documentação comprobatória dos direitos de crédito;
- Boletos de mensalidades escolares, planos de saúde e semelhantes;
- vale refeição ou vale alimentação; e
- vale transporte.

Garantias Frágeis

- aval;
- desconto de notas promissórias sem direito de regresso;
- alienação fiduciária ou arrendamento mercantil de veículos com mais de 5 (cinco) anos de uso;
- alienação de bens móveis (equipamentos de informática, software, móveis e utensílios);
- recebíveis de cartões de crédito relativos a negociações comerciais futuras;
- cobrança simples mediante o envio de "carta SEJUR"; e
- Cessão Fiduciária de títulos de crédito não amparados por documentação comprobatória dos direitos de crédito.

Após atribuição do *Rating* do Cliente, a cada Operação de Crédito pretendida pelo Cliente será atribuída uma classificação de risco específica denominada *Rating* da Operação de Crédito. O *Rating* da Operação de Crédito será atribuído após uma análise combinada do *Rating* do Cliente e das Garantias e/ou Lastro das Operações de Desconto oferecidos, considerando-se também a estrutura da Operação de Crédito pretendida (avaliando-se prazos para pagamento e formas de amortização).

O processo é finalizado com a emissão de um parecer conclusivo, sugerindo o valor limite para a Operação de Crédito, Garantias, Lastro das Operações de Desconto e o prazo para liquidação da Operação de Crédito pelo Cliente, o qual será encaminhado ao

Comitê de Crédito competente para decisão final quanto à realização da Operação de Crédito com o Cliente.

Processo de Avaliação do Risco de Operações Garantidas por Notas Promissórias Rurais e/ou de Lastro de Operações de Desconto representado por Notas Promissórias Rurais

Com relação às Operações de Crédito vinculadas (Garantidas ou Lastro das Operações de Desconto) à emissão de notas promissórias rurais ("NPRs"), o Cedente realiza uma avaliação diferenciada do risco de crédito da Operação de Crédito pretendida.

As Operações de Desconto de NPRs junto ao Cedente são classificadas a partir de uma análise do risco de crédito do emitente da NPR, uma vez que o Cedente não dispõe de direito de regresso em face do Cliente que realizará o desconto. O emitente da NPR deverá ter reconhecida capacidade financeira, o que será avaliado com base nos mesmos critérios utilizados para atribuição do *Rating* do Cliente, conforme descrito acima.

Ainda, o risco do Cliente é avaliado segundo os critérios indicados abaixo:

- tamanho do rebanho do Cliente, bem como sua capacidade de geração de receitas;
- tamanho das propriedades exploradas e o valor dos bens utilizados, o que será comprovado através da declaração de imposto de renda;
- volume de dívidas bancárias do Cliente comparadas com o valor do rebanho; e
- existência de restritivos relevantes à realização da Operação de Crédito, conforme descritos no item "Processo de Avaliação do Risco de Crédito" acima.

Operações de Desconto

Sem prejuízo do disposto acima, especificamente com relação às Operações de Desconto, devem ser observados os seguintes critérios:

- as duplicatas que venham a compor o Lastro das Operações de Desconto devem ser originadas de venda mercantil ou prestação de serviços performados;
- não são aceitas duplicatas que venham a compor o Lastro das Operações de Desconto de franqueados ou emitidas por empresas do mesmo grupo econômico do Cliente; e
- a concentração por sacado (devedor do Lastro das Operações de Desconto) deve observar o percentual máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Operação de Desconto, limitada a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), admitindo-se percentual de concentração superior apenas nas hipóteses de sacados com reconhecida capacidade financeira, conforme avaliação a ser realizada pela área de crédito do Cedente.

Adicionalmente aos critérios descritos acima, as Operações de Desconto devem ser (i) classificadas como operações de curto prazo), (ii) classificadas com *rating* interno entre AA e C, e (iii) ser previamente aprovadas pelo comitê de crédito do Cedente.

**ANEXO III AO REGULAMENTO DO
RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO
EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO FINANCEIRO CORPORATIVO I**

**MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO E ADESÃO AO REGULAMENTO DO
RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO
FINANCEIRO CORPORATIVO I**

Na qualidade de subscritor de Quotas de emissão do Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Financeiro Corporativo I, administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., declaro que:

- (i) Recebi, no ato da minha primeira subscrição de Quotas do Fundo, exemplar do Prospecto e do Regulamento, tendo lido e entendido o inteiro teor dos referidos documentos, sendo que concordo e manifesto, expressamente, minha adesão, irrevogável e irretroatável, sem quaisquer restrições, a todos os seus termos, cláusulas e condições;
- (ii) Sou Investidor Qualificado, sendo, portanto, elegível para investir no Fundo, e tenho ciência da necessidade da manutenção da minha condição de Investidor Qualificado para permanência no Fundo. Nesse sentido, comprometo-me a comunicar ao Administrador, imediatamente, qualquer alteração na minha condição de Investidor Qualificado, durante o período em que permanecer como Quotista do Fundo;
- (iii) Tenho ciência e bom entendimento dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da carteira de investimento do Fundo, da Taxa de Administração e da Taxa de Performance devidas ao Administrador, dos riscos aos quais o Fundo e, conseqüentemente, os meus investimentos estão sujeitos, bem como da possibilidade de ocorrência de variações no patrimônio líquido do Fundo e da perda total do capital por mim investido;
- (iv) Estou ciente de que poderá haver necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo na ocorrência de patrimônio líquido negativo;
- (v) A política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a minha situação financeira, o meu perfil de risco e a minha estratégia de investimento;
- (vi) Tenho ciência de que o Administrador, o Gestor e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsáveis por qualquer depreciação dos Direitos de Crédito Elegíveis ou Ativos Financeiros do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo e/ou resgate de Quotas;
- (vii) Tenho ciência de que as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, dos demais prestadores de serviço ao Fundo, do Cedente, de qualquer mecanismo de seguro e/ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC;
- (viii) Tenho ciência de que a existência de rentabilidade/performance de outros fundos de investimento em direitos creditórios não representam garantia de resultados futuros do Fundo; e
- (ix) Reconheço a validade das ordens solicitadas via fac-símile, e-mail e/ou telefone (ordens verbais), constituindo os registros contábeis realizados pelo Administrador prova irrefutável de transmissão dessas ordens, em todos os seus detalhes;

- (x) Reconheço minha inteira e exclusiva responsabilidade sobre as ordens verbais, via fac-símile e/ou via e-mail, isentando desde já o Administrador de quaisquer responsabilidade, custos, encargos e despesas advindos de reclamações ou litígios de qualquer natureza, relativos ou decorrentes da execução das referidas ordens;
- (xi) Obrigo-me a manter minha documentação pessoal atualizada, de acordo com as regras vigentes, estando ciente de que o Administrador não poderá realizar o pagamento de amortizações e/ou resgates das Quotas de minha titularidade em caso de omissão ou irregularidade nessa documentação;
- (xii) Tenho pleno conhecimento das disposições da Lei n.º 9.613/98 e legislação complementar, estando ciente de que as aplicações em quotas de fundos de investimento estão sujeitas a controle do Banco Central e da CVM, que podem solicitar informações sobre as movimentações de recursos realizadas pelos quotistas de fundos de investimento;
- (xiii) Obrigo-me a prestar ao Administrador quaisquer informações adicionais consideradas relevantes para justificar as movimentações financeiras por mim solicitadas;
- (xiv) Estou ciente de que o periódico a ser utilizado na divulgação das informações relativas ao Fundo é o "Diário Mercantil", sendo facultado ao Administrador alterar, a qualquer momento, o periódico destinado à divulgação das informações do Fundo, mediante comunicação prévia, por escrito;
- (xv) Autorizo expressamente o Administrador a fornecer ao Gestor cópia de toda minha documentação cadastral, bem como de toda e qualquer informação relativa ao Fundo e às movimentações financeiras por mim solicitadas (aplicações e resgates);
- (xvi) Os recursos que serão utilizados na integralização das minhas Quotas não serão oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro; e
- (xvii) Responsabilizo-me pela veracidade das declarações por mim prestadas neste ato, bem como por ressarcir o Administrador de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexatidão ou imprecisão em relação às referidas declarações.

As expressões em letra maiúscula utilizadas neste Termo de Adesão terão o mesmo significado a elas atribuído no Regulamento.

[•], [•] de [•] de 2007.

INVESTIDOR:

Nome: [•]
CPF/CNPJ: [•]

**ANEXO IV AO REGULAMENTO DO
RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO
EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO FINANCEIRO CORPORATIVO I**

**Fórmula de Cálculo do Valor das Quotas Sênior para fins de Integralização,
Amortização e Resgate**

As expressões em letra maiúscula utilizadas neste Anexo IV terão o mesmo significado a elas atribuído no Regulamento do qual este Anexo IV é parte integrante e inseparável, exceto se de outra forma tais expressões forem aqui definidas.

A partir do primeiro Dia Útil seguinte à Primeira Data de Emissão, o valor de cada Quota Sênior para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate (nas hipóteses definidas no Regulamento) será calculado diariamente pelo Administrador e deverá ser correspondente ao menor entre os seguintes valores:

- (i) valor obtido mediante a divisão do patrimônio líquido do Fundo representado por Quotas Sênior pelo número de Quotas Sênior em circulação na data de cálculo; ou
- (ii) valor apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VQS_K = VQS_{(K-1)} \times FatorCAP - ACOMP_{(K-1)} - AMORT_{(K-1)},$$

onde:

VQS_K	valor unitário de cada Quota Sênior na data de cálculo "K", calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.
$VQS_{(K-1)}$	valor unitário de cada Quota Sênior no Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo do VQS_K , calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.
$ACOMP_{(K-1)}$	valor da Amortização Extraordinária, no Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo do VQS_K , referente a cada Quota Sênior, se aplicável.
$AMORT_{(K-1)}$	valor da amortização da Quota Sênior devida em uma Data de Amortização no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo do VQS_K , referente a cada Quota Sênior, se aplicável.
$FatorCAP_K$	fator correspondente à Taxa DI no dia de ordem "K", calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$FatorCAP_K = 1 + \left\{ \left[\left(1 + \frac{DI_K}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \frac{S}{100} \right\}, \text{ onde:}$$

DI_K = Taxa DI, do Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo "K"; e

S = sobretaxa, sendo igual a 110 (cento e dez), na Primeira Data de Emissão.

Observado o período de carência entre a Primeira Data de Emissão e a data em que ocorrer a primeira amortização das Quotas Sênior, conforme o cronograma de amortizações previsto no Anexo VI do Regulamento, o valor da amortização mensal das Quotas Sênior será apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$AMORT_K = \left(\frac{1}{48 - (M - 1)} \right) \times VQS_{(K-1)} \times FatorCAP_K$$

sendo que:

$AMORT_K$	valor da amortização mensal das Quotas Sênior a ser realizada no mês de ordem M , conforme cronograma definido no Anexo VI do Regulamento.
M	número do mês contado a partir da Primeira Data de Emissão, sendo que M variará entre 25 (primeira amortização) e 48 (última amortização).
$VQS_{(K-1)}$	valor unitário da Quota Sênior no Dia Útil imediatamente anterior, calculado na forma desse Anexo IV.

**ANEXO V AO REGULAMENTO DO
RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO
EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO FINANCEIRO CORPORATIVO I**

**Fórmula de Cálculo do Valor das Quotas Subordinadas Mezanino para fins de
Integralização, Amortização e Resgate**

As expressões em letra maiúscula utilizadas neste Anexo V terão o mesmo significado a elas atribuído no Regulamento do qual este Anexo V é parte integrante e inseparável, exceto se de outra forma tais expressões forem aqui definidas.

A partir do primeiro Dia Útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Subordinada Mezanino terá seu valor unitário calculado diariamente pelo Administrador, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate (nas hipóteses definidas no Regulamento), mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VQM_K = \frac{\left[(VQM_{(K-1)} \times QTM) + (VQS_{(K-1)} \times QTS) \right] \times \left[\left(1 + \frac{DI_K}{100} \right) \times \left(1 + \frac{4,625}{100} \right) \right]^{\frac{1}{252}}}{QTM} - \left\{ \frac{(VQS_{(K-1)} \times QTS \times FatorCAP_K) + (AMORTM_{(K-1)} \times QTM) + DM_K + TP_K}{QTM} \right\}$$

onde:

VQM_K	valor unitário de cada Quota Subordinada Mezanino na data de cálculo "K", calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.
QTM	número de Quotas Subordinadas Mezanino na Primeira Data de Emissão.
QTS	número de Quotas Sênior na Primeira Data de Emissão.
$AMORTM_{(K-1)}$	valor de amortização compulsória das Quotas Subordinadas Mezanino no Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo, conforme definido abaixo.
$VQM_{(K-1)}$	valor unitário de cada Quota Subordinada Mezanino no Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo do VQM_K , calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.
DM_K	As seguintes despesas e encargos do Fundo no dia de ordem "K": <ul style="list-style-type: none"> • Taxa de Administração, conforme definida no Anexo VII deste Regulamento; • Remuneração devida ao Custodiante, conforme definida no Contrato de Custódia; • Despesas operacionais do Fundo, conforme referidas no

Capítulo Dezoito do Regulamento.

TP_K A Taxa de Performance devida no dia de calculo de ordem "K", calculada de acordo com o Anexo VII.

Observado o período de carência entre a Primeira Data de Emissão e a data em que ocorrer a primeira amortização compulsória das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme disposto no item 13.8. do Regulamento, o valor da amortização das Quotas Subordinadas Mezanino será apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$AMORTM_K = \left(\frac{1}{48 - (M - 1)} \right) \times VQM_K$$

sendo que:

$AMORTM_K$ valor da amortização das Quotas Subordinadas Mezanino a ser realizada no mês de ordem M , conforme permitido no item 13.8. do Regulamento.

M número do mês contado a partir da Primeira Data de Emissão, sendo que M variará entre 25 (primeira amortização) e 48 (última amortização).

VQM_K valor unitário de cada Quota Subordinada Mezanino no dia, calculado na forma desse Anexo V.

**ANEXO VI AO REGULAMENTO DO
RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO
EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO FINANCEIRO CORPORATIVO I**

Cronograma de Amortização e Resgate das Quotas da Primeira Emissão

As expressões em letra maiúscula utilizadas neste Anexo VI terão o mesmo significado a elas atribuído no Regulamento do qual este Anexo VI é parte integrante e inseparável, exceto se de outra forma tais expressões forem aqui definidas.

As Quotas Sênior serão amortizadas em 24 (vinte e quatro) parcelas, mensalmente, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado a partir da Primeira Data de Emissão. As Quotas Sênior serão amortizadas sempre no último Dia Útil de cada mês, de acordo com a fórmula abaixo:

$$AMORT_k = \left(\frac{1}{48 - (M - 1)} \right) \times (VQS_r)$$

Sendo que:

$AMORT_k$	valor da amortização mensal periódica a ser efetuada no mês de ordem M que ocorrerá a partir do 25º (vigésimo quinto) mês da Primeira Data de Emissão
M	número do mês contado a partir da data de referência para início dos pagamentos das parcelas de amortização, sendo que M variará entre 25 (primeira amortização) e 48 (última amortização)
$VQST$	valor unitário da Quota Sênior no dia da amortização

As Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão amortizadas em observância ao disposto no item 13.8. do Regulamento. Todas as Quotas do Fundo serão resgatadas na Data de Resgate.

**ANEXO VII AO REGULAMENTO DO
RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO
EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO FINANCEIRO CORPORATIVO I**

Fórmula de Cálculo da Taxa de Administração e da Taxa de Performance

As expressões em letra maiúscula utilizadas neste Anexo VII terão o mesmo significado a elas atribuído no Regulamento do qual este Anexo VII é parte integrante e inseparável, exceto se de outra forma tais expressões forem aqui definidas.

Pela administração do Fundo, o Administrador receberá Taxa de Administração mensal e, conforme o caso, Taxa de Performance, a serem pagas até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

Os valores a serem pagos a título de Taxa de Administração e de Taxa de Performance serão calculados sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo do dia anterior à realização do referido cálculo, à taxa de "1/252" (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos). A Taxa de Administração e a Taxa de Performance serão provisionadas diariamente.

A Taxa de Administração e a Taxa de Performance serão calculadas diariamente, de acordo com as seguintes fórmulas:

$$TaxaADM_K = PLF_{(K-1)} \times \left[\left(\frac{0,60}{100} \right) \times \left(\frac{1}{252} \right) \right] + \frac{15.000}{du.mês}$$

e

$$TP_K = \left\{ \left[VQM_{(K-1)} \times QTM + VQS_{(K-1)} \times QTS \right] \times \left[\left(\left(1 + \frac{DM_K}{100} \right) \times \left(1 + \frac{4,625}{100} \right) - 1 \right) \times \left(\frac{1}{252} \right) - \left[\left(\frac{DM_K}{100} \right) \times \left(\frac{1}{252} \right) \right] \right] - DM_K \right\} \times 0,3$$

Desde que $TP_K > 0$

onde,

$TaxaADM_K$	valor da Taxa de Administração referente ao dia de ordem "K" a ser provisionada.
$PLF_{(K-1)}$	valor do patrimônio líquido do Fundo no ultimo Dia Útil anterior à data de cálculo de ordem "K".
$du.mês$	Dias Úteis do mês de cálculo da Taxa de Administração.
TP_K	valor da Taxa de Performance devida na data de cálculo de ordem "K".
VQM_K	valor unitário das Quotas Subordinadas Mezanino na data de cálculo "K", calculado na forma do Anexo V.
QTM	número de Quotas Subordinadas Mezanino na Primeira Data de Emissão.

VQS_K	valor unitário das Quotas Sênior na data de cálculo "K", calculado na forma do Anexo IV.
QTS	número de Quotas Sênior na Primeira Data de Emissão.
DI_K	Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo "K".
DM_K	As seguintes despesas e encargos do Fundo no dia de ordem "K": <ul style="list-style-type: none"> • Taxa de Administração, conforme definida acima; • Remuneração do Custodiante, conforme definida no Contrato de Custódia; • Despesas operacionais do Fundo, conforme descritas no Capítulo Dezoito do Regulamento.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo III

Relatórios de Classificação de Risco das Quotas Sênior
e das Quotas Subordinadas Mezanino

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Financeiro Corporativo I

Analistas de Crédito: Juan De Molleín, Nova York (1) 212-438-2536, Juan_demollein@standardandpoors.com; Leandro Albuquerque, São Paulo (55) 11 5501-8643, leandro_albuquerque@standardandpoors.com

Perfil

Data prevista para o início do Fundo: Abril de 2007.

Direitos creditórios: empréstimos de curto prazo direcionados a pequenas e médias empresas originados pelo Banco Rural no Brasil.

Administrador do Fundo: Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Originador dos direitos creditórios: Banco Rural S.A.

Custodiante: Banco Bradesco S.A.

Estruturador: Integral Trust Serviços Financeiros.

Melhoria de Crédito: Proporcionada pela subordinação de cotas (mínimo de 30% para cotas seniores e 20% para cotas mezanino) e pelo *spread* excedente.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Este relatório baseia-se em informações obtidas até 24 de abril de 2007. O rating atribuído é preliminar. Este relatório não constitui uma recomendação para compra, venda ou retenção de quaisquer títulos. O rating final será atribuído após o anúncio de encerramento do período de distribuição.

Rating Preliminar em 24 de abril de 2007			
Instrumento	Rating Preliminar*	Montante Preliminar (em R\$ milhões)	Vencimento Final Legal**
Cotas Seniores	brAAAf	Até R\$ 210 (70%)	4 anos (48 meses) após a emissão
Cotas Subordinadas Mezanino	brAAf	Até R\$ 30 (no mínimo 10%)	4 anos (48 meses) após a emissão
Cotas Subordinadas Juniores	Não classificadas	Até R\$ 60 (no mínimo 20%)	4 anos (48 meses) após a emissão

* Os ratings atribuídos a cada classe de cotas são preliminares e estão sujeitos a mudanças a qualquer momento ** Como o veículo é um fundo, não há promessa de resgate de cotas no período de tempo especificado.

Fundamentos

A Standard & Poor's atribuiu os ratings preliminares 'brAAAf' e 'brAAf', em sua Escala Nacional Brasil, às cotas seniores e às cotas subordinadas mezanino, respectivamente, do Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Financeiro Corporativo I (Rural FIDC CFC I). Os ativos subjacentes do Rural FIDC CFC I são: empréstimos de curto prazo direcionados a pequenas e médias empresas, caixa e outros investimentos específicos.

Os ratings preliminares baseiam-se em informações obtidas até 24 de abril de 2007. Quaisquer informações posteriores poderão resultar em ratings finais diferentes dos preliminares.

O Rural FIDC CFC I será um condomínio fechado, com prazo de duração de quatro anos – 48 meses após sua emissão. O administrador do Fundo poderá incluir recebíveis de crédito e outros títulos de renda fixa em sua carteira, com base em critérios de elegibilidade definidos na documentação do Fundo.

Os principais pontos fortes observados na análise de crédito da estrutura são:

- A forte qualidade de crédito da carteira do originador;
- A robusta proteção de crédito fornecida pela subordinação de cotas (30% para as cotas seniores) e *spread* excedente, representado pela diferença entre a remuneração alvo das cotas seniores e a taxa de desconto mínima estabelecida para a compra dos recebíveis;

- A robusta proteção de crédito fornecida pela subordinação de cotas (20% para as cotas subordinadas mezanino) e *spread* excedente, representado pela diferença entre a remuneração alvo das cotas subordinadas mezanino a taxa de desconto mínima estabelecida para a compra dos recebíveis;
- A sólida experiência do Banco Bradesco, como o custodiante;
- A estrutura legal da transação, que possui dispositivos adequados para resguardar os direitos dos cotistas;
- A política de investimento bem definida com rigorosos critérios de diversificação;
- A atuação da Serasa como certificadora dos critérios de diversificação.

A principal fragilidade observada na análise de crédito da estrutura é que a qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes poderá variar durante a vida do Fundo em razão da natureza rotativa de sua estrutura. Esse risco é atenuado por critérios de elegibilidade dos empréstimos bem definidos que reduzem o risco de deterioração de qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes.

Os ratings preliminares 'brAAAf' e brAAf atribuídos, respectivamente, às cotas seniores e às cotas subordinadas mezanino do Rural FIDC CFC I na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos, expressam a qualidade geral de crédito do Fundo e baseiam-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's.

O rating preliminar 'brAAAf' atribuído às cotas seniores do Fundo indica que os títulos em sua carteira fornecem proteção extremamente forte contra perdas advindas da inadimplência. O rating também reflete a qualidade dos recebíveis subjacentes; a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas (30%); o *spread* excedente, representado pela diferença entre a remuneração alvo das cotas seniores e a taxa de desconto mínima estabelecida para a compra dos recebíveis, bem como a adequação dos mecanismos de reforço de qualidade de crédito (*credit enhancement*), baseado em diferentes cenários de estresse.

O rating preliminar 'brAAf' atribuído às cotas subordinadas mezanino do Fundo indica que os títulos em sua carteira fornecem proteção muito forte contra perdas advindas da inadimplência. O rating também reflete a qualidade dos recebíveis subjacentes; a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas (20%); o *spread* excedente, representado pela diferença entre a remuneração alvo das cotas subordinadas mezanino e a taxa de desconto mínima estabelecida para a compra dos recebíveis, bem como a adequação dos mecanismos de reforço de qualidade de crédito (*credit enhancement*), baseado em diferentes cenários de estresse.

Apesar do aparente aumento do risco operacional provocado pela utilização do procedimento de amostragem na verificação do lastro dos direitos creditórios por parte do custodiante, tal procedimento não tem efeito direito sobre o rating atribuído. Uma das premissas da Standard & Poor's é a expectativa de que os participantes da operação respeitarão todas as regras, funções e procedimentos definidos nas documentações que a regem. Além disso, o monitoramento da operação será publicado trimestralmente, e caso a Standard & Poor's identifique qualquer alteração significativa no comportamento dos direitos creditórios relativo ao que era esperado durante o processo de análise inicial, o rating atribuído poderá ser alterado. Os ratings da Standard & Poor's baseiam-se em informações recebidas dos emissores ou obtidas por meio de outras fontes confiáveis de informações. A Standard & Poor's não realiza processos de *due diligence* nem de auditoria e,

eventualmente, pode utilizar informações financeiras não auditadas.

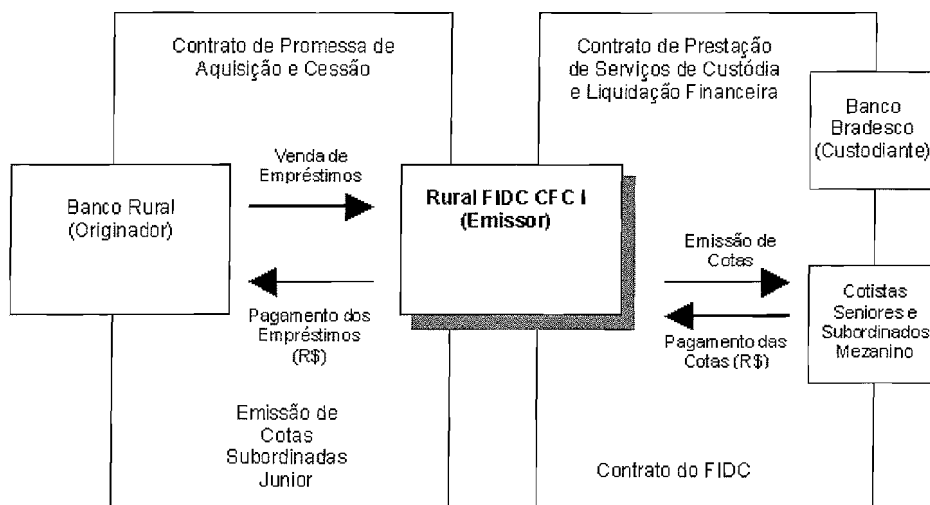
A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa.

Descrição do Rural FIDC CFC I

Características Gerais

O Rural FIDC CFC I será um condomínio fechado, com prazo de duração de quatro anos. A emissão de cotas seniores e de cotas subordinadas mezanino pode ser vendida no Brasil para investidores qualificados, incluindo empresas e clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras e outros fundos de investimento.

Durante sua vida, o Fundo fará compras rotativas de direitos creditórios originados pelo Banco Rural por meio de empréstimos de curto prazo direcionados a pequenas e médias empresas. Segue abaixo uma descrição da estrutura do Fundo em sua data de emissão.



Utilização dos resultados do mapeamento e dos critérios de elegibilidade, condições adicionais e de diversificação como dados de entrada do modelo *CDO Evaluator*, que forneceu a função distribuição de probabilidade da inadimplência esperada para a carteira teórica;

- Utilização dos resultados do modelo *CDO Evaluator* e das

características da operação para modelagem financeira do Fundo e aplicação dos cenários apropriados de estresse para a classificação atribuída;

- Comparação entre os níveis esperados de inadimplência da carteira e de *break-even* da estrutura.

Análise de Sensibilidade

Com relação às operações estruturadas, a Standard & Poor's realiza, durante o período de duração da transação, uma análise profunda do grau de suficiência do fluxo de recursos para pagar os cotistas no prazo estipulado. Para se determinar o rating 'brAAAF' das cotas seniores e o rating 'brAAf' das cotas subordinadas mezanino, a Standard & Poor's submeteu os fluxos de caixa a vários cenários de estresse, considerando como caso base o nível de inadimplência máximo do *pool* selecionado e estabelecendo-o como um *proxy* de inadimplência de crédito. Após analisar o comportamento do *pool* selecionado, o nível de inadimplência máximo foi multiplicado por um fator de estresse de crédito, o qual foi determinado pelo cenário construído para o rating almejado. Para se determinar a força e a resistência dos fluxos e estruturas de caixa, essa porcentagem foi então submetida a outros testes de estresse, utilizando-se variáveis diferentes, com o objetivo de avaliar a viabilidade do pagamento das cotas.

Recuperação

O efeito da inadimplência esperada nos ativos da carteira foi reduzido pela recuperação esperada proveniente da garantia de recebíveis comerciais dos clientes dos devedores dos empréstimos.

Risco Cambial

Não há risco cambial para os cotistas, uma vez que as cotas serão emitidas em reais e garantidas por recebíveis de crédito denominados em reais.

Eventos de Avaliação do Rural FIDC CFC I

Qualquer dos seguintes eventos será considerado um evento de avaliação, que, por sua vez, obrigará o Fundo a interromper a compra de direitos creditórios e a realizar uma Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos a serem tomados.

Os Eventos de Avaliação mais relevantes são:

- Não cumprimento das obrigações relacionadas nos documentos da transação por parte do administrador e/ou do custodiante;
- Caso o Fundo não atenda à razão de garantia por cinco dias consecutivos;
- Caso as cotas subordinadas sejam amortizadas ou resgatadas em desacordo com o disposto no regulamento;
- Caso o rating atribuído às cotas seniores seja rebaixado a uma categoria igual ou inferior a AA-, ou caso o rating atribuído às cotas subordinadas mezanino seja rebaixado a uma categoria igual ou inferior a A-;
- Caso ocorra uma variação da Taxa DI em percentual igual ou superior a 130% em um único dia.

Eventos de Liquidação do Rural FIDC CFC I

Qualquer um dos seguintes eventos será considerado um evento de liquidação, que, por sua vez, obrigará o Fundo: (1) a informar os cotistas; (2) a interromper a compra de direitos creditórios; (3) a iniciar os procedimentos de

liquidação do Fundo e (4) a convocar uma Assembléia Geral de Cotistas para que eles possam decidir se os procedimentos para liquidação antecipada devem ou não continuar.

Os Eventos de Liquidação mais relevantes são:

- Se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada;
- Resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do custodiante, sem que se encontre um substituto;
- Rescisão do Contrato de Cessão.
- Aquisição de direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade e/ou as condições de cessão;
- Não pagamento, em qualquer data de amortização e/ou de resgate, do valor da amortização e/ou do resgate das cotas seniores.

Visão Geral do Banco Rural

O Banco Rural, um banco múltiplo de médio porte, sediado em Belo Horizonte, que opera em duas principais áreas: empréstimos de capital de giro para empresas de pequeno e médio porte com garantia de duplicatas; e empréstimos com consignação em folha de pagamento para funcionários públicos, aposentados e pensionistas do INSS.

Os empréstimos para pequenas e médias empresas sempre foram o principal foco de atuação do Banco Rural, contudo, nos últimos anos, os empréstimos com consignação em folha de pagamento para funcionários públicos, aposentados e pensionistas do INSS têm adquirido cada vez mais importância.

Em 2005, o Banco Rural foi afetado pela turbulência política no Brasil, o que obrigou o banco a reduzir suas operações para responder aos pedidos de resgates dos investidores. Desde então, diversas medidas foram adotadas, tais como a redução do número de agências e de funcionários.

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2007 pela The McGraw-Hill Companies, Inc. A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC RURAL CDO

Relatório Analítico

Rating

Cota Sênior: AAA
Cota Mezanino: AA-

Data: 22/jan/2007
Validade: 22/jan/2008

Sobre o Rating

Perspectiva: Estável

Observação: -

Histórico:

Jan/07: Atribuição:

AAA (Cota Sênior)

AA- (Cota Mezanino)

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião no dia 22 de janeiro de 2007, atribuiu o *Rating AAA* às cotas seniores e o *Rating AA-* às cotas subordinadas mezanino, ambas a serem emitidas pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Rural CDO (FIDC RURAL CDO).

Os recebíveis que lastrearão o FIDC são originados pelo Banco Rural S.A (Banco Rural) e referem-se a direitos creditórios oriundos das operações de financiamento (Contratos de Mútuo ou Desconto de Duplicatas) às empresas do *middle market*, garantidos por duplicatas comerciais, cheques, direitos creditórios com domicílio bancário no Banco Rural e notas promissórias. O FIDC foi constituído sob a forma de condomínio fechado com prazo de 48 meses, contados a partir da data da primeira emissão, com prazo de carência para amortização de 24 meses. O Patrimônio Líquido (PL) do FIDC se dividirá por três classes de cotas, sendo uma única classe de cotas seniores formada por 210 mil cotas no valor de R\$ 210 milhões e duas classes de cotas subordinadas, a mezanino formada por 30 mil cotas no valor de R\$ 30 milhões e as cotas subordinadas juniores formadas por 60 mil cotas no valor de R\$ 60 milhões, com preço de emissão de R\$ 1 mil cada cota, totalizando um PL de R\$ 300 milhões.

A classificação atribuída tem como premissa a segregação do risco de crédito dos contratos de financiamento cedidos ao FIDC em relação aos da instituição financeira que os originou (Banco Rural) e fundamenta-se na qualidade dos direitos creditórios securitizados, tendo como base de análise o relatório de auditoria realizado pela KPMG, referente aos créditos originados pelo Banco Rural entre 1º de dezembro de 2002 e 31 de maio de 2006, bem como a análise do próprio Banco Rural realizada pela Austin Rating desde 2000. O Comitê levou em conta, da mesma forma, as outras modalidades de aplicações permitidas no regulamento, (basicamente títulos de emissão do Tesouro Nacional e do Banco Central), o grau de proteção de 30% para as cotas seniores (sendo 20% em cotas subordinadas juniores e 10% em cotas subordinadas mezanino) e de 20% para as cotas mezanino (sendo 20% em cotas subordinadas juniores), a existência de uma taxa mínima de cessão que possibilita realizar o pagamento de todas as despesas inerentes ao funcionamento do fundo e proporcionar a remuneração esperada para as cotas seniores e, por fim, os critérios de elegibilidade (composição e diversificação dos direitos creditórios) e as condições de cessão exigidas para os direitos de crédito que serão adquiridos pelo FIDC.

Além dos fatores mencionados anteriormente, os *ratings* atribuídos às cotas seniores e mezanino refletem, diretamente, o nível de proteção frente à inadimplência dos créditos que servirão de lastro ao FIDC, tendo como importante determinante de risco a diferença do nível de proteção, sendo de 30% para as seniores e 20% para as mezaninos.

Entre os critérios de elegibilidade e seleção dos créditos potencialmente securitizáveis ao FIDC, a Austin Rating, para efeitos de risco, destaca os de concentração da carteira (por CNPJ e por setor de atuação), de adimplência do cliente, do lastro de garantia das operações de crédito adquiridas pelo FIDC e do prazo de vencimento (máximo de 180 dias).

Analistas:

Rodrigo Indiani
Tel.: 55 11 3377 0704
rodrigo.indiani@austin.com.br

Luis Miguel Santacreu
Tel.: 55 11 3377 0703
luis.santacreu@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

FIDC RURAL CDO

Os dez maiores clientes (CNPJs) do Banco Rural no FIDC podem representar, no máximo, 40% da carteira de recebíveis do FIDC e o total dos direitos creditórios devidos por um mesmo cliente (CNPJ) não poderá exceder a 3% do PL do FIDC, exceção feita aos clientes especiais, cuja concentração poderá ser de até 5% do PL do FIDC.

A concentração máxima, por setor de atividade, é de 15% do PL, originados por empresas de um mesmo setor, observando que a partir do momento em que a carteira de direitos creditórios atingir R\$ 50 milhões, deverão constar, no mínimo, créditos originários de 10 setores distintos.

Os parâmetros de classificação que serão utilizados para definir a concentração por setor serão os dados pela SERASA.

As garantias dos contratos de mútuo representadas por cessão fiduciária de recebíveis (duplicatas e cheques) devem representar, no mínimo, 90% do valor de face dos créditos adquiridos e o lastro de garantia das operações de desconto deve ter valor correspondente a 100% do valor de face dos créditos. Além do bom nível de cobertura das operações de crédito cedidas ao FIDC, as garantias deverão obedecer ao critério de concentração, sendo de até 100% para as garantias denominadas do Tipo I (duplicatas e cheques) e no máximo 30% para as do Tipo II (Nota Promissória e Domicílio Bancário no Banco Rural), sendo que cada um dos grupos de garantia do tipo II poderá concentrar no máximo 15%. As garantias poderão concentrar, no máximo, 10% por sacado.

Os direitos creditórios comprados pelo FIDC serão previamente checados para efeitos de enquadramento. Antes de serem repassados ao Custodiante, pelo Banco Rural, será realizada uma certificação dos candidatos à cessão. A certificação consistirá na avaliação e confirmação eletrônica, pela SERASA ao Gestor, de que os direitos creditórios ofertados pelo Banco Rural ao FIDC atendem às condições de diversificação estabelecidas no regulamento. Em posse dos direitos creditórios, o Custodiante realizará mais uma checagem, para então validar o lote de direitos creditórios cedidos ao FIDC. Esses procedimentos, que envolvem o Banco Rural, a SERASA e o Custodiante, se repetirão a cada cessão de crédito.

O regulamento também considera a existência de eventos de avaliação que foram constituídos com o objetivo de prevenir os cotistas perante uma possível perda futura. Os considerados pela Austin Rating como sendo os mais relevantes para a classificação de risco foram os de elevação do índice de inadimplência, desenquadramento da razão entre cotas subordinadas e o PL do FIDC, desenquadramento do nível e da composição das garantias, bem como dos direitos creditórios que irão compor o FIDC. Na ocorrência de quaisquer destes eventos de avaliação, o FIDC interromperá a aquisição de novos direitos creditórios e será convocada uma Assembleia Geral de Cotistas.

Afora os procedimentos e critérios de pulverização dos riscos de crédito do FIDC, a proteção adicional por meio de cotas subordinadas é considerada suficiente para suportar as perdas, face à inadimplência histórica do universo que constituirá a fonte potencialmente securitizável (carteira de crédito do Banco Rural). Pela verificação do comportamento e histórico de inadimplência registrado no relatório de auditoria apresentado pela KPMG e dos relatórios de *rating* realizados pela Austin acerca da carteira de crédito do Banco Rural, entendemos que o colateral de 30% em cotas subordinadas, reforçado pela taxa mínima de remuneração das operações de crédito cedidas ao FIDC, de CDI + 4,625% a.a. oferece, com segurança, margem adicional ao mínimo necessário para cobrir eventuais perdas e/ou atrasos nos pagamentos dos créditos adquiridos pelo fundo. Face ao comportamento histórico da inadimplência, é necessária uma discrepância significativa desse índice para que o rendimento das cotas seniores não atinja o patamar proposto no regulamento.

A classificação reflete a alta probabilidade de que sejam cumpridas as condições pactuadas no seu regulamento, notadamente a remuneração das cotas seniores em 110% da variação do CDI, incluindo a capacidade do Banco Rural em continuar originando recebíveis sob os mesmos critérios utilizados inicialmente, respeitando os parâmetros de elegibilidade, composição e diversificação dos direitos creditórios.



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC RURAL CDO

Fatores Positivos

- Qualidade do universo de recebíveis originados pelo Banco Rural S.A.;
- Segregação entre o risco de crédito da carteira que compõe o FIDC e o risco de crédito do Banco Rural (originador dos créditos);
- Proteção de inadimplência, por meio de cotas subordinadas, em proporção equivalente a 30% do PL do fundo para as cotas seniores e 20% do PL para as cotas mezanino;
- Risco de liquidez é minimizado por ser um FIDC constituído sob a forma de condomínio fechado, com resgates programados para as cotas seniores;
- Existência de boa margem entre o fator cobrado nos direitos creditórios e a remuneração paga aos cotistas do FIDC;
- Capacidade do Cedente em continuar suprindo o Fundo com direitos creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade estipulados em regulamento;
- O FIDC contou com a participação de empresa de auditoria externa na avaliação da carteira de crédito, que servirá como fonte de lastro do FIDC.

Fatores em Observação

- A aquisição de direitos creditórios de um mesmo devedor (CNPJ), individualmente considerado, pode representar até 5% do Patrimônio Líquido do FIDC;
- Inexistência de obrigação contratual de recompra dos créditos inadimplidos pelo Banco Rural. A aquisição dos direitos creditórios pelo fundo não possui direito de regresso contra o cedente.

PARECER SOBRE METODOLOGIA DE VERIFICAÇÃO DE LASTRO

Em conformidade com a Instrução N° 442 de 08/12/2006 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - a qual alterou a Instrução N° 356, de 17 de dezembro de 2001 e a Instrução N° 400 de 2003 e particularmente com as exigências do Artigo N° 38 daquela instrução, a Austin Rating realizou a avaliação dos procedimentos de verificação de lastro por amostragem, realizados, no ambiente do FIDC RURAL CDO, pela KPMG Auditores Independentes, empresa contratada pelo Banco Bradesco S/A (Custodiante).

Os procedimentos a serem adotados pela KPMG são adequados, contribuindo positivamente para o perfil de risco do FIDC. As verificações serão realizadas ao final de cada trimestre, sendo que para a primeira verificação, será considerada a totalidade dos direitos creditórios de titularidade do Fundo, enquanto para as demais verificações serão considerados apenas os créditos cedidos no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada.

A seleção dos direitos creditórios será realizada por meio da aplicação de fórmula matemática que seja mais adequada ao Fundo, considerando, principalmente, os seguintes aspectos: natureza do Direito de Crédito Elegível; qualidade do Cedente; quantidade de verificações já realizadas para o Fundo e resultados observados nas verificações realizadas.

Apesar disso, a carteira do FIDC poderá conter direitos de crédito cujos documentos comprobatórios apresentem irregularidades, uma vez que a auditoria periódica por amostragem mencionada será realizada após a cessão dos direitos de crédito elegíveis ao Fundo. Além disso, embora sobre uma amostragem representativa do universo de créditos, a análise não será feita em 100% da população. Também foi observada, pela Austin Rating, a experiência da KPMG para o exercício dessas atividades.

A Austin Rating ressalta que sua opinião está baseada essencialmente na descrição da metodologia sintetizada no regulamento do FIDC, não consistindo em garantia da existência de lastro.

**ACOMPANHAMENTO DO RATING**

Após a confirmação da classificação de risco do Fundo ora analisado, a Austin Rating iniciará o monitoramento do FIDC RURAL CDO, especialmente aos riscos relacionados à qualidade de sua carteira. A cada trimestre, será divulgado um relatório sintético, contendo a opinião da Austin acerca dos ratings do FIDC.

REGULAMENTAÇÃO DO FIDC

O FIDC RURAL CDO é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, regido por regulamento próprio e disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução nº 393 de 22 de julho de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

PERFIL DO FUNDO

Patrimônio Líquido: R\$ 300.000.000,00, distribuídos entre 210.000 cotas seniores e por, no mínimo, 90.000 cotas subordinadas, sendo 60.000 cotas subordinadas juniores e 30.000 cotas subordinadas mezanino. Cada cota tem o valor de R\$ 1.000,00;

Amortização: As Cotas Seniores serão amortizadas em 24 parcelas, mensalmente, a partir do 25º mês da primeira data de emissão. As cotas seniores serão amortizadas sempre no último dia útil de cada mês, de acordo com a tabela abaixo:

Número da Amortização	Percentual do valor das Cotas a ser Amortizado	Data de Amortização
1	4,1667%	30 de janeiro de 2009
2	4,1667%	27 de fevereiro de 2009
3	4,1667%	31 de março de 2009
4	4,1667%	30 de abril de 2009
5	4,1667%	29 de maio de 2009
6	4,1667%	30 de junho de 2009
7	4,1667%	31 de julho de 2009
8	4,1667%	31 de agosto de 2009
9	4,1667%	30 de setembro de 2009
10	4,1667%	30 de outubro de 2009
11	4,1667%	30 de novembro de 2009
12	4,1667%	31 de dezembro de 2009
13	4,1667%	29 de janeiro de 2010
14	4,1667%	26 de fevereiro de 2010
15	4,1667%	31 de março de 2010
16	4,1667%	30 de abril de 2010
17	4,1667%	31 de maio de 2010
18	4,1667%	30 de junho de 2010



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
FIDC RURAL CDO

19	4,1667%	30 de julho de 2010
20	4,1667%	31 de agosto de 2010
21	4,1667%	30 de setembro de 2010
22	4,1667%	29 de outubro de 2010
23	4,1667%	30 de novembro de 2010
24	4,1667%	31 de dezembro de 2010

Tipo de Fundo:	Fundo fechado;
Prazo de duração:	48 meses;
Relação Cotas/PL do FIDC:	70% de cotas seniores, 10% de cotas subordinadas mezanino e 20% de cotas subordinadas juniores;
Direitos Creditórios:	Os recebíveis que lastrearão o FIDC são originados pelo Banco Rural S.A (Banco Rural) e referem-se a direitos creditórios, oriundos das operações de financiamento (Contratos de Mútuo ou Descontos de Duplicata) às empresas do <i>middle-market</i> , garantidos por duplicatas comerciais, cheques, direitos creditórios com domicílio bancário no Banco Rural e notas promissórias.

PARTICIPANTES

Estruturação:	Integral Trust Serviços Financeiros Ltda.;
Gestor:	Integral-Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda.;
Administrador:	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
Custodiante:	Banco Bradesco S.A.;
Agente de Cobrança:	Banco Bradesco S.A.;
Auditoria Externa:	KPMG Auditores Independentes.

PERFIL DO ORIGINADOR – BANCO RURAL S.A.

O Banco Rural S.A., administrador e gestor da carteira do FUNDO, devidamente registrado junto à CVM, é uma instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Rural, constituída no ano de 1962, momento em que o Grupo Tratex, de Belo Horizonte/MG, adquiriu o controle acionário do Banco Manoel de Carvalho. Inicialmente, fora batizado de Banco Rural de Minas Gerais S.A., até que, em 1980, o então presidente, Sr. Sabino Corrêa Rabello, alterou sua denominação social para Banco Rural S.A., tudo para imprimir uma abrangência nacional ao Grupo Rural.

O ano de 1995 foi marcado pela internacionalização do Banco Rural S.A. mediante sua presença no Uruguai, processo esse que teve continuidade, em 1996, com a inauguração da Rural Securities (Miami – EUA) e da Rural International (Nassau – Bahamas). Também nesse ano de 1996, o Banco Rural S.A. realizou grande expansão ao



adquirir o controle acionário do Banco Mercantil de Pernambuco, detentor de 19 agências e sede na cidade do Recife, tendo sido a denominação desse último alterada para BR - Banco Mercantil. Após a obtenção de autorização dos governos do Brasil e de Portugal, essa instituição criou, em 1998, o Banco Rural Europa S.A., com sede em Funchal, na Ilha da Madeira, sendo que em 2000 a atuação do Banco Rural S.A. no mercado internacional foi consolidada com a implantação de um escritório em Londres.

Em 2003, a instituição adquiriu o Banco Sul América e criou o Banco Rural Mais, para atuação no segmento de *private banking*. A atividade de gestão de recursos pelo Banco Rural S.A. foi iniciada em 1988, com a constituição do Rural Fundo Curto Prazo.

O foco do banco é constituído pelas operações de capital de giro para empresas do *middle market* com garantia de recebíveis (duplicatas, cheques pré-datados, recebíveis de cartão de crédito, etc.). O Grupo que já teve cento e vinte e dois pontos de atendimento, conta atualmente com 39 agências no Brasil, duas no exterior e mais 27 pontos da RS Financeira, incorporadas em dezembro de 2005.



Classificação da Austin Rating

Investimento Prudente

- AAA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
- AA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.
- A** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
- BBB** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento Especulativo

- BB** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
- B** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
- CCC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
- CC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
- C** A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de *default*. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

Sinais de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O rating pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de rating e metodologias, acesse: www.austin.com.br

© Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

Anexo IV

Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos

Os termos e expressões utilizados neste Anexo IV em letra maiúscula terão os mesmos significados definidos neste Prospecto, do qual este Anexo IV é parte integrante e inseparável, se de outra forma não estiverem aqui definidos.

I. Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos

O Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos é responsável por cobrar, judicial e/ou extrajudicialmente, os Direitos de Crédito Inadimplidos, observados os Procedimentos de Cobrança descritos abaixo:

- I.1. Até o 15º dia contado do vencimento de um determinado Direito de Crédito Elegível, o Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos poderá efetuar o protesto dos títulos objeto da Garantia dos Direitos de Crédito Mútuo ou objeto do Lastro das Operações de Desconto, considerando o valor dos referidos títulos e o melhor interesse do Fundo.
- I.2. Após o 30º dia contado da data de vencimento dos Direitos de Crédito, o Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos iniciará os esforços de cobrança, judicial e/ou extrajudicial, de acordo com a legislação aplicável, para recebimento de parte e/ou da totalidade dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito Inadimplidos. A cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos de valor menor ou igual a R\$ 10.000,00 será realizada, necessariamente, pela via extrajudicial, pelo Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos ou por terceiros por ele contratados.
- I.3. Além dos esforços de cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, o Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos deverá efetuar o cadastro dos respectivos Clientes devedores e eventuais coobrigados na Serasa ou em cadastro de informações disponibilizado ao mercado que tenha função similar.

II. Renegociação de Direitos de Crédito Inadimplidos

- II.1. Observado o disposto no item II.2. abaixo, os Direitos de Crédito Inadimplidos que estejam vencidos há mais de 60 (sessenta) dias poderão ser objeto de propostas para celebração de acordos e/ou procedimentos relacionados à liquidação do Direito de Crédito Inadimplido ("Propostas de Renegociação"), as quais serão, necessariamente, submetidas à aprovação de comitês internos do Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos ("Comitês de Cobrança"). Uma vez aprovadas pelos Comitês de Cobrança, eventuais Propostas de Renegociação serão analisadas pela Diretoria Jurídica e de Contencioso do Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos ("DIJUC"), a qual emitirá parecer informando (i) a origem do inadimplemento do Cliente, (ii) as providências tomadas pelo Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos para recebimento dos valores devidos, (iii) as perspectivas de liquidação do(s) Direito(s) de Crédito Inadimplido(s) em referência, e (iv) as garantias oferecidas pelo Cliente, dentre outros aspectos. O parecer da DIJUC será enviado aos Comitês de Cobrança para decisão final com relação à respectiva Proposta de Renegociação.
- II.2. Os Direitos de Crédito Inadimplidos somente poderão ser objeto de renegociação pelo Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos caso a Razão de Garantia esteja devidamente enquadrada, conforme estabelecido no item 11.6. do Regulamento. A renegociação de Direitos de Crédito Inadimplidos nos termos deste item II.2. deverá observar os termos e condições das respectivas Propostas de Renegociação, bem como os procedimentos previstos no manual de renegociação de créditos do Cedente.
 - II.2.1. Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia, o Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos somente poderá proceder à renegociação de Direitos de Crédito Inadimplidos mediante autorização prévia e expressa do Gestor.

III. Cobrança Judicial

A cobrança judicial dos valores referentes aos Direitos de Crédito Inadimplidos será realizada pela DIJUC, órgão interno do Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos, ou por terceiros especializados contratados pelo Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo V

Declaração firmada pelo Diretor Responsável do Administrador,
nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora do **RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO FINANCEIRO CORPORATIVO I** ("Fundo") e responsável pela distribuição pública da primeira emissão de quotas sênior e quotas subordinadas mezanino do Fundo ("Oferta" e "Quotas", respectivamente), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; (ii) o prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das características das Quotas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira e riscos inerentes às suas atividades, bem como quaisquer outras informações relevantes, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (iii) as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. Ademais, as informações eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto da Oferta, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 2007

José Carlos Lopes Xavier de Oliveira
Diretor-PresidenteCarla Lopes
Procuradora**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)